APRUMA

SEÇÃO SINDICAL DO ANDES - SN

LUCELMA SILVA BRAGA
MATHEUS RIBEIRO COIMBRA
TAMIRES DE JESUS MORAIS (ORGS)





45 anos

Esperançando na Luta

EDUFMA

APRUMA

SEÇÃO SINDICAL DO ANDES - SN

45 anos

Esperançando na luta

Universidade Federal do Maranhão

Reitor Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva
Vice Reitor Prof. Dr. Leonardo Silva Soares

Sistema Integrado de Bibliotecas

Diretor Prof. Dr. César Augusto Castro

Editora da UFMA

Coordenadora Irenilma Cadête Lima
Conselho Editorial Profa. Dra. Andréa Katiane Ferreira Costa
Profa. Dra. Débora Batista Pinheiro Sousa
Prof. Dr. Edson Ferreira da Costa
Prof. Dr. José Carlos Aragão Silva
Profa. Dra. Jussara Danielle Martins Aires
Profa. Dra. Karina Almeida de Sousa
Prof. Dr. Luís Henrique Serra
Prof. Dr. Luiz Eduardo Neves dos Santos
Profa. Dra. Luma Castro de Souza
Prof. Dr. Márcio José Celeri
Profa. Dra. Maria Áurea Lira Feitosa
Profa. Dra. Raimunda Ramos Marinho
Profa. Dra. Rosângela Fernandes Lucena Batista
Bibliotecária Márcia Cristina da Cruz Pereira

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Esta obra está licenciada sob uma Licença

Creative Commons Atribuição–Não Comercial–Compartilha Igual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0).

LUCELMA SILVA BRAGA
MATHEUS RIBEIRO COIMBRA
TAMIRES DE JESUS MORAIS
(Orgs)

APRUMA

SEÇÃO SINDICAL DO ANDES - SN

45 anos

Esperançando na luta

São Luís
EDUFMA
2026

© EDUFMA, 2026.

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E CAPA
Isabela Freire

REVISÃO
Carlos Agostinho Almeida de Macedo Couto

IMAGENS
Acervo de fotografias da APRUMA e Ranyere Serra

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

APRUMA – SEÇÃO SINDICAL DO ANDES - SN - 45 anos esperançando na luta / Lucelma Silva Braga, Matheus Ribeiro Coimbra, Tamires de Jesus Morais (org.); Apruma Seção Sindical do ANDES - Sindicato Nacional. — São Luís: EDUFMA, 2026.

166 p.

ISBN 978-65-5363-623-1

1. Associação Sindical. 2. APRUMA - História. I. Braga, Lucelma Silva. II. Coimbra, Matheus Ribeiro III. Morais, Tamires de Jesus IV. Título.

CDD 331.87
CDU 331.881

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Maria das Graças Farias
CRB -13: 647/2010

EDITADO NO BRASIL [2026]

Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.

EDUFMA | EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Av. dos Portugueses, 1966 - Vila Bacanga
CEP: 65080-805 | São Luís | MA | Brasil
Telefone: (98) 3272-8157
www.edufma.ufma.br | edufma@ufma.br

Sumário

Apresentação ***9***

Prefácio ***14***
ROBERTO LEHER

Movimento de fundação ***21***
MARIA VICTORIA BORGES DÍAZ
MARIA INOCÊNCIA ROCHA DE ANDRADE

A Ditadura Civil Militar na UFMA em tempo de "abertura" e ascensão das lutas populares: a perseguição/repressão do reitor Cabral Marques à APRUMA ***25***
JOSEFA BATISTA LOPES

APRUMA na luta contra o autoritarismo ***30***
FLÁVIO ANTONIO MOURA REIS

A APRUMA na luta social e na luta acadêmica ***34***
MARIA OZANIRA DA SILVA E SILVA

Retrospectiva histórica: a APRUMA na Luta pela Constituinte, a criação e a recriação da FAPEMA ***37***
MARIA CÉLIA PIRES COSTA

APRUMA, 45 ANOS: balanço e perspectivas ***45***
FLÁVIO BEZERRA DE FARIAS

Professores em greve de fome: uma forma de resistência política ***49***
ANTONIO RAFAEL DA SILVA

Relato sobre a greve das Federais de 1998 ***57***
JOSÉ MENEZES GOMES

A APRUMA, o neoliberalismo e a luta pela LDB ***62***
LUCELMA SILVA BRAGA
MARIA DE FATIMA FELIX ROSAR

A APRUMA e as centrais sindicais: do rompimento com a CUT à construção da CSP-Conlutas ***69***
WELBSON DO VALE MADEIRA

A saída do ANDES-SN da CSP-Conlutas ***72***
ANTONIO GONÇALVES FILHO

Precisamos avançar nas lutas por uma Carreira Docente Única nas Instituições Federais do Ensino Superior ***79***
MARIZELIA RODRIGUES COSTA RIBEIRO
SAULO BARROS DA COSTA

A APRUMA no combate ao racismo e em defesa das ações afirmativas na educação ***85***
CLAUDIA ALVES DURANS
ROSENVERCK ESTRELA SANTOS

A APRUMA na defesa do Colégio Universitário: da criação e "desfederalização" à intervenção ***90***
BARTOLOMEU RODRIGUES MENDONÇA
MARIA DA CONCEIÇÃO LOBATO MUNIZ

Linha do tempo da luta pela Casa do Estudante nos* campi *da UFMA segundo APRUMA - Seção Sindical do ANDES - SN ***99***
SIRLIANE DE SOUZA PAIVA

Documentos Históricos ***104***

Que) viva(m) os estudantes!!! ***115***
ARLETH BORGES

APRUMA e pandemia: articulação com os movimentos sociais ***115***
CÉLIA SOARES MARTINS
MICAEL CARVALHO DOS SANTOS

APRUMA e a luta pelo direito ao território – Resex Tauá-Mirim e Cajueiro ***119***
ELIO DE JESUS PANTOJA ALVES
HORÁCIO ANTUNES DE SANT'ANA JÚNIOR

A participação da APRUMA nas lutas pós-golpe: reformas da previdência, trabalhista e administrativa ***123***
CLAÚDIO ANSELMO DE SOUZA MENDONÇA
DENISE BESSA LÈDA

O ensino presencial no pós-pandemia: uma luta para manter viva a universidade ***128***
ILSE GOMES SILVA
MARISE MARÇALINA DE CASTRO SILVA ROSA

A atuação da APRUMA no contexto da expansão recente das Universidades Federais ***133***
ANA PAULA RIBEIRO DE SOUSA

Posfácio ***138***
LUCELMA SILVA BRAGA
MATHEUS RIBEIRO COIMBRA
TAMIRES DE JESUS MORAIS

Fotografias ***140***

Sócios Fundadores da APRUMA ***156***

APRUMA - 45 ANOS ***159***

Apresentação

APRUMA – Seção Sindical - 45 Anos esperançando nos sonhos, lutas e vitórias!

No dia 1º de dezembro de 1978, dezenas de professoras e professores da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), desafiando gestores autoritários que serviam ao governo de exceção, fundaram a Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão (Apruma). Naquele cenário, os servidores públicos que se reunissem em sindicatos se enquadravam na ilegalidade, na clandestinidade.

Desde então, gerações de docentes se sucederam nas diretorias, conselhos de representantes e na base daquela associação, que, com a redemocratização do país, tornou-se uma Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), um sindicato forte, autônomo e classista, que também atua ao lado de movimentos sociais, dos povos do campo e da cidade, em suas lutas contra os avanços do capital e das hordas políticas que tomam de assalto o Estado e o fundo público, o bem comum.

No ano da sua fundação, a Apruma se contrapôs à reitoria autoritária da UFMA e participou do enfrentamento à ditadura empresarial-civil-militar que tomou de assalto o Estado Brasileiro em 1964.

Em 1979, dentre outras lutas, a Apruma participou e apoiou o movimento estudantil na histórica Greve da Meia Passagem em São Luís.

Em 1981, a Apruma e outras tantas Associações de Professores das Universidades Federais em todo Brasil, fundaram a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), que após a derrocada do regime de exceção, passou a se denominar o ANDES – Sindicato Nacional. O Sindicato Nacional é a expressão das diversidades e potências de organizações sindicais nas universidades e institutos federais no país, uma entidade que nacionalizou a luta e avançou na conquista de direitos, como plano de carreira estruturado, dedicação exclusiva, autonomia universitária.

Em 1998, após os professores terem seus salários suspensos e diante da falta de diálogo do governo em uma greve que durou 104 dias, um grupo de docentes do sindicato nacional resolveu fazer greve de fome, dentre eles, três professores sindicalizados da Apruma, que já se denominava Apruma - Seção Sindical.

Em 2009, a Apruma, com outras Seções Sindicais, apesar de defender a expansão da Universidade Pública no país, denunciou a implantação do programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que fez a expansão da universidade sem planejamento e sem condições para o trabalho docente nos campi do continente, luta que perdura até hoje. Ao longo desses anos, os campi de Bacabal, Balsas, Chapadinha, Codó, Grajaú, Imperatriz, Pinheiro e São Bernardo têm avançado nas lutas por gestões democráticas e participativas, por melhorias estruturais e melhores condições de trabalho e de fixação docente nos municípios. Para auxiliá-los em suas demandas, a Apruma tem em sua Diretoria o Diretor de Interiorização e o de Interiorização Adjunto.

Em 2012, foram muitas lutas! Da vitoriosa greve de 116 dias, conseguimos a equivalência das carreiras Magistério Superior (MS) e Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT), a criação do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) paro o

cargo EBTT e inserção da classe Titular dentro da carreira do Magistério Federal e evitamos que o Governo Federal incluísse a classe sênior nessa carreira do MS, o que resultaria em mais oito anos de trabalho docente para chegar à classe Titular. Neste mesmo período, realizamos muitas mobilizações contra a implantação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) nos Hospitais Universitários e a criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp).

Ainda durante a greve de 2012, em represália aos professores grevistas do Colégio Universitário (Colun), a reitoria destituiu sua Direção Geral eleita e nomeou interventores, que se mantiveram por seis meses no cargo. Mas, com muita resistência, a intervenção foi revertida e realizadas eleições.

Ao longo desta história, a Apruma denunciou e defendeu professoras e professores que sofreram perseguições em sindicâncias, Processos Administrativos (PAD) ou demissões injustas, com instrumentos políticos e jurídicos. Lamentavelmente, o modus operandi em gestões autoritárias se mantém, passadas quase três décadas do fim da Ditadura civil-militar-empresarial.

Desde 2018, a APRUMA tem denunciado em assembleias e documentos locais e para o ANDES, o impedimento de mais de uma progressão simultânea com interstícios devidamente cumpridos por docentes, o que acarreta perdas financeiras e acadêmicas. Não tendo resposta satisfatória na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep) da UFMA, a Apruma ajuizou ação coletiva e inúmeras ações individuais. Com a intervenção do ANDES, finalmente a Advocacia Geral da União (AGU) emitiu o Parecer nº 00038/2023/AGU, de 01 de novembro de 2023, reconhecendo o direito das progressões múltiplas dos docentes com os respectivos retroativos financeiros.

Em 2020, com ampla participação dos professores e professoras da UFMA e de outras universidades federais, o Future-se, o projeto de privatização disfarçado do ensino superior e dos hospitais universitários federais mais audacioso proposto pelo governo brasileiro, foi barrado nos Conselhos Universitários dessas instituições.

Naquele ano, também enfrentamos e barramos momentaneamente a Reforma Administrativa (PEC 32/2020), que representa um ataque aos serviços e funcionários públicos, com a mobilização dos/as servidores e servidoras públicas de todo país, organizados/as em suas entidades de classe.

Durante a pandemia da Covid-19 (2020/2021), a Apruma defendeu o direito à vida e denunciou o assédio do sistema remoto que invadiu o ambiente privado dos docentes e discentes, sem quaisquer contrapartidas da universidade. E segue protestando contra a realização habitual de aulas e reuniões remotas de colegiados. Para fora dos muros da UFMA, a Apruma se solidarizou com quem mais precisava: colaborou na elaboração de planos de segurança sanitária para comunidades tradicionais e doou cestas básicas para comunidades com insegurança alimentar e equipamentos de segurança para secretarias de saúde do Estado e dos municípios de São Luís e Imperatriz e para o Hospital Universitário da UFMA.

Em 2023, resistimos ao governo fascista e genocida e pela segunda vez ganhamos as ruas com o "Ele Não", ao lado de outros sindicatos e movimentos sociais. A derrota do titular daquele governo nas urnas precisa ser seguida de outras vitórias e a Apruma e o ANDES seguem nessa luta dentro e fora da UFMA.

De tudo isso, quando questionam qual a razão da existência da Apruma e porque tantos e tantas docentes se organizam neste sindicato, sua própria história dá a resposta: é pela vida, pelas po-

pulações tradicionais, pela dignidade dos trabalhadores, por salários justos, pela educação pública gratuita, laica e socialmente referenciada e por uma universidade pública e gratuita, democrática e participativa.

Esta pequena contribuição, em livro, escrita a várias mãos, pretende ser mais um ponto do qual se parte para rememorar algumas lutas do passado, para vitalizar as do presente e inspirar o futuro da Apruma, tão necessária aos professores e professoras da UFMA.

São 18 textos autorais que apresentam desde os primeiros passos para a organização da então Associação, passando pelas lutas e vitórias mais significativas até sinalizações para desafios que estão por vir, que estruturaram, consolidaram e manterão a respeitabilidade institucional e política da Apruma.

Boa leitura, avante!

BARTOLOMEU RODRIGUES MENDONÇA
PRESIDENTE APRUMA DE 2020 A 2024

MARIZÉLIA RODRIGUES COSTA RIBEIRO
VICE-PRESIDENTE APRUMA DE 2022 A 2024

Prefácio

45 anos de fazimento da Universidade Pública Democrática e Estratégica para os Povos

O cuidadoso e original histórico dos 45 anos da APRUMA (Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Maranhão) ilumina os desafios e lutas do conjunto das universidades públicas brasileiras desde a chamada redemocratização. Por meio de fontes primárias diversas, depoimentos, cotejamento de fontes secundárias, os autores nos oferecem um quadro de referência a partir do qual é possível elaborar uma proposição que, como uma nervura central, percorre toda a obra. Em termos simples e diretos é possível postular que o movimento docente organizado nas associações de docentes e, no período pós-Constituição de 1988, nas seções sindicais do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) foi e tem sido uma força política que enfrentou as amarras da heteronomia cultural e do capitalismo dependente no cotidiano das universidades. E não apenas, é responsável por propiciar características democráticas e críticas expressas em *outro* projeto de universidade, condensado no Projeto *da* ANDES para a Universidade Brasileira (a flexão feminina se justifica pelo fato de que era uma associação!) sistematizado inicialmente em 1981. O histórico é também uma oportunidade de realizar um necessário tributo às gerações que compreenderam que a luta contra a ditadura empresarial-militar e seu projeto de univer-

sidade (e de país) teria de ser realizado por meio de uma construção coletiva de docentes, técnicos e administrativos e estudantes e, o que é único entre sindicatos docentes, como parte das lutas das classes trabalhadoras.

De fato, as universidades públicas brasileiras possuem menos de um século de efetiva existência e, de certo modo, vêm construindo suas histórias a contrapelo para utilizar a bela imagem de Walter Benjamin. Apesar de seu caráter tardio, são responsáveis por grande parte da produção científica brasileira que, ademais, se destaca no mundo não apenas pelos indicadores bibliométricos, como pela relevância para o porvir dos povos.

Como pode ser explicitado pela trajetória de lutas e enfrentamentos da APRUMA, tal desenvolvimento cultural das universidades se dá no solo infértil do capitalismo dependente e da heteronomia cultural, uma conexão estudada de modo original por Florestan Fernandes. As cadeias produtivas mais relevantes não se caracterizam pelo uso criativo e intensivo da ciência e, mesmo nas áreas em que o país logrou grandes avanços, como nas biociências, inexistem consistentes complexos industriais, como nos setores de fármacos e vacinas, restritos, basicamente, às instituições públicas como Farmanguinhos (Fiocruz) e Butantã que ademais estão longe de suprir as doenças negligenciadas pelas indústrias multinacionais, como dengue e outras arboviroses. No mesmo diapasão, a quase totalidade dos quadros com formação mais complexa somente encontra postos de trabalho no setor público, confirmando que as empresas privadas pouco investem em Pesquisa e Desenvolvimento. Os mecanismos que reproduzem a heteronomia cultural, científica e tecnológica devem ser buscados nas formas de associação dependente das frações burguesas locais com suas homólogas hegemônicas. Visto sob tal prisma, o desenvolvimento institucional das universidades brasileiras é, à primeira vista,

improvável. Contudo, como assinalado, ainda assim as instituições brasileiras possuem magnitude acadêmica e científica que as singularizam no mundo. São instituições únicas, particulares, surpreendentes.

A UFMA, instituída nos anos sessenta, igualmente possui essas características desconcertantes. A leitura da presente obra evidencia que o movimento docente é responsável por parte considerável das dimensões positivas (para as classes trabalhadoras) destas instituições que nunca estiveram no fluxo do tempo de um projeto autopropelido de nação, como no caso das revoluções burguesas a quente em França e nos Estados Unidos. Conforme o histórico da APRUMA, as principais lutas do movimento docente que aflorou no final dos anos 1970 lograram conquistas sem as quais seria impossível escrever a história à contrapelo. Para compreender o alcance dessas lutas é preciso interpelar, ainda que brevemente, o modo como as conexões entre ensino e pesquisa foram estabelecidas no Brasil.

A consolidação da pesquisa sistemática no cotidiano das universidades públicas – sem a qual a universidade não pode ser assim caracterizada – ocorreu no contexto da ditadura empresarial-militar por meio da institucionalização da pós-graduação, implementando uma *certa* interpretação do modelo estadunidense de ensino superior, como expresso no Parecer Sucupira (1965), nos relatórios do Grupo Executivo da Reforma Universitária, nos acordos MEC-USAID, no Relatório Atcon, entre outras manifestações.

Florestan Fernandes demonstrou que o objetivo dessas (contra) reformas era ajustar as universidades ao capitalismo monopolista sob a égide do capitalismo dependente e da heteronomia cultural. A indução da pesquisa foi realizada por meio de estruturas externas às universidades centralizadas na Secretaria de Planejamento da ditadura, inviabilizando, assim, que a consolidação da pesquisa

ocorresse como uma dimensão da autonomia universitária. A política de linhas prioritárias e, depois, de editais indutores, buscou direcionar a pesquisa aos requisitos necessários para a adequação do país ao bloco hegemonizado pelos EUA, por meio da combinação da ideologia da segurança (vide AI-5, Decreto 477/69 e de enclaves do SNI nas universidades) com a ideologia do desenvolvimento, como demonstrado de modo original por Miriam Limoeiro Cardoso em sua tese de doutorado.

A condensação das investidas da ditadura empresarial-militar sobre a universidade foi positivada por meio da lei 5.540/68 e pelos pareceres do Conselho Federal de Educação, constituído majoritariamente por privatistas e pelos aliados da ditadura. Desse modo, a federalização das instituições que levou à criação das universidades federais dos distintos estados foi um processo organicamente heterônomo. Afinal, uma ditadura não pode se harmonizar com a autonomia real das universidades.

Essas breves considerações históricas sobre as universidades federais são importantes para compreender o sentido das lutas do movimento docente que se consolidou com a criação das Associações de Docentes, especialmente em 1978 e 1979, e pela constituição da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) em 1981. Como pode ser visto no livro, conquistas como a dedicação exclusiva, a isonomia entre as carreiras das fundações e das autarquias, o PUCRCE, alicerçaram um movimento que possui características únicas no mundo. Com a Constituição de 1988 foi possível a autonomia universitária, a sindicalização dos trabalhadores do serviço público, a plena gratuidade e o Regime Jurídico Único. Uma história justa, baseada em fontes e acervos documentais, não pode deixar de reconhecer que essas conquistas foram cruciais e condição necessária para afirmar uma determinada concepção de universidade que, vem sendo elaborada pelo ANDES-SN.

Sob o prisma dos atos da ditadura, o desenvolvimento das universidades deveria ter consolidado universidades exclusivamente operacionais e funcionais ao capitalismo dependente e à heteronomia cultural, científica, artística e tecnológica, moldadas pelas expressões do desenvolvimento desigual do capitalismo. Com efeito, a ditadura dita modernizante (como na expressão modernização conservadora) sempre esteve imbricada às frações burguesas arcaicas, e ao mesmo tempo, à hegemonia das frações imperializadas. Francisco de Oliveira descreveu essas contradições de modo primoroso. As contrarreformas das universidades preservaram o poder de mando de oligarquias locais, como a família Sarney no Maranhão, sobre as universidades por meio da nomeação de reitores afins ao regime, por exemplo. Ao mesmo tempo, as contrarreformas objetivaram consolidar a pesquisa e a formação de quadros necessários para assegurar as condições materiais e ideológicas imprescindíveis ao padrão de acumulação gerenciado pela ditadura.

Se é correto afirmar que a obra da ditadura nas universidades e no campo da ciência e da tecnologia não foi submetida a um duro ajuste de contas, como observou Florestan no Prefácio à *Universidade Brasileira: reforma ou revolução*, de outra parte, é inegável que a universidade de hoje não é estritamente aquela da dita reforma universitária de 1968. As vibrantes lutas relatadas na presente obra não poderiam ser plenamente vitoriosas no capitalismo dependente o que não significa que as conquistas não tenham sido cruciais. O estrago provocado pelo governo Bolsonaro nas universidades foi possível, entre outros fatores, pelo fato de que as eleições diretas para reitor não foram asseguradas no contexto de redemocratização; tampouco o financiamento das instituições foi garantido em lei como se depreende da interiorização desprovida de infraestrutura compatível com o fazer universitário.

Contudo, mesmo de modo limitado, medidas como a autonomia universitária, a extensão universitária, as preocupações com a ética na produção do conhecimento, a defesa da gratuidade e de uma expansão lastreada por recursos públicos etc. e, não menos importante, a existência de carreira nacional dos docentes, tudo isso se deve, essencialmente, às lutas do movimento docente que o leitor pode se apropriar na presente obra.

No que tange ao compromisso político da universidade com o bem viver dos povos é imperioso colocar em relevo uma particularidade das lutas do movimento docente: a indissociabilidade das lutas pela universidade e pela educação pública, o que envolve um posicionamento de classe por parte do ANDES-SN. As lutas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) condensam as concepções do movimento docente para o conjunto da educação brasileira, como pode ser visto neste livro. Tais nexos advém da originalidade do ANDES-SN como um sindicato autônomo frente ao Estado, aos governos, às administrações universitárias e aos credos religiosos e aos demais particularismos. Na prática, por meio da análise de conjuntura própria, elaborada e discutida no calor das assembleias, CONADs e Congressos, o ANDES-SN radicalizou uma concepção de sindicato presente no movimento do Novo Sindicalismo surgido nas lutas contra a ditadura. Foram inúmeros os intentos de subordinar o ANDES-SN a governos e administrações que, por definição, possuem amarras institucionais e transpiram particularismos burgueses advindos do particularismo do Estado no capitalismo. O ANDES-SN não foi fagocitado pelo transformismo, enfrentando, com acertos e erros, conjunturas muito difíceis como a transição pelo alto, os programas de ajuste estrutural do FMI e do Banco Mundial nos anos 1980 e 1990, o Plano Diretor da Reforma do Estado, as contrarreformas da previdência, as tentativas de transposição do modelo de Bolonha para as universidades brasileiras, as restrições orçamentárias draconia-

nas, o sistemático arrocho salarial e a adoção de um dos pilares da contrarreforma do Estado nos hospitais universitários, por meio da EBSERH. Mais recentemente, o golpe do bloco no poder, que afastou de modo violento a presidenta constitucional, e a Emenda Constitucional 95/2016, que institucionalizou orçamentos declinantes. E para agravar ainda mais o quadro, um governo de extrema direita que inseriu as universidades no teatro de operações da guerra cultural, nomeando reitoras e reitores ilegítimos, impondo medo em virtude de ameaças e ações contra a liberdade de cátedra etc.

O presente livro, como é possível concluir, é parte de um projeto ambicioso e necessário de organização de acervos que permitam reunir e coligir documentos e depoimentos, sistematizando-os por meio de periodizações que compreendem as greves e as formas de lutas, um intento precioso e original de registro histórico. O estudo da dinâmica das greves é imprescindível pois são as greves que aceleram o processo de constituição dos docentes como classe trabalhadora, explicitando, de maneira única, a natureza e o caráter do Estado, os sujeitos coletivos, as correntes, as questões de raça, gênero, sexualidades que conformam a classe.

Em suma, a presente obra é uma pulsante contribuição teórica e metodológica para compreender a história das universidades públicas, a organização autônoma de importante segmento das classes trabalhadoras, as correlações de forças das lutas de classes, permitindo, assim, magnificar a celebração dos 45 anos da APRUMA como uma das mais inventivas seções sindicais do ANDES-SN, seção que reuniu e reúne uma plêiade de intelectuais que cintilam nas melhores tradições do pensamento crítico brasileiro.

ROBERTO LEHER

NOVA FRIBURGO, 3 DE MARÇO DE 2024

Movimento de fundação

MARÍA VICTORIA BORGES DÍAZ[1]
MARIA INOCÊNCIA ROCHA DE ANDRADE[2]

A data de primeiro de dezembro de 1978, que o presente livro homenageia, significou, para um número representativo de professores, a criação de um espaço em que se pudesse participar, com outros atores sociais, de mudanças por vir na redemocratização que se anunciava. A prolongada repressão da ditadura militar começava a suscitar sinais de insatisfação, ocasionando um anseio de mobilização política na sociedade civil, o que conduziu à necessidade de se organizar para publicizar as reivindicações ligadas às Universidades. Por outro lado, tinha sido dado início ao projeto de distensão "lenta, gradativa e segura" do governo militar. Não devemos esquecer que 1978 foi o ano em que se deu a revogação do Ato Institucional n.º 5 (AI-5) o que permitiria a volta das garantias individuais e direitos coletivos, criando-se a possibilidade de pensar em criar sindicatos e entidades de classe. A

A foi fundada com o espírito de promover uma educação igualitária e de qualidade, livrando o sistema educacional dos entraves de uma educação tecnicista e do engessamento do senso crítico e da relação professor/aluno. Mas foi, também, o momento de tomada de consciência da inscrição do docente na qualificação de trabalhador enquanto profissional da educação e não apenas da instrução. Gestava-se, então, a disponibilidade para, como entida-

1 Professora aposentada do departamento de Filosofia da UFMA, Tesoureira Geral da Apruma 1978-1979.

2 Professora aposentada do departamento de Desenho e Tecnologia da UFMA. Tesoureira Geral da Apruma 1979-1981.

de de classe, empreender lutas por salários dignos e por melhoria das condições de realização profissional.

O ato formal de fundação, tal como consta na Ata de Fundação[1], ocorreu no Campus do Bacanga por meio de uma Assembleia Geral, cujos trabalhos foram dirigidos pelos professores, escolhidos no momento, Arlindo dos Santos Raposo, José Maria de Jesus e Silva e Maria Célia Pires da Costa sob a presidência do primeiro, aquele a quem todos os que desejavam promover uma associação desse tipo se dirigiam. Após a leitura do edital de convocação e do Estatuto, foi este aprovado e, a seguir, eleita a Diretoria Provisória que teria a incumbência de tratar da legalização e da organização administrativa, bem como de preparar e proceder à eleição da Diretoria definitiva, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal. As tarefas assim designadas, foram realizadas por meio de reuniões semanais, abertas para quem quisesse participar e de visitas programadas às assembleias departamentais e coordenadorias de curso dos diversos setores acadêmicos, para divulgar, tirar dúvidas quanto aos objetivos e angariar sócios para a entidade. Para tal finalidade, foram escolhidos os seguintes professores: Arlindo dos Santos Raposo (Presidente), José Carlos de Sabóia Magalhães Neto (Vice-presidente) José Maria de jesus e Silva (Secretária Geral); Maria de Jesus Medeiros Muniz e Silva (1ª Secretária); María Victoria Borges Díaz (Tesoureira Geral); Adão Bachega (1.º Tesoureiro). Por fim, foi fixado o valor da mensalidade em Cr$ 100 (cem cruzeiros) e encerrada a sessão assinada pelos 146 presentes que passaram a se constituir em sócios fundadores.

Com o intuito de servir de fio condutor, uma das primeiras providências foi a de tornar públicos os princípios e objetivos, a partir dos quais a APRUMA se organizaria, servindo de orientação para os Planos de Ação que se seguiriam, mas dando bastante flexibilidade para as novas reivindicações e novos espaços de deba-

1 Ver: Ata da Assembleia Geral da Constituição da Assembleia de Professores da Universidade Federal do Maranhão — APRUMA.

tes e deliberações coletivas. Já em maio de 1979, foi aprovado, na Assembleia em que foi eleita a 1ª Diretoria definitiva[2] e difundido pela imprensa local, um rol de lutas a serem travadas no biênio 79 – 80, assentes em uma Carta de Princípios, fundamentada no Estatuto.

Desta forma, baseadas no princípio da profissionalização e valorização do docente, as reivindicações partiram de movimentos já iniciados ou de necessidades sentidas e explicitadas nas reuniões de membros da APRUMA com os professores. Tais lutas tiveram como alvo: uma melhor remuneração do trabalho docente tecendo considerações em torno do reajuste deficitário do professor universitário em relação, por exemplo, ao salário mínimo regional; a extinção do desnível salarial entre técnicos, administradores e docentes; a definição de uma política que generalizasse o regime de trabalho T-40 (de 40 horas) e dedicação exclusiva; a distribuição equitativa do incentivo de Produção Científica e de Dedicação Exclusiva aos que de direito o requeressem; a extinção das categorias de horistas e colaboradores que, devido a sua instabilidade e contingência, levavam a sérias desigualdades e desentendimentos entre os diferentes segmentos (estatutários, contratados e temporários) do magistério. Esta constituiu-se uma das lutas prioritárias nas quais a APRUMA se engajou desde o início, opondo a essa forma de acesso à carreira do magistério a realização anual de concursos. Outra luta empreendida pela APRUMA foi a busca de condições didáticas, ambientais e de trabalho estimulantes à produção intelectual e científica, reivindicando inclusive um local de trabalho para professores e estudantes em um dos prédios existentes, no caso, o mesmo em que funcionava o Centro de Estudos Básicos e o Ensino Integrado.

O princípio norteador dessas reivindicações encontra-se na redefinição da Universidade como órgão livre e autônomo, democra-

2 Na 1ª Diretoria definitiva, constaram quatro membros da Diretoria Provisória e outros dois que substituíram aqueles/as que não puderam continuar a fazer parte da mesma. Ficou assim constituída: Arlindo dos Santos Raposo (Presidente); Maria de Jesus Medeiros Muniz e Silva (Vice-presidente); María Victoria Borges Díaz (Secretária Geral); Luís Alves Ferreira (1.º secretário); Maria Inocência Rocha de Andrade (Tesoureira Geral); Adão Bachega (1.º Tesoureiro).

ticamente constituída. Nesse sentido, a mobilização da APRUMA se concentrou em participar da tomada de decisões institucionais, na organização legal e no Plano de Desenvolvimento da UFMA, colocando em questão o chamado "pacotão da educação", que pretendia transformar as Universidades Federais em autarquias de regime especial, estratégia para a progressiva desobrigação do Estado em relação à educação. Com a mesma ênfase, combateu o decreto que dava ao presidente da República o poder de nomear os reitores, sem consulta à comunidade universitária, o que permitiria a barganha política e colocaria em suspenso a própria essência da Universidade, sua autonomia, cuja perda crescente significou o avanço de estruturas autoritárias e centralizadoras. O mesmo objetivo de democratização e de autonomia didática, financeira e política se buscou nos departamentos acadêmicos, reivindicando as eleições diretas e paritárias para Chefe de Departamento. Focalizando os mecanismos, dispositivos e práticas em que se assentava a rede de poderes, tanto ao nível mais geral da relação da Universidade com o Estado, como ao nível da relação com o lugar onde se exerce a atividade fim — ensino, pesquisa e extensão —, a APRUMA buscou unificar os professores em torno de lutas que diziam respeito, inclusive, à sala de aula. Seu enfoque era acabar com a política reativa gestada com as intervenções policiais em sindicatos e movimentos de docentes existentes antes da ditadura e tornar a Universidade em espaço participativo de saber crítico e de debate.

A Ditadura Civil Militar na UFMA em tempo de "abertura" e ascensão das lutas populares: a perseguição/repressão do reitor Cabral Marques à APRUMA

JOSEFA BATISTA LOPES[1]

Com este texto atendo ao convite de organizadores da coletânea que faz um resgate da história da Associação de Professores da Universidade Federal do Maranhão (APRUMA) na comemoração de seus 45 anos dedicados à luta em defesa da educação pública, a partir do vínculo direto à luta em defesa da universidade pública, gratuita, laica, de qualidade, referenciada socialmente e em defesa dos interesses e reivindicações dos professores, como categoria e sujeitos de uma construção histórica que tem nos estudantes um aliado natural e necessário.

Parto do tema que me foi indicado, a *Expulsão da APRUMA do Campus Bacanga*, em 1980, pelo então reitor José Maria Cabral Marques (1979 – 1988)[2], o Cabral Marques. Trata se de um ataque desferido à APRUMA naquele ano, junto com dois outros ataques — a exclusão do desconto da mensalidade paga pelos(as) professores(as) em folha do pagamento salarial[3] e a suspensão da autorização da instalação do telefone da entidade junto à empresa telefônica do estado — com o claro, embora não declarado, objetivo de asfixiar a APRUMA, recém-criada em dezembro de 1978, e desarticular a organização e a luta dos professores e professoras na Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

> *[...] uma massa humana não se 'distingue' e não se torna independente "para si" sem organizar-se (em sentido lato) [...]*
> (GRAMSCI, 1999, CC 11, §12, P. 104)

1 Professora aposentada do departamento de Serviço Social da UFMA. Vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP)/UFMA. Diretora da Apruma nas gestões 1981 – 1983, 2000 – 2002.

Com a perda dessas condições materiais e seus desdobramentos, a dinâmica da entidade[4] se tornou muito difícil, mas não impediu que a articulação dos(as) professores(as) avançasse na consolidação da APRUMA. Apesar disso, incluindo atos de perseguição/repressão do reitor Cabral Marques nas pautas das lutas por democracia e autonomia nas universidades, eixo central nas lutas da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES) de cuja fundação, em 1981, a APRUMA participou e se constituiu numa seção dessa entidade, hoje transformada em ANDES — SN, do qual a APRUMA é Seção-Sindical.

Dessa forma, a entidade realizou uma intensa campanha, denunciando o autoritarismo do reitor Cabral Marques, através da imprensa[5] e outros meios, ao nível local e nacional, articulando à ANDES, enquanto a diretoria, presidida pelo Prof. Arlindo Raposo (1980 – 1981), seguida pela diretoria presidida pelo Prof. Agostinho Ramalho Marques (1981 – 1983)[6] e, em uma nova gestão, a diretoria presidida pelo Prof. Arlindo Raposo (1983 – 1985), resistiam na organização e consolidação da entidade como instrumento de luta em defesa da universidade pública e dos interesses e reivindicações dos(as) professores(as), mesmo em condições precárias de funcionamento administrativo em salas cedidas fora do Campus do Bacanga da UFMA[7] (atual Cidade Universitária Dom Delgado) e com imensa dificuldade financeira, causada pela exclusão do desconto em folha.

Esses ataques de perseguição/repressão à APRUMA que, associados a muitos outros, impetrados contra professores(as) pelo reitor Cabral Marques, e ao modo autoritário de administrar a universidade, expressam um caráter *tardio* da ditadura civil-militar na UFMA, considerando: a) o momento que o Brasil vivia de forte ascensão das lutas populares, das quais as greves operárias de 1978 — 1980[8]e na Educação, a construção da ANDES e a re-

construção da União Nacional dos Estudantes (UNE)[9] são marcos e referências; b) o regime da ditadura civil militar, instaurado com o golpe de 1964, diante de sua profunda crise política e econômica, avançara da *distensão* para a *abertura*[10], cujo ápice no período é a realização da eleição parlamentar pró Assembleia Constituinte, em 1986, e a aprovação da chamada *Constituição Cidadã*, em 1988, último ano do mandato de Cabral Marques na reitoria da UFMA.

A natureza dos atos expressa também, e em especial, o caráter de um dirigente arrogante e autoritário exacerbado pela aliança com o governo do estado, exercido com *mãos de ferro* por João Castelo (1979–1982)[11], o último do regime ditatorial de 64 eleito pela via indireta e a maior expressão do regime autocrático burguês no Maranhão que assumiu o governo, como se vê, no mesmo ano que Cabral Marques assumiu a reitoria. Além disso, foi o ano da maior greve realizada pelos estudantes no estado, com forte participação dos universitários da UFMA e da UEMA e apoio popular de massa, em São Luís, revivendo a intensidade de movimentos históricos que dão à cidade a alcunha de *ilha rebelde*[12], com profunda ressonância na totalidade da UFMA: a greve de 79, uma luta definida pelo slogan *meia passagem ou meia cidade* que foi fortemente reprimida pela Polícia Militar do estado, sob as ordens do governador João Castelo com respaldo na UFMA pelo seu aliado reitor Cabral Marques.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964–1984).* Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1984. Capítulo VII e Capítulo VIII.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 1980, São Luís. *Livro de Atas de Assembleias 1978–1983.* São Luís: APRUMA, 1980.

FARIA, Regina Helena Martins de; MONTENEGRO, Antônio Torres. *Memórias de Professores:* histórias da UFMA e outras histórias. São Luís: Universidade Federal do Maranhão/Departamento de História; Brasília: CNPq, 2005.

FREDERICO, Celso. *A Esquerda e o Movimento Operário, 1964–1984 — Volume 3:* A Reconstrução. São Paulo: Oficina do Livro, 1991.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere (1926–1937). Volume 1:* Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LINHARES JR, José. *Por que São Luís é a Ilha Rebelde?* As origens e fatos que caracterizam a natureza política rebelde da capital maranhense. Imirante.com, São Luís, set. 2022. Ipolítico. Disponível em: https://imirante.com/noticias/sao-luis/2022/09/08/ipolitica-por-que-sao-luis -e-a-ilha-rebelde. Acesso em: 4 ago. 2023.

REUNIÃO DE DIRETORIA DA APRUMA, 1983, São Luís. *Livro de Atas de Reunião de Diretoria 1981–1983.* São Luís: APRUMA, 1983.

Notas

1 Refere-se à expulsão da primeira sala ocupada pela APRUMA no Campus do Bacanga, desde sua fundação em 1978, a sala 309 do Bloco C, no edifício do Centro de Ciências Sociais, "[...] por autorização verbal do reitor José Maria Ramos Martins (1975 a 1979) e do então diretor do Centro de Ciências Sociais Antonio Alberto Pereira Pimenta". (ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 1980, p. 26).

2 Esse período compreende a três mandatos, conforme entrevista do próprio reitor a Regina Faria e Antonio Montenegro (2005, p. 284).

3 Até 2008, a folha de pagamento salarial, feita ao nível local pelas administrações das universidades federais, foi instrumento de poder dessas instituições, conforme mostra o uso pelo reitor Cabral Marques na UFMA. Mesmo na retomada do desconto em folha, em 1986, na gestão da diretoria da APRUMA sob a presidência da Prof.ª Nilde Cardoso Macedo Sandes (1985 – 1987), Cabral Marques controlou a adesão dos(as) professores(as) ao mecanismo mais seguro de atualização dos pagamentos das mensalidades pelos associados à entidade, conforme depoimento do Prof. Moacir Feitosa (1987 – 1989) que sucedeu à Prof.ª Nilde na presidência da APRUMA. Segundo ele, em uma entrevista informal, em 01/09/2023, a regularização plena do desconto em folha só ocorreu em sua gestão, após negociações

com o reitor no final do último mandato. A partir de 2008 foi realizada a migração da APRUMA como consignatária do MP/Siapnet/SIGEPE, segundo o tesoureiro da entidade Júlio César Furtado Lima.

4 Foram três ataques organicamente articulados: 1º.) Expulsão da APRUMA do Campus Bacanga; 2º.) Suspensão da autorização de instalação do telefone da entidade junto à empresa telefônica do Maranhão; 3º.) Exclusão do desconto da mensalidade paga pelos(as) professores(as) em folha do pagamento salarial.

5 A campanha de denúncia na imprensa local e nacional é a principal fonte de verificação em relação à articulação orgânica dos três ataques (nos arquivos da APRUMA há notas, por exemplo, no Jornal Pequeno — 31/01/1981, p. 4; Jornal de Brasília, DF — 16/01/1981 p. 2; Folha de São Paulo — 16/01/1981), uma vez que nos documentos oficiais consultados (Atas de Reuniões de Diretoria, de Assembleias e de Conselho de Representantes) as referências aparecem amplamente, mas sobre cada fato em si. E apenas o ato do ataque de suspensão da autorização de instalação do telefone da APRUMA junto à empresa telefônica consta referido como tal e, portanto, a referência ao ato pode ser verificada em documento oficial da entidade. (ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 1980, p. 26).

6 O mandato foi compartilhado pelo Vice-Presidente, Prof. Ezíodo Nonato Gronwell Araújo que assumiu a Presidência da APRUMA, diante do afastamento para doutorado do Prof. Agostinho Ramalho Marques e, conforme os Estatutos da entidade, foi substituído pelo Vice-Presidente.

7 Nesse período a APRUMA ocupou duas salas fora do Campus: 1º.) de 1981 a 1983, no conjunto de salas destinadas a entidades vinculadas à Igreja Católica, nos fundos da Igreja dos Remédios, na Praça Gonçalves Dias; 2º.) de 1983 a 1985, ocupou uma sala cedida pela Associação Profissional de Assistentes Sociais do Estado do Maranhão (APAS/MA), a sala 317 na Casa do Trabalhador, então destinada a entidades sindicais, no retorno do Calhau. (REUNIÃO DE DIRETORIA DA APRUMA, 1983, p. 24). A APRUMA voltou a ocupar uma sala no Campus do Bacanga, na qual está até o momento na Área de Vivência, a partir das negociações feitas pela diretoria eleita em 1985, sob a presidência da Prof.ª Nilde Cardoso Macedo Sandes.

8 Ver Celso Frederico (1991, p. 9).

9 Congresso da Reconstrução é como foi denominado o 31º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizado no Centro de Convenções de Salvador, em 1979, o primeiro após a desarticulação da entidade pelas forças da ordem ditatorial, em violenta repressão ao 30º Congresso, realizado em outubro de 1968, em Ibiúna, SP. Em 13 de dezembro do mesmo ano foi promulgado o AI-5.

10 Ver a periodização que faz Maria Helena Moreira Alves (1984, p. 185 e 225).

11 Em 1982 afastou-se do governo para candidatar-se a senador, para cujo cargo foi eleito.

12 A propósito do próximo aniversário de São Luís, em 08 de setembro, ver Linhares Jr. (2023).

APRUMA na luta contra o autoritarismo

FLÁVIO REIS[1]

A exemplo de outras capitais, São Luís viveu uma efervescência de lutas na passagem para os anos 1980. As mobilizações que se efetivavam em torno de problemas nacionais, como os comitês pela anistia, CBA, se juntavam a outras locais, como era a luta contra a instalação da Alcoa, no quadro dos grandes projetos vinculados à exploração de Carajás, no Pará, que teria escoamento pelo porto do Itaqui, levando à formação do Comitê em Defesa da Ilha. Era o momento da criação da Sociedade Maranhense em Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH, hoje SMDH), do Centro de Cultura Negra, do Grupo de Mulheres da Ilha, da formação de novos partidos, da histórica Greve da Meia Passagem, enfim, a efervescência da crise da ditadura.

A luta contra o autoritarismo seria a marca de nascença da Associação de Professores da Universidade Federal do Maranhão, em 1978, e a acompanharia em toda esta trajetória que completa 45 anos tanto mais, porque logo em seu início, teve de se confrontar com o reitor que encarnou aqui, tardiamente, o espírito e o impacto do golpe de 64 sobre a universidade, José Maria Cabral Marques, ocupante da reitoria por dez anos, entre 1978 e 1988.

O desmonte do aparato repressivo nas universidades, principalmente o fim das Assessorias de Segurança e Informação (ASI),

1 Professor do departamento de sociologia e antropologia. Filiado à Apruma desde 1987.

foi um processo lento e descontínuo. Em alguns casos, os reitores tomaram a iniciativa, mas em outros, como ocorreu na UFMA, a reitoria tergiversou. Cabral dizia que não lhe competia extinguir a ASI, "a mim cabe usar ou não esse instrumento e, até agora, eu não tenho usado", afirmou em entrevista. Mas a história não era bem assim. O reitor, na realidade, caminhava na contramão do que já ocorria em outras IFES, que extinguiram suas ASIs em 1979 – 80[2].

Em setembro de 1979, logo deu-se um fato que mostrava a disposição autoritária e arbitrária exercida por Cabral Marques em sua longa gestão, ao impedir, de última hora, a realização de uma palestra de Darcy Ribeiro, organizada pela APRUMA no auditório central, então nomeado Jarbas Passarinho, versando sobre A Universidade Necessária e a Reforma Universitária[3]. Mas foi no ano seguinte que se efetivaram os maiores ataques à recente Associação de Professores, quando os docentes vieram a público denunciar as várias medidas tomadas pela reitoria contra o funcionamento da entidade: o corte do telefone, a suspensão do desconto em folha das mensalidades, a determinação de desocupação da sala no Campus, com o objetivo claro de impedir o seu funcionamento. Na mesma época, ocorreu a destituição de dois destacados participantes da nova entidade de seus cargos na chefia de departamento e na coordenação de curso, respectivamente, José Carlos Sabóia (Departamento de Sociologia e Antropologia) e Josefa Batista Lopes (Coordenação de Serviço Social). O caso repercutiu na imprensa nacional, tendo sido noticiado pelo Jornal do Brasil e O Liberal, durante reunião da Coordenação Nacional de Associações Docentes, que lançou nota repudiando as atitudes do reitor. Registre-se ainda que projetos de pesquisa foram prejudicados pelo teor das questões tratadas, como foi o caso de um projeto em andamento no departamento de Serviço Social, na área do Boqueirão, onde comunidades eram destroçadas com a instalação

2 Motta, Rodrigo. As Universidades e o Regime Militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 336

3 Reitor impede palestra de Darcy Ribeiro. O Estado do Maranhão, 19/09/1979.

da Alcoa. Era uma questão muito sensível para os planos governamentais de instalação do polo exportador do Itaqui, o projeto foi suspenso por determinação da reitoria e os professores tiveram corte de carga horária. A diretoria da APRUMA em nota pública afirmou que "o comportamento da atual administração tem se caracterizado pela arbitrariedade, autoritarismo e personalismo"[4].

A APRUMA sempre se colocou frontalmente contra essas posturas. No Plano de Ação para o período 1979 – 81 destacava-se a luta pela

> *Defesa das liberdades públicas e principalmente pela garantia da livre manifestação de pensamento e direito de crítica; contra todas as formas de pressão ideológica, dentro e fora da Universidade, que favoreçam o obscurantismo e a intolerância e impedem o trabalho intelectual; pela reintegração à Universidade brasileira dos professores, funcionários e estudantes afastados compulsoriamente por força dos atos de exceção.*

No mesmo documento, enfatiza a

> *eliminação da triagem ideológica na seleção dos docentes e pela extinção da ASI; pela participação da APRUMA no Conselho Universitário; pelo fortalecimento da luta nacional pela eleição em todos os níveis da Universidade, inclusive para o cargo de reitor.*

Nos embates com a reitoria, a APRUMA chegou a ser desalojada do Campus, funcionando numa sala cedida nas dependências da Igreja dos Remédios. Apesar de tudo, Cabral Marques não conseguiu inviabilizar a Associação e tentou, então, o seu controle, patrocinando a organização de uma chapa concorrente para a eleição de junho de 1983. O pleito terminou empatado e uma nova eleição foi marcada pela diretoria, mas não foi aceito pela chapa vinculada à administração, propondo uma diretoria provisória "saneadora" por 90 dias, composta por membros de ambas as chapas, até a realização de um novo pleito, sugestão que não foi acatada. A eleição teve que ser realizada fora da Universidade, no Seminário de Santo

4 Jornal do Brasil, 18/06/81.

Antonio, pois o reitor proibiu que acontecesse nas dependências do Campus.

Estes foram pontos programáticos e situações que norteariam muito da trajetória da Apruma, na medida em que a luta contra o autoritarismo seria uma constante ao longo das décadas. A UFMA manteve sempre a centralização de decisões na administração superior como um traço persistente em sua organização e encontrou na APRUMA uma incômoda pedra no sapato, mesmo que a Associação nunca tenha tido força para mudar o passo da instituição. É uma luta que carrega vitórias pontuais importantes, mas que, no longo percurso, não é possível desconhecer as derrotas e as insuficiências. Teria confrontos tão grandes ou até maiores nos períodos de Natalino Salgado, a outra marca autoritária e personalista na história da UFMA, cujo controle sobre a administração é uma prova da vitória estrutural do autoritarismo, em plena vigência da Constituição de 88. Neste aprendizado, a Apruma sempre conseguiu se manter como contraponto às políticas autoritárias, ainda que, em alguns momentos, ela própria fosse acusada de sectarismo ou de submissão a orientações partidárias.

Notas

Agradeço as entrevistas concedidas por Josefa Batista Lopes e Flávio Farias.

A APRUMA na luta social e na luta acadêmica

MARIA OZANIRA DA SILVA E SILVA[1]

As reflexões desenvolvidas no presente texto não pretendem ser um artigo acadêmico, mas um depoimento de uma associada da APRUMA desde os seus primeiros anos de atuação no âmbito da representação docente na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Acompanho e, quando possível, participo de suas lutas coletivas, as quais situo em dois campos: lutas sociais em geral e lutas acadêmicas.

Uma das marcas que merecem destaque na história da APRUMA é sua presença e contribuição em todos os momentos da conjuntura brasileira e do Maranhão. Onde estão os trabalhadores; onde estão os desempregados; onde estão os injustiçados; onde estão os subalternos, também aí está a APRUMA, participando e contribuindo com as grandes lutas nacionais e no Estado do Maranhão.

Portanto, considero a APRUMA um sujeito social sempre presente e atuante nas lutas sociais em geral na busca pela construção de uma sociedade de inclusão, sociedade justa e democrática.

No campo acadêmico, a APRUMA se faz presente e atuante em todos os campos afetos aos docentes e além de articular presença e apoio aos setores que congregam o pessoal técnico-administrativo, bem como às questões que dizem respeito ao corpo discente.

1 Professora aposentada da UFMA, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão.

Maior destaque atribuo à luta permanente pela transposição da democracia da sociedade para o interior da UFMA. Nesse contexto, é constante a participação da APRUMA nas questões mais relevantes da dinâmica universitária. Associada à sua participação na dinâmica da vida acadêmica, a APRUMA desenvolve constante luta para democratizar o espaço acadêmico da Universidade. Nesse aspecto, a atuação é constante e as conquistas têm sido importantes na garantia dos direitos e da participação de todos/todas na construção de uma Universidade com todos e para todos.

No campo das lutas e das conquistas acadêmicas, a atuação nos diversos momentos tem representado divulgação e conscientização dos diversos segmentos sobre a realidade da UFMA, seus deveres e direitos para que se alcance uma Universidade inclusiva.

No âmbito das lutas e conquistas, destaco:

- A atuação e apoio da APRUMA na realização, em todos os níveis da estrutura acadêmica, de eleições diretas para direção de Centros, Departamentos Acadêmicos e Coordenação dos diversos cursos de graduação e de pós-graduação. Nesse mesmo campo, merece destaque o protagonismo quando da realização de consulta prévia para composição de listas para escolha de reitores da Universidade. Na verdade, a luta é pela realização de eleição direta e paritária.
- Luta pela progressão profissional dos docentes;
- Atendimento jurídico aos docentes, permitindo a efetivação de direitos restringidos ou negados com conquistas importantes, não só financeiras, mas também funcionais;
- Defesa e solidariedade a docentes que tiveram seus direitos negados ou foram, de alguma forma, atingidos na sua vida pessoal e na sua vida funcional.

Se em termos da sociedade em geral, a luta pela democracia marcou a atuação da APRUMA, foi relevante à luta recente con-

tra arbitrariedades e atitudes fascistas dos governos brasileiros engendrados pelo Golpe 2016 (Michel Temer e Jair Bolsonaro). Tem-se que a APRUMA, em articulação com o ANDES, sindicato nacional, e outras entidades da sociedade civil, assumiram linha de frente, para barrar ameaças em todos os sentidos no campo da ciência e da educação: nas suas propostas, na sua atuação e no financiamento. Foi exemplar a atuação da APRUMA na defesa da Universidade Brasileira e da Ciência.

Vislumbra-se a partir de 2023 o surgimento de uma nova conjuntura com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva. A Universidade brasileira vem reconstruindo seu protagonismo; a ciência é reassumida enquanto necessária e indispensável para fazer avançar a construção de uma realidade socioeconômica e política de inclusão do pobre e dos que constroem o Brasil da inclusão. Nesse novo cenário a APRUMA continua vigilante e participativa diante de questões afetas às condições concretas de funcionalidade das universidades brasileiras e, especificamente, as questões diretamente relacionadas com os direitos dos docentes: condições salariais e condições de trabalho, tendo como foco a construção da sociedade brasileira; a construção da ciência e a construção da educação, de modo que interrompam o avanço do desemprego, da pobreza e da fome.

É por esse protagonismo da APRUMA nas diversas frentes que me motiva continuar integrando os seus quadros de associados porque essa entidade me representa.

Retrospectiva histórica: A APRUMA na luta pela Constituinte, a criação e a recriação da FAPEMA

MARIA CÉLIA PIRES COSTA[1]

Parte I

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a APRUMA, e outras instituições maranhenses e nacionais desempenharam uma memorável luta no bojo das discussões que conduziram à **Constituinte**. Naquele ambiente, vicejou a ideia da **criação da FAPEMA,** destacando-se, em especial, a relevante contribuição do Prof. Dr. Warwick Kerr (in memoriam), Presidente de Honra da SBPC.

Tudo começou, no período de março de 1984 a junho de 1989, quando cursava o meu doutorado na UNICAMP. Quando realizava os meus relatórios de bolsista, só recebia como resposta: **"aprovado".** Enquanto isso, todos os demais colegas de laboratório recebiam esmeradas análises de seus relatórios. Intrigada, fui conversar com meu orientador Dr. Fernando Galembeck, que me explicou a razão da diferença: os meus colegas eram bolsistas da Fundação de Amparo `Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Na ocasião, ele me contou a belíssima história da criação da FAPESP e me disse que seu primeiro diretor científico foi o Dr. Warwick Kerr. Como era amiga de Kerr, na primeira reunião da SBPC, após esse fato, fui falar com ele, que, então, me confirmou tudo o que Galembeck me falara sobre a FAPESP.

1 Professora aposentada da UFMA, Sócia fundadora da APRUMA e da SBPC no Maranhão.

A partir daí, tomei a decisão: quando concluir o meu doutorado e voltar para São Luís, lutarei pela criação da FAPEMA.

Esse era um período de muita efervescência política, época da **Diretas Já, Constituinte,** momentos que nunca esqueci!

Em 1988 ou 1989, ia tomar posse um novo reitor da UFMA. Nessa ocasião, eu havia recebido um prêmio internacional por um trabalho realizado no doutorado. Isso foi publicado nos jornais de São Luís. Talvez por essa razão, fui convidada para ser pró-reitora de pesquisa. Agradeci, mas não aceitei pois estava determinada a lutar pela criação da FAPEMA. Mais adiante, no primeiro mandato de Dr. Jackson Lago, como prefeito, fui convidada a ser secretária de educação. Agradeci, mas também não aceitei. A razão era mesma: estava determinada a lutar pela a criação da FAPEMA.

Em 1988, recebi a delegação da SBPC de coordenar a criação da Fundação de Amparo à Pesquisa no Maranhão.

De volta para São Luís, em junho de 1989, como representante da **SBPC,** fui convidada pelo deputado Gastão Vieira, para colaborar com a redação do **Capítulo VII da Constituição do Estado do Maranhão,** denominado **Ciência e Tecnologia,** tendo sido também convidado para essa missão o Prof. Moacir Feitosa, representando a **APRUMA.** Esse capítulo preconizou a criação e a garantia de recursos para a FAPEMA. Mas, não foi fácil.

Não esqueço o dia em que, à época, o deputado Gastão Vieira me disse que o relator geral da constituição do Maranhão havia excluído a FAPEMA do documento proposto para ser a constituição do Estado. Pedi então ao deputado Gastão Vieira que agendasse uma reunião com o relator, com a presença de Dr. Kerr. Só ele seria capaz de convencer o deputado relator da importância da criação da FAPEMA para o estado. E assim foi. Com Dr. Kerr, juntamente com o prof. Moacir Feitosa, fomos até a Assembleia para uma tarefa quase impossível. Em lá chegando, o Dr. Kerr com a habilidade

política que lhe era peculiar, conseguiu o grande feito. Ele, então bom conhecedor da alma humana, apelou para o deputado, com o seguinte argumento: "li todo o trabalho de Vossa Excelência, que escreveu a melhor constituição que um deputado poderia escrever para o estado do Maranhão." E, finalizando, disse: "mas, V. Exa. excluiu, da redação da constituição, a melhor instituição que o estado do Maranhão, poderia ter: a FAPEMA." O deputado relator, então, disse: "Excluí?!!!! Então, já voltou!!!" Afinal de contas, não era todo o dia que aquele deputado seria elogiado por um pesquisador respeitado internacionalmente como Dr. Kerr.

Quanta sabedoria tinha o Dr. Kerr! Bateu no ponto fraco do deputado!

A constituição do Maranhão, promulgada em 5/10/1989, criou constitucionalmente a FAPEMA. Na ocasião, o deputado Gastão Vieira deu carta branca aos pesquisadores da SBPC e da APRUMA do Maranhão, para redigirem a lei de criação da FAPEMA, que ele defenderia na Assembleia Legislativa. Cabe aqui ressaltar que dispúnhamos à época de alguns excelentes deputados estaduais, os quais também fecharam com os pesquisadores do Maranhão.

O projeto de lei que deu origem à criação da FAPEMA, foi apresentado e relatado na Assembleia Legislativa do Maranhão, pelo deputado Gastão Vieira.

A criação da FAPEMA, ocorreu no governo de João Alberto de Sousa, por meio da Lei Nº 5.030 de 05 de julho de 1990, constituindo-se um fato excepcional no Maranhão, pois a lei de fundação da FAPEMA foi inspirada na maior e melhor fundação estadual de pesquisa do Brasil: a FAPESP.

Desse modo, a FAPEMA não foi um projeto de governo, foi a concretização de um sonho dos pesquisadores maranhenses.

Em 1991, fui eleita pelos pesquisadores do estado do Maranhão como a primeira Diretora Científica da FAPEMA.



Apruma reivindica uma entidade para amparar pesquisa

Até o final da semana, representantes da Apruma e da direção regional da SBPC irão-se reunir com o relator da Comissão de Sistematização da Constituinte Estadual, deputado Raimundo Leal, a quem reivindicarão a reincorporação ao projeto constitucional da proposta de criação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão.

Um abaixo-assinado, subscrito por dezenas de professores, servidores, estudantes e até mesmo pelo reitor da UFMA, Jerônimo Pinheiro, tenta sensibilizar o relator da Sistematização para que a proposta de criação da Fapema, apresentada pelo deputado Gastão Vieira, seja reincorporada ao texto do projeto da nova Constituição do Estado.

Durante os trabalhos preliminares da Constituinte estadual, a Secretaria Regional da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) encaminhou à apreciação dos constituintes uma proposta de criação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão (Fapema), que, em princípio, teria por objetivo incentivar e propiciar as condições indispensáveis ao desenvolvimento científico e tecnológico do Estado.

Projeto vetado

Ao dar início aos trabalhos da Comissão de Sistematização, o deputado Raimundo Leal, na condição de relator, inviabilizou a criação da Fapema, retirando do projeto da Constituição do Estado do anteprojeto encaminhado pelo deputado Gastão Vieira.

"Com isso", reclamam os professores da UFMA, "o Maranhão corre, mais uma vez, o risco de ficar a reboque do desenvolvimento científico e tecnológico do País."

O presidente da Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão, Moacir Feitosa, disse ontem que com a Fapema os professores querem abrir um espaço para o financiamento de pesquisas no Estado. Segundo ele, existem atualmente 89 projetos de pesquisa em andamento no âmbito da UFMA, mas a dificuldade de financiamento inibe os esforços dos pesquisadores, daí porque a Fapema foi sugerida para contornar este problema.

Fonte: Jornal O estado do Maranhão, 17/05/1989

No mesmo ano, 1991, eleita Conselheira Nacional da SBPC, realizei algumas tarefas, que muito me gratificaram, como colaborar com a criação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Piauí (FAPEPI) e a criação da Fundação de Amparo à Pesquisa de Rondônia (FAPERO).

Mas, infelizmente, a Ciência e Tecnologia do Maranhão tinham e provavelmente ainda têm poderosos inimigos no estado, que achavam que os maranhenses não mereciam possuir uma fundação de pesquisa. Assim, apesar de todo o sucesso da FAPEMA, a governadora Roseana Sarney a extinguiu. E, novamente, fomos à luta, contando com a indispensável ajuda do Dr. Kerr.

Parte II

Em 1995, na Reunião Anual da SBPC, realizada em São Luís/MA, na sessão de abertura presidida pelo presidente da SBPC, Aziz Ab'Saber, a governadora do Maranhão Roseana Sarney fazia parte da mesa de abertura. Quando a governadora foi anunciada, levou uma estrondosa vaia, fruto da extinção da FAPEMA.

A nossa luta pela **recriação da FAPEMA** começou no Conselho da SBPC, presidido pelo presidente da SBPC, Sérgio Ferreira, em 13 de julho de 1999, em Porto Alegre. Ali, tomei posse do meu segundo mandato com Conselheira Nacional da SBPC. Os conselheiros da sociedade aprovaram, por unanimidade, um documento apresentado por Dr. Kerr, pedindo a recriação da FAPEMA. Em 14/07/1999, foi aprovada por unanimidade moção em Assembleia de todos os sócios da SBPC, pela reativação da Fundação, quando ficou registrado que, nos durante os nove anos de sua curta existência, a FAPEMA havia se constituído em uma das maiores conquistas na área de C&T do Estado.

O documento aqui referido foi assinado por: Vera Lúcia R. Salles – Conselheira da SBPC/área A, Luiz Alves Ferreira –

Secretário Regional da SBPC/Maranhão, Maria Célia Pires Costa - Conselheira da SBPC/área A, Euclides Fontoura da Silva Jr - Secretário Regional da SBPC/Paraná, José Monserrat Filho, ...Cordeiro- Conselheiro SBPC, Reinaldo Guimarães – UERJ, Renato Janine Ribeiro – Conselheiro da SBPC, Darcy F. de Almeida - Conselheiro da SBPC, Alberto Passos Guimarães - Conselheiro da SBPC, Warwick Estevam Kerr – Presidente de Honra da SBPC, Roberto A. Salmeron, Wadson Ribeiro – Presidente da UNE, Fábio Palácio de Azevedo – Diretor da ANPG, José Alberto Silva Rodrigues – Coordenador da APG/ USP, Ademar Freire Maia – Diretor da SBPC, Armenio Aguiar dos Santos – Secretário Adjunto da SBPC, Marcus R. Vale – UFC, Tadeu ...- SBPC/CE, Ennio Candotti – Presidente de Honra da SBPC, Yedda de.. – SBPC, Adalgiza Bahri – SBPC, Crodowaldo Pavan - Presidente de Honra da SBPC, Antonio José Silva Oliveira – UFMA, Carolina Martusalli Bori – USP/ Conselheira da SBPC/ área B, Mário de Sousa Araujo/ SBPC, Alfredo Arnóbio de Sousa da Gama – DQF/UFPE.

Em 11 e 13/12/1998, em notas no Jornal Imparcial, a Assembleia Legislativa informava a preocupação do deputado Marcos Pacheco com a extinção da FAPEMA pela governadora Roseana Sarney.

Em 25/04/1999, o Prof. Sebastião Moreira Duarte, em artigo publicado no Jornal Imparcial, sob o título **"A extinção da nossa modernidade",** questionou o governo pela extinção da FAPEMA, indagando, ao final do artigo: "Um novo Tempo. Dá para acreditar?". (Esse era o slogan do governo do estado).

Em 09/05/1998, em um terceiro artigo publicado no Jornal Imparcial, com o título **"A opção pelo arcaísmo"** o Prof. Sebastião Moreira Duarte inicia o artigo dizendo: "Esta é a terceira vela que acendo sobre o corpo morto da extinta FAPEMA, e não posso garantir que seja a última".

Em 8/10/1999, no Jornal da Ciência, foi publicado o documento **SBPC 2000 - Ideias do Maranhão,** nas páginas 6, 7 e 8. Esse documento contou com a colaboração dos seguintes professores e alunos: Aldaléa Lopes Brandes Marques, Antônio J. S. Oliveira, Antonio Rafael da Silva, Fabiana Oliveira Canavieira, Francisca Helena Muniz, Luiz Alves Ferreira, José Augusto Silva Oliveira, José Ivan C. Accioly, José Macário Rebelo, José Policarpo Costa Neto, Maria Célia Pires Costa, Maria Eliana Alves Lima, Maria Ozanira Silva e Silva, Maria Regina Martins Cabral, Sebastião Moreira Duarte e Valdenira Barros. Esse documento trazia como destaque: *"Reativação da FAPEMA é essencial". "Para o sistema de Ciência e Tecnologia do Maranhão, é indispensável a reativação da FAPEMA, com autonomia, com recursos constitucionais e com a garantia de aprovação dos projetos e programas pelo mérito científico e voltados para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida do Maranhão".*

Importante ressaltar que os professores que assinaram o documento acima eram sócios da APRUMA e da SBPC.

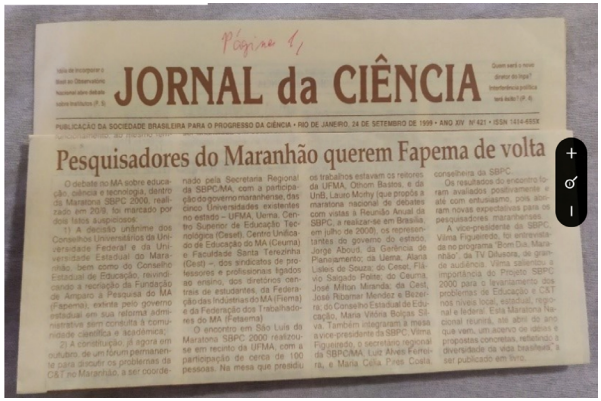
Em 10/10/96, por meio do OF. GR. nº444/96 – MR, de oito páginas, dirigido à Governadora Roseana Sarney, o Reitor da UFMA Prof. Aldy Mello de Araújo, escrevia, com o caput *"...O Maranhão não pode mais assistir, indiferente, ao desperdício da inteligência e do talento de seus filhos".* No texto do ofício, o reitor trata da importância da FAPEMA.

Em 15/07/1999, a presidente da SBPC, professora doutora Glaci Therezinha Zancan, encaminhou uma carta à governadora do Maranhão, Roseana Sarney, sobre a extinção da FAPEMA e os males que tal acontecimento poderiam causar ao estado. No mesmo mês, reuniu-se em Porto Alegre o Fórum das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa. Um dos temas de destaque durante a reunião foi a extinção da FAPEMA, decorrente de uma re-

forma administrativa aprovada pela Assembleia Legislativa do Maranhão. Em seu lugar, foi criado um fundo de financiamento à pesquisa.

Em 6/08/1999, o então reitor da UFMA, professor Othon Bastos, manifestou-se junto à professora Glaci Zancan, pela recriação da FAPEMA.

Em 16/09/1999, o reitor da UEMA, prof. César Henrique Santos Pires, manifestou - se, por meio do ofício nº. 240/99-GR/UEMA, pela recriação da FAPEMA, em documento dirigido ao professor Luíz Alves Ferreira, Secretário Regional da SBPC/MA.


JORNAL da CIÊNCIA

PUBLICAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA • RIO DE JANEIRO, 24 DE SETEMBRO DE 1999 • ANO XIV Nº 621 • ISSN 1414-655X

Pesquisadores do Maranhão querem Fapema de volta

Jornal da Ciência, publicação da SBPC, setembro, 1999

Na imagem acima, consta que em 20 e 21 de Setembro de 1999, a Maratona SBPC 2000 foi marcada por dois fatos auspiciosos: 1) A decisão unânime dos Conselhos Universitários da Universidade Federal do Maranhão e da Universidade Estadual do Maranhão, bem como do Conselho Estadual da Educação, reivindicando a recriação da FAPEMA, extinta pelo governo estadual em sua reforma administrativa sem consulta à comunidade científica e acadêmica; 2) A constituição de um fórum permanente para discutir os problemas da C&T do Maranhão, a ser coordenado pela Secretaria Regional da SBPC/MA, com a participação do Governo maranhense de cinco instituições de ensino superior do estado (UFMA, UEMA, CEFET, CEUMA e CEST), dos sindicatos de professores e profissionais ligados ao ensino (SINTEMA e SINPROESEMMA), da UNE, do Diretório Central de Estudantes da UFMA, da FIEMA e FETAEMA. O encontro em São Luís da Maratona SBPC 2000 realizou-se na UFMA, com a participação de cerca de 100 pessoas. Na mesa que presidiu os trabalhos, estavam os reitores da UFMA, Othon Bastos, e da UNB, Mauro Morhy, os representantes do governo, do CEUMA e do CEST. Também integraram a mesa,

a vice-presidente da SBPC, Vilma Figueiredo, o secretário regional da SBPC/MA, Luís Alves Ferreira, e Maria Célia Pires Costa, conselheira da SBPC.

Em 26/09/1999, em entrevista ao Jornal Estado do Maranhão, pagina 3, cujo título foi **"Maranhão não ficará isolado",** o engenheiro Jorge Aboud, supervisor de Apoio ao Desenvolvimento Científico da Subgerência de Ciência e Tecnologia e gerente técnico-administrativo do Fapem (Fundo de Amparo à Pesquisa Científica no Estado do Maranhão), órgão que substituiu a FAPEMA, extinta no início de 1999, afirmou que "o Fapem pretende tornar mais ágil e mais eficiente a formação de recursos humanos e o apoio à ciência e tecnologia".

Em 5/10/1999, a então graduada em História pela UEMA, residente em Caxias/MA, Lúcia Helena Castro da Silva, publicou o artigo **"A Ciência do Maranhão encolheu"** no caderno Opinião, página 12, do Jornal O Imparcial, onde afirmava que "por maior que tenha sido o esforço do Sr. Jorge Aboud em pretender mostrar que a ciência do Maranhão não encolheu com a extinção da FAPEMA (Jornal Estado do Maranhão, pag. 3, 26/09/1999), não conseguiu. O Maranhão perdeu e perdeu muito com a extinção da sua fundação de amparo à pesquisa".

Em 22/03/2000, O Jornal Folha de Gaia republicou o importante documento **SBPC 2000 - Ideias do Maranhão.**

E assim, a luta da sociedade brasileira e maranhense, da qual fizeram parte a APRUMA e a SBPC, recriou a NOSSA FAPEMA, no governo José Reinaldo. O projeto de recriação da FAPEMA, foi apresentado na Assembleia Legislativa pela então deputada Tereza Murad.

Concluo este trabalho, citando uma frase de meu grande mestre Ricardo Ferreira *in memoriam: "Cientista covarde não presta".*

APRUMA, 45 ANOS: balanço e perspectivas

FLÁVIO BEZERRA DE FARIAS[1]

Introdução

No momento atual da crise estrutural do capitalismo brasileiro e, portanto, do seu Estado, a sua funcionalidade se restringe a medidas reformistas, superficiais, e paliativas de combate à exuberância financeira e às desigualdades socioeconômicas, de modo que as políticas públicas se tornam, em suma, maternas para os ricos e paternas para os pobres. Depois da "casa dos horrores" do neofascismo ultraliberal, vem a acalmia e o alívio do "carrossel" social-liberal neokeynesiano. Embora seja evidente que o "milagre" de Lula tirou a presidência das mãos sanguinárias e criminosas de Bolsonaro, o movimento docente, que já experimentou ataques de ambos os lados da política menor, sabe, também, que a consciência de classe não cai do céu. Encontrar uma solução terrena para a crise é uma tarefa histórica da classe trabalhadora.

A persistência da crise

O "milagre" de Lula não nos salvou do inferno de um parlamento reacionário, eleito sobretudo com um monumental abuso do poder econômico: o famigerado "orçamento secreto", um verdadeiro sapo que a democracia burguesa formal brasileira engoliu rápida e facilmente. A fraude antidemocrática do primeiro turno (que

1 Professor Titular aposentado do departamento Economia da UFMA. Presidente da Apruma nas gestões 1989 – 1991 e 1991 – 1993.

Alexandre de Morais não viu) foi ocultada pela espetacular vitória democrática do segundo turno, marcada pelo populismo e pela colaboração de classe.

Infelizmente, configurou-se agora uma crise entre os três poderes da República, sobre a qual paira a espada de Dâmocles do poder militar, sem esquecer o quarto poder da mídia e o poder do imperialismo global. À situação concreta de grande crise aplica-se muito bem as ideias gramscianas segundo as quais o velho não morre e o novo não nasce, criando um ambiente farsesco, fantasmagórico e contaminado de pessimismo da vontade (sem alternativa emancipatória estratégica) e otimismo da razão (falta de rigor crítico e teórico).

A democratização e a consciência de classe

No processo de democratização, a experiência de quase meio século que o ANDES e a APRUMA fez do mundo, com o mundo e por um possível mundo melhor, preparou-as para continuar atuando como organizações históricas decisivas na luta contra a reificação capitalista (realpolik, oportunismo, sectarismo, burocratização, imobilismo, conformismo, etc.) e pela consciência de classe dos professores das IFES, para além de sua defesa dos interesses imediatos da categoria. O nosso sindicato não deve esquecer que a emancipação do trabalho alienado, especialmente no setor educacional, é um processo dialético que envolve a consciência real e a consciência possível, a tática e a estratégia, a reforma e a revolução, etc., cuja totalização na práxis militante não deve tratá-los como polos mutuamente exclusivos. Como diz o ditado inglês, "a árvore não deve ocultar a floresta", especialmente na emancipação da exploração econômica, da dominação política e da humilhação social do homem pelo homem.

A consciência de classe dos militantes da APRUMA e do ANDES tem que escapar, como quem foge de um demônio, da reificação do "pêndulo" de FHC, isto é, da farsa da repetição histórica, oscilando automaticamente entre o autoritarismo e a democratização, assegurando um eterno retorno à democracia burguesa formal, de modo que, hoje, o movimento docente se submeteria ao ditado popular português, "devagar com o andor, que o santo é de barro".

Retornando ao processo genético de democratização no qual emergiu o nosso sindicato, ainda durante a ditadura militar de 1964 a 1985, para retornar à situação atual de um processo aberto para um futuro emancipado do trabalho alienado, convém destacar a natureza ofensiva de suas táticas de lutas por direitos imediatos dos professores, perfeitamente compatíveis com a luta estratégica para conquistar uma verdadeira carreira docente, porque aquela que tínhamos era indecente. Este foi o objetivo radical da primeira greve das universidades federais fundacionais, em 1985, na qual tive a honra de participar como representante do Comando Local da APRUMA no Comando Nacional de Greve do ANDES, em Brasília.

O momento constituinte

Ao mesmo tempo em que o movimento docente buscava uma carreira digna, participava ativamente do processo constituinte que levou à Constituição de 1988, cujo artigo 207 estabeleceu a autonomia universitária. Desde que a classe dominante, na visão de seu intelectual orgânico, o presidente José Sarney, concluiu que com esta Constituição o Brasil é ingovernável, começou o processo de desconstituição denominado de reforma do Estado e reforma constitucional. Na visão hegeliana, a fera do poder constituinte foi domada pela Constituição da Nova República.

A partir de 1989, a APRUMA teve um papel decisivo na construção das sucessivas greves do ANDES e do funcionalismo público, sobretudo para efetivar os direitos sociais inscritos na Constituição de 1988, a contrapelo das "reformas" constitucionais e estatais inerentes ao neoliberalismo. As pautas complexas e unitárias eram menosprezadas pelos burocratas do governo, o que explica as longas e desgastantes greves. Nas greves de resistência às destruições dos serviços públicos, os ganhos sindicais dos professores das IFES eram arrancados a fórceps, inclusive através de greve de fome. O balanço das greves foi positivo, relativamente às outras experiências latino-americanas, como no Chile e na Argentina, embora devam ser discutidas as formas de greve, no sentido de desenvolver a eficácia e a contundência deste instrumento de luta.

A política social-liberal, ainda que variáveis de Collor a Dilma, foi a forma adequada para implementar, de forma insidiosa e ambígua, a regressão social neoliberal, em termos de ampliação e aprofundamento do trabalho alienado, tanto na classe trabalhadora, quanto na categoria docente universitária. Por falta de espaço, fica para outra ocasião a análise de como tudo isso funcionou como estufa para o ovo da serpente neofascista.

À guisa de conclusão provisória

Sem querer repetir romântica e linearmente a história, sem um novo e radical poder constituinte no Brasil e na Universidade, através de uma práxis consciente e revolucionária, continuaremos carregando a cruz do trabalho alienado, sem esperança de nos livrar dela definitivamente.

Professores em greve de fome: uma forma de resistência política

ANTONIO RAFAEL DA SILVA[1]

Era tarde de quinta-feira do dia 8 de junho de 1998. Cheguei de Brasília e era sabedor que os professores das Universidades Federais estavam exaustos depois de quase 70 dias de paralisação. A greve nacional fora deflagrada em 31 de março e devido à falta de acordo, a palavra de ordem da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES-SN) era pela consulta às Associações Docentes (ADs) sobre a realização de uma Greve de Fome.

Segui para a APRUMA e lá encontrei a área de vivência repleta de professores e alunos. Pelo alvoroço vi que algo importante teria acontecido. Próximo a mim, o saudoso professor Luís Alves Ferreira, o Luizão, do Departamento de Patologia, ao qual perguntei o motivo de tanta euforia e dele recebi a resposta: *"A Assembleia decidiu pela Greve de Fome e os professores Cândido Augusto e Durval Prazeres serão nossos representantes em Brasília"*. No intervalo, me dirigi à presidente da Apruma, a professora Rosilda da Silva Dias, e disse: *"Professora, soube que dois professores participarão da greve de fome. Sugiro que vá mais alguém — e se um deles adoecer? Eu me candidato"*. Comunicada tal decisão à Assembleia, aplausos referendaram o ato considerado corajoso e solidário. Realizamos então exames de saúde preparatórios e exi-

1 Professor Aposentado do departamento de medicina da UFMA, diretor da Apruma nas gestões 2012 – 2014 e 2022 – 2024.



Aeroporto de São Luís - Despedida dos Professores Cândido (in memorian), Durval (in memorian) e Rafael indo para Brasília participar da Greve de fome do ANDES-SN

Fonte: Acervo Apruma Seção Sindical

gidos pelo Comando Nacional de Greve e logo a equipe médica do Hospital Universitário deu-nos como aptos. Foi comovente a nossa partida para Brasília na manhã de sábado de 13 de junho de 1998, figura 1.

Desembarcamos e nos dirigimos à Assembleia Geral. Entre os impasses, o pagamento dos salários atrasados — medida autoritária imposta pelo Ministro da Educação Paulo Renato — que, diante da ameaça da Greve de Fome, recuara e mandara pagar os salários como forma de atenuar as consequências e o desgaste que certamente ocorreriam. Após ouvir algumas informações do Comando, fez-se pausa para ouvir os pronunciamentos de Jorge Paulo dos Santos (UFPA) e Alex Leite (UFPI) que disseram estar vindo de outro local com professores dispostos a fazer tal greve. A ponderação que ouviram foi que, como o ministro da Educação prometera pagar o salário dos professores e estava enviando um projeto à Câmara de aumento de salário, seria difícil realizar a Greve de Fome — água na fervura no ânimo de muitos presentes. A assembleia ficara dividida em função da promessa de aumento e pagamento dos salários retidos, levando alguns a argumentar que por essa razão não deveríamos ir em frente. Já outros alegaram o que certa parte da imprensa e o governo já anunciavam, rotulando a nossa luta como mera provocação.

Foi nesse momento que nossa delegação pediu a palavra: *"Chegamos do Maranhão e ouvimos com atenção os debates. Sabemos que todos aqui lutam por uma causa justa e pela sobrevivência da nossa instituição maior. Com respeito aos colegas presentes, queremos afirmar que a APRUMA, nossa associação, não está utilizando seu direito de greve somente por salários. Estamos aqui defendendo aquilo que está no eixo ideológico do nosso*

Sindicato Nacional. Nossa luta é pela Autonomia Universitária, cláusula pétrea da Constituição, pela defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. Também pela nossa justa remuneração como parte daquilo que dignifica o professor no seu trabalho. Estamos em greve para mostrar ao Governo que no país existe um segmento de pé, que não se curva ao autoritarismo e ao arbítrio". Felizmente a maioria pensava assim e a Greve de Fome foi decretada por unanimidade.

O Cerne da Luta - A Causalidade do Movimento Grevista

Em 1978, professores da UFMA, para conferir unidade à sua luta contra o autoritarismo na universidade, fundaram a Associação de Professores da Universidade Federal do Maranhão (APRUMA). Igualmente, em 1981, as ADs reunidas em Campinas-SP fundaram a ANDES sob a liderança de Oswaldo de Oliveira Maciel. A APRUMA estava presente representada por Agostinho Ramalho Marques Neto (Presidente), Josefa Batista Lopes (Secretária) e os professores Arlindo Raposo, Antonio Rafael da Silva e Raimundo Antonio Silva. Foi um ato democrático e de compromisso com a bandeira de luta dos professores das universidades federais: a Defesa da Universidade Pública, Gratuita, Democrática e de Qualidade, atrelada a seus eixos centrais, o Padrão Unitário de Qualidade e a Autonomia Universitária.

Na caminhada democrática, após a proclamação da Constituição Federal de 88, acreditava-se que o Brasil havia superado a fase do arbítrio. Mas nem sempre foi assim. O ano mais difícil foi o de 1998. Os jornais estampavam em letras garrafais o sucesso das privatizações, menina dos olhos do governo FHC. O encolhimento do Estado era a palavra de ordem e nem as combativas universidades públicas foram poupadas das ameaças.

O caminho era a luta contra o retrocesso e o sucateamento das nossas instituições, os cortes de verbas, salários defasados, déficit de professores, redução das bolsas de estudo da pós-graduação. Acrescente-se a esses devaneios a impiedosa Reforma da Previdência que ameaçava os direitos trabalhistas e levou a universidade a perder boa parte de seu quadro devido ao estímulo de recorrer às aposentadorias precoces. Como se não bastasse, ao longo de quatro anos os professores tiveram seus ganhos congelados, sendo obrigados a viver com salários reduzidos em até 50%.

Na tentativa de reverter uma perspectiva nada animadora para o ensino superior no Brasil, em 1996 o movimento docente (ANDES-SN) protocolizou no MEC uma pauta de reivindicações que o governo jamais se dignou a examinar e muito menos a responder. Em janeiro de 1998, o Ministério da Educação alardeou que iria conceder um substancial reajuste salarial aos docentes das IFES, mas os professores foram surpreendidos pelo anúncio de aumento apresentado aos reitores por meio do Programa de Incentivo à Docência (PID) que consistia em bolsas para professores que atuavam na graduação. Indignados, delegados e observadores presentes ao Congresso do ANDES logo apoiaram o Estado de Greve nas IFES. Somou-se a essa decisão o franco apoio de Conselhos Universitários e Andifes que também rejeitaram o PID.

Em vez de discutir a proposta do movimento docente encaminhada em março de 1998 (como tentativa de restabelecer um efetivo diálogo), a resposta do MEC foi de ameaças: corte de pontos e corte de salários, vindo uma nova modalidade de pagamento com a imposição da Gratificação de Estímulo à Docência (GED), uma forma de PID disfarçado, medida que excluía os aposentados (pois só teriam 60% dos valores de professores da ativa), os professores do 1º e 2º graus, substitutos e os visitantes. A GED

ignorou a proposta dos professores, atendo-se a um único ponto, a questão salarial, mesmo assim totalmente distorcida. O caldo de cultura para deflagração da Greve de Fome efervescia.

A Greve de Fome

As palavras contidas na abertura do MANIFESTO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS EM GREVE DE FOME foram emblemáticas ao referirem-se ao recurso extremo a que aderiram 19 professores de diversas universidades brasileiras. Ei-las: *"Privo-me da comida porque me privam da palavra que tem fome de ser. Privo-me da comida porque me tiram a voz, o salário e o respeito... Tenho fome de verdade, de saber, de justiça"*. Nas fotos apresentadas, todos vestindo camisetas brancas com letras vermelhas. Simbolicamente, os professores escreveram no próprio corpo, *"Privo-me de comida, porque me tiram a voz, o salário e o respeito"* como expressão do sentido da luta histórica e a resistência pacífica de quem acredita no amanhã, na verdade e na justiça.

E assim, às 16 horas do dia 15 de junho de 1998, após declarações à imprensa falada e escrita, 14 professores de Universidades Federais cantando o Hino Nacional entraram de mãos dadas nas dependências do Curso de Educação da Universidade de Brasília, local que nos abrigou por 12 longos dias. Nós, professores, em pleno regime democrático, fomos obrigados a realizar uma greve de fome para enfrentar as investidas de um governo eleito pelo povo, mas contra a universidade e a ameaça aos seus dois grandes pilares: a autonomia e o caráter público.

Destaco o bom tratamento que recebemos do ponto de vista moral, emocional e presencial de professores da UnB, de entidades de classes, de movimentos sociais, de políticos, congressistas, de delegações estrangeiras a demonstrarem apoio e solidariedade humana. Parte da imprensa compreendeu o sentido da nossa

luta e divulgou os acontecimentos do dia a dia. Os colegas foram gigantes em suas determinações, jamais emitindo uma queixa sequer; todos se protegendo mutuamente e sendo protegidos. Eu me pegava olhando as cenas e recordando que, nem no pior momento da Ditadura Militar, professores universitários colocaram seus corpos, suas vidas e sua resistência à disposição do Brasil para não deixar que destruíssem a dignidade e a autonomia de sua maior instituição. Fomos estudantes e militamos nos momentos difíceis, mas nunca nenhum de nós assistiu a um quadro no qual era protagonista a proposta da morte deliberada, sem tortura, espontânea.

Às vezes, no silêncio da noite, lembrava de um dizer sofrido do filósofo francês Jean Améry, prisioneiro do campo de concentração de Auschwitz: *Há situações na vida em que o corpo é todo o nosso eu e todo o nosso destino*. Sei que o momento vivido não se compara ao horror de Auschwitz; mas o oferecimento voluntário de corpos de professores livres à crueldade da fome era a demonstração de que o Brasil estava de pé.

O jornal Folha de São Paulo estampou em sua edição de 16 de junho a fotografia dos 14 primeiros professores, número que logo aumentou para 18. A Figura 2 apresenta os professores Durval, Cândido e Rafael em repouso numa sala, preparando-se para a Greve de Fome acompanhados de Rafael Jr. na ocasião estudando em Brasília. Seguimos recomendações de nos poupar, dormir cedo, não dar entrevistas para não cansar, entre outras atividades que po-



Professores grevistas da base da Apruma: Durval, Cândido e Rafael, acompanhados do filho do professor Rafael, em Brasília, 1998
Fonte: Acervo pessoal

deriam repercutir na performance de pessoas privadas de alimentação.

Peço licença para dar conhecimento de algumas situações vivenciadas pelos grevistas. Na manhã do dia 16 fui procurado por dois professores que souberam que eu era médico. Perguntaram-me sobre o procedimento da pessoa grevista e respondi: *"Prezados professores, estou aqui como professor em greve de fome e não como médico. De greve de fome entendo somente o sentido voluntário e político, mas posso buscar informações"*. Então logo entrei em contato com o professor Carlos Eduardo Tosta, médico, professor da UnB, a quem pedi ajuda. Na figura 3 o professor Tosta, que se tornou um solícito conselheiro e inseparável dos grevistas, está em pé à direita de camisa quadriculada. A sua contribuição foi valorosa.





Grevistas e o médico que os acompanhou durante a Greve de fome
Fonte: Acervo pessoal

De imediato, Tosta pediu auxílio ao Conselho Regional de Medicina. Na figura 4, ao meu lado, à esquerda, o seu presidente acompanhado de dois médicos e à direita a minha saudosa irmã e companheiros grevistas. A missão do Presidente do CRM fora fazer uma palestra acerca do comportamento numa greve de fome. De início, chamou a atenção que a greve era de fome e não de sede e precisávamos, além da água, ingerir eletrólitos para manter a homeostasia cerebral. Com 10 minutos de fala e explicações, a professora Celi Tafarel da UFPE desmaiou e recebeu a orientação do médico Cláudio Freitas para que voltasse a comer. A repercussão de seu desmaio foi explorada pela imprensa já que estávamos em plena copa do mundo e a professora era tia do goleiro da Seleção Brasileira. Celi parou a greve, mas permaneceu

assessorando e auxiliando os demais. Nos outros dias, dois professores passaram mal por problemas hepáticos e intestinais e outra professora apresentou sinais de desidratação e teve que ir ao hospital tomar soro. Nada mais aconteceu a não ser o conforto das visitas solidárias.

De nada sabíamos dos acontecimentos lá fora, pois fomos aconselhados a descansar, falar pouco, evitar entrevistas, tudo para não perturbar o nosso comportamento e higidez de grevista, mesmo submetidos a cuidados e avaliados por diversas equipes. Negociações em curso, no 12º dia de privações, notando-se o emagrecimento de alguns, a serenidade e a expectativa de outros, veio a proposta do término da greve de fome. Era a tarde de um dia rotineiro para nós, mas altamente movimentado e repleto de responsabilidades, principalmente para a liderança do movimento. Chamados para decidir, ouvimos as razões, depoimentos e prós e contras. A bancada maranhense votara pela continuidade e condicionou o fim à vitória das reivindicações, mas venceu a proposta de cessarmos a greve.

O Desfecho da Greve Geral

O movimento de greve dos professores impôs derrotas ao governo e se firmou como autêntico defensor da causa da Universidade Pública e da Autonomia Universitária. No entanto, a posição tomada pela então recém-eleita Diretoria do ANDES de negociar paralelamente, sem obediência ao Comando de Greve Nacional de Greve (CNG), *"colocou o movimento diante do dilema de permanecer, para forçar o governo a conceder um ganho igual para todos os docentes, ou sair da greve com a GED — produto das 'negociações' entre a nova Diretoria, o MEC e o Congresso"*. Em 13/7/1998, após a votação do Projeto de Lei da GED, o CNG/ANDES-SN determinou o fim da greve de 104 dias, seguindo a decisão da maioria das Assembleias Gerais.

Relato sobre a greve das Federais de 1998

JOSÉ MENEZES GOMES[1]

A greve de 1998 foi sem dúvida uma das mais inovadoras e mobilizadoras da história do movimento em defesa da Universidade pública e dos direitos dos trabalhadores. Foi resultado da unidade dos três segmentos (estudantes, professores e técnicos) num momento de questionamento aos ataques vindo do governo FHC, que, além de muitos anos sem reajuste salarial, vinha tentando impor ações no sentido de destruir uma concepção de universidade baseada no tripé ensino, pesquisa e extensão e o princípio democrático e solidário às lutas sociais. Para entendermos esse momento precisamos recordar as greves anteriores que tiveram como pauta o combate às fundações privadas, a cobrança de mensalidade, pelo concurso público, em defesa da autonomia e dos fundamentos democráticos. Naquele momento, o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos — *PUCRCE,* instituído pelo Decreto n.º 94.664 de 23 de junho de 1987, em atendimento a greve de 1987, que assegurou a Carreira docente, estava sob forte ataque como todo o serviço público. A greve de 1987 teve como motivações principais as seguintes reivindicações: plano único de Carreira para as IES federais, proposto pelo ANDES; isonomia salarial plena aos docentes das autarquias e fundações, aposentadoria integral, verbas de custeio e capital no

1 Professor da UFAL. Ex-professor da UFMA e diretor da Apruma administrativo financeiro na gestão 2006-2008

valor, para retornar aos níveis de 1973; revogação da proibição de contratação de pessoal nas IES federais.

Já a greve 1998, teve como objetivos manter as conquistas, especialmente da greve de 1987, tendo como meta: reajuste salarial de 48,65%; recomposição do quadro de docentes das IFES, ampliação de vagas, reabertura de concursos para docentes IFES e retirada do Programa de Incentivo à Docência (MP). Esse PID era exatamente a tentativa de liquidar com a carreira surgida em 1987. Essa greve ocorreu por 103 dias – de 2/4/98 a 13/7/1998 e contou com 51 IFES em greve, envolvendo professores, TAEs e estudantes. Todavia, o resultado foi a introdução da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) com adicionais de remuneração aos docentes que acelerou a desconstrução da carreira, reafirmando o projeto privatizante e a sua intenção de seguir a cartilha do FMI e do Banco Mundial. Dentro dessa greve tivemos uma greve de fome que envolveu 17 professoras e professores que, durante 12 dias, demonstraram até que ponto os docentes chegaram para defender a Universidade e seus direitos.

Mesmo sendo uma das greves mais envolventes, já exercitou nos primeiros meses uma experiência de greve de ocupação durante a qual os três segmentos acamparam dentro da UFMA e realizaram durante essa etapa um calendário de formação nas unidades com grandes seminários semanais envolvendo todos os segmentos. Além disso, aquele movimento conseguiu um grande envolvimento dos demais movimentos sociais como o MST, dentro da UFMA, com atendimento médico aos sem terras, passeatas conjuntas e grande movimento de massa com atos nas praças.

Nessa paralisação tivemos uma experiência de greve de fome, tendo em vista a intransigência do MEC e o corte de salários do mês de abril após 74 dias de greve. Com isso, professores de vá-

rias universidades entraram em greve. Essa greve de fome resultou da grande força da greve e da truculência do governo federal. Da UFMA tivemos a participação de três professores: Durval Prazeres, Rafael e Cândido. Para tanto os professores tiveram que participar de exames médicos. Dos 36 que inicialmente se dispuseram a participar, 11 foram eliminados, seja com problemas de anemia, diabete, hipertensão ou com idade avançada. Vale registrar a disposição do professor Durval, que mesmo tendo dificuldade no teste de esforço físico pediu para participar. Os salários cortados foram pagos, segundo apurado pelo jornal Folha de São Paulo, que o governo avaliou que um movimento desse tipo, naquele momento, seria ainda mais prejudicial à imagem de Fernando Henrique Cardoso, candidato à reeleição.

Após a aprovação dos três representantes da UFMA fomos levá-los ao aeroporto com grande número de militantes. Após 12 dias de greve de fome, fiz a defesa da proposta de finalizar essa modalidade de greve, tendo vista que na eleição do ANDES ganhara o grupo que atualmente compõe o PROIFES, que sem respeitar o Comando Nacional de Greve e os CLGs, estava negociando com a ACM e o ministro Paulo Renato, o fim da greve e a aceitação da GED, que representaria o início da destruição da carreira e da concepção de Universidade vindas da greve de 1987. Essa derrota se devia à forma truculenta do governo FHC e à divisão que se materializava dentro do movimento docente, mesmo quando fizemos a maior greve da história do movimento docente. O retorno dos nossos três representantes da greve de fome foi marcado por uma grande homenagem organizada no auditório Ribamar Carvalho, quando jogamos flores durante a entrada deles. Em seguida, tivemos o encerramento da greve depois de 103 dias. Com a posse do grupo que veio a se constituir no PROIFES, tivemos uma ges-

tão que se notabilizou pelo autoritarismo e pela tentativa de impor uma concepção de sindicato vertical que não respeitava a base do movimento e que legitimou as ações neoliberais.

Naquela greve, participei do Comando Nacional de Greve por duas semanas e pude observar como estava a disputa interna para a eleição do ANDES-SN. Este processo ficou bem evidente quando, no CNG, foi pautado se deveríamos ou não realizar a ocupação do ministério para forçar a abertura de negociação. Tal processo, resultou num debate de mais de 15 horas entre os dois grupos, sendo influenciado pela chegada de delegações de vários estados para dar suporte à mobilização de onde começaria a ocupação. O grupo ligado ao futuro PROIFES foi contra a ocupação. Todavia, com a chegada das caravanas saiu vitorioso o grupo de defensores da ocupação. Como tive que retornar ao Maranhão na noite em que foi realizada essa deliberação, fiquei sabendo do resultado pelo grande impacto que teve na imprenssa a ocupação do ministério.

Para entendermos a característica dessa greve precisamos compreender o momento histórico do início dos anos 1980 com o surgimento do PT, da CUT, do MST e das grandes mobilizações que levaram ao movimento da Reforma Sanitária e luta pelo SUS, que culminaram na Constituição de 1988. Enquanto no Brasil tivemos um fortalecimento das lutas sociais, na Inglaterra e nos EUA tínhamos a implantação das políticas neoliberais e aceleração das privatizações e ataques aos movimentos sociais e aos direitos sociais. No Brasil, as políticas neoliberais teriam seu início no governo Collor e grande fôlego no governo Itamar e depois com a eleição de FHC. Aqui, a estabilidade da moeda foi introduzida em 1994, com o Plano Real, que acabou permitindo uma correlação de forças que alimentou a introdução das políticas neoliberais, especialmente com a reforma do Estado, mas com a política de ajuste fiscal permanente para pagamento da dívida pública, que explodiu

com a política de juros altos. O primeiro ataque foi a inexistência de reajuste salarial por mais de seis anos e uma tentativa daquele governo de atacar todas as carreiras dos servidores públicos como mecanismos produtivistas, corte no orçamento das IFES e tentativa de privatização com aprofundamento das terceirizações e não reposição via concurso público.

Essa greve serviu para demonstrar como um governo neoliberal agia para impor a política de ajuste fiscal e como um grupo pelego pode servir aos interesses de um governo de plantão sendo cúmplice da destruição de direitos, enquanto posavam de negociadores.

A APRUMA, o neoliberalismo e a luta pela LDB

LUCELMA SILVA BRAGA[1]
MARIA DE FATIMA FELIX ROSAR[2]

A longa duração da história da luta pela educação pública no Brasil, a partir dos anos 1930 do século XX, expressa de modo inegável a magnitude da desigualdade construída, fortalecida e reconstruída pelo exercício do poder e da dominação do bloco político-social constituído, desde a Primeira República, embora seus representantes não fossem os mesmos nos períodos que se sucederam, com alternância do domínio de frações da burguesia nos regimes "democrático-liberais" e ditatoriais, nos quais as diferenças são apenas de gradação dos processos de reprodução do direito privado, dos imperativos do mercado e da violência contra os movimentos sociais.

As oligarquias rurais e urbanas mantiveram o controle sobre a política e a economia, garantindo a reprodução do antagonismo entre as classes sociais num país de capitalismo periférico e dependente como o Brasil, cujas raízes herdadas do passado colonial, em que prevaleceram as bases de um sistema escravista brutal, continuaram reverberando até a atualidade. Essa desigualdade se concretizou nas condições materiais de sobrevivência, de escolarização e profissionalização da grande maioria das classes trabalhadoras excluída sistematicamente do acesso e permanência nos diferentes níveis da escola pública.

1 Professora do departamento de Psicologia. Diretora de Relações Sindicais da Apruma na gestão 2010-2012.

2 Professora Aposentada do departamento de Educação da UFMA. Secretária Geral da Apruma na gestão 1995-1997.

Essa exclusão ocorreu mesmo quando as políticas de desenvolvimento da economia capitalista, nos anos 1950 e 1960, geravam demanda de trabalhadores para a indústria, resultante do processo de transição da economia agroexportadora sob indução da internalização do capital estrangeiro, aprofundando-se sua ingerência durante a ditadura empresarial-militar de 1964 a 1985.

Em todas as décadas, os educadores foram protagonistas de lutas pela universalização da educação e pelo seu financiamento público. Dos Pioneiros da Educação, dos anos 1930 e 1950, às organizações ampliadas como os Fóruns em Defesa da Educação Pública, nos anos 1990, além dos sindicatos, organizações estudantis e outras entidades progressistas da sociedade civil, os movimentos em defesa da educação pública se mantiveram articulados e combativos, apesar de terem sido constantes as perdas impostas a esses sujeitos políticos coletivos, desde a elaboração da primeira LDB (Lei 4024/61) e durante a ditadura empresarial-militar. A Lei 5.540/68 da Reforma Universitária e a Lei 5692/71 para o ensino de primeiro e segundo graus imprimiram direção oposta ao ideário liberal-progressista dos educadores dos anos 1950/1960.

Por meio de políticas combinadas de centralização e descentralização, os governos militares definiram uma nova estrutura para a oferta da educação pública, criando o primeiro, segundo e terceiro graus, introduzindo a perspectiva de uma educação tecnicista e reprodutivista nas concepções curriculares e pedagógicas importadas dos Estados Unidos para o Brasil, disseminadas em todos os níveis de ensino.

A Apruma, como seção sindical do ANDES, desde os anos 1980, esteve na linha de frente da luta pela redemocratização do País, das universidades públicas, pela promulgação da Constituição

Cidadã e, posteriormente, integrou o Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública no movimento de luta pela Nova LDB, nos anos 1990.

O caráter orgânico dessa articulação em âmbito nacional, estadual e municipal, dando conhecimento e fomentando o debate dos projetos que se confrontavam no Congresso Nacional, apresentando emendas por intermédio do ANDES e divulgando amplamente os avanços e recuos que se deram no processo tortuoso de tramitação da LDB, até a sua promulgação em 1996, foram acompanhados e fortalecidos pelas organizações de base, como as seções sindicais das quais destacou-se a APRUMA, entre outras.

O Fórum Estadual em Defesa da Educação Pública foi constituído, em 1990, pela APRUMA, o Núcleo do CEDES em São Luís, a Associação de Saúde da Periferia de São Luís (ASP), a Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil (RAAB), o Instituto do Homem, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDDH), o SINDSEP-MA (Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais), os Diretórios Centrais dos Estudantes da UFMA e da UEMA, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de 3º Grau do Estado do Maranhão (SINTEMA), a Associação dos Servidores da UFMA (ASSUMA) e outras entidades.

Ações de divulgação da luta pela LDB foram realizadas por iniciativa do Fórum Estadual com efetivo apoio e participação da APRUMA para a socialização das novas diretrizes e bases da educação defendidas pelas entidades do campo progressista envolvidas na defesa de outras concepções e perspectivas para a transformação da educação, tendo como horizonte as mudanças estruturais do País. Nesse sentido, foi realizado o I Seminário sobre a Educação Pública, cujo tema foi a Educação Brasileira na atual conjuntura, realizado nos dias 27, 28 e 29 de agosto de 1990, que contou com os seguintes conferencistas: Dermeval Saviani (UNICAMP), Flávio

Wolf (USP/ANDES) e Romualdo Oliveira (USP). Ao final do seminário, foi elaborada a Carta de São Luís enviada para o Fórum Nacional, assinada por mais de 300 pessoas, que participaram do evento realizado durante três dias no auditório do SIOGE (prédio da Imprensa Oficial do Estado).

Outro evento de grande importância foi o Dia de Mobilização em Defesa da Educação Pública (17 de outubro de 1990 - Dia Continental de Luta) que reuniu na Praça Deodoro, durante todo o dia e, principalmente, no final da jornada, durante o Comício Pedagógico, um número expressivo de professores, estudantes e da população de São Luís, com a presença destacada da APRUMA. Outras atividades do Fórum Estadual, incluíram o trabalho de articulação de ações em outros municípios maranhenses, promovendo a disseminação mais ampliada dos princípios políticos e pedagógicos da luta em defesa da educação pública, com a participação de professores da UFMA e da UEMA.

A luta pela tramitação e aprovação da LDB do campo progressista exigiu esforço redobrado durante os anos que se seguiram, em decorrência dos impasses nas negociações entre, de um lado os blocos defensores dos interesses privatistas, incluindo o próprio governo e partidos aliados; de outro lado, os partidos que apoiavam as propostas do Fórum Nacional em defesa da escola pública, gratuita democrática e de qualidade. A agudização desse impasse produziu mais atividades de mobilização do Fórum Nacional no ano de 1992, tendo realizado um Seminário Nacional para o debate do tema: A LDB em tramitação: Impasses e Perspectivas com a participação efetiva dos fóruns estaduais que também realizaram uma agenda de eventos nos estados do Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará Pernambuco, Paraná, Piauí, Sergipe, Rio Grande do Sul e São Paulo.

A inserção permanente da APRUMA nas atividades de passeatas, contato com deputados federais, vigílias, coordenação de plantões em Brasília, foi continuada, assim como ocorreu na maioria dos estados em que as seções sindicais do ANDES assumiram papel ativo nos Fóruns Estaduais, no entanto as contradições que se tornaram evidentes entre parte das entidades acadêmicas e parte das entidades sindicais e classistas deixaram evidentes os limites dessa luta que resultou na aprovação definitiva do Projeto Mec-Darcy Ribeiro, em 17 de dezembro de 1996.

De fato,

> *A luta desencadeada ao longo da tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira se deu em um cenário de disputa no qual foram vitoriosas as forças conservadoras, culminando em um texto final que expressava as definições legais das reformas neoliberais que foram sendo implementadas mesmo antes de a LDB ser aprovada e promulgada (Braga, 2020, p. 320).*

As evidências de avanço das forças conservadoras seriam, portanto, ainda mais ampliadas por meio das reformas desencadeadas na educação como uma política de Estado, alinhada aos ditames dos Organismos Multilaterais, sob forte influência doW neoliberalismo elaborado como antídoto ao caráter político inerente ao processo de defesa da democracia real, que poderia implementar políticas estruturantes e transformadoras da condição das classes trabalhadoras.

O neoliberalismo como expressão ideológica, política e econômica do capitalismo sob a hegemonia do rentismo, alcançou uma escala global e contribuiu para a instituição de regimes políticos e sociais antidemocráticos na América Latina, cuja estratégia principal consiste no ataque aos direitos sociais, por meio de diferentes ações, tendo como alvo os segmentos mais empobrecidos da população. Por meio de aliança estratégica e orgânica com as oligarquias locais, são massificadas as formas de empreendedorismo e

consumo disseminadas como avanço da liberdade individual, mesmo quando se multiplicam os mecanismos de controle e de violência utilizados pelos aparelhos de coerção e hegemonia do Estado capitalista, garantindo a superexploração do trabalho.

Esses elementos evidentes na conjuntura brasileira, nos anos, 1990, 2000, e na segunda década do século XXI, têm atingido o campo da educação, um dos mais florescentes para a conversão do conhecimento em capital, potencializando os negócios inovadores e lucrativos na modalidade EaD. As plataformas digitais em consonância com os interesses do capital fictício, possibilitam alcançar dois objetivos: a ampliação exponencial do lucro e a formatação de novos perfis profissionais a serem "consumidos" pelo mercado.

> *Diante dessas evidências em que o capital subsume praticamente todas as dimensões da vida humana, parece fundamental debater a educação e a formação humana homogeneizadas e mercantilizadas, sob os mecanismos do capitalismo por meio dos recursos da gestão empresarial e da comunicação virtual, visando controlar as subjetividades dos trabalhadores e as suas práticas de trabalho. Para que se compreenda esse processo é fundamental reconhecer a influência do neoliberalismo, com a perspectiva de estabelecer um programa permanente de debate coletivo para redefinir os rumos da educação no Brasil. (Rosar, 2022).*

A APRUMA, como seção sindical do ANDES, está diante dessa realidade da segunda década do século XXI, dada a urgência de se recuperar o sentido histórico, político e pedagógico da educação pública. Na realidade, esse tema está presente como um grande desafio para as lutas a serem encetadas pelas universidades públicas e pelas organizações sindicais em todos os níveis.

Referências

BRAGA, Lucelma Silva. *A luta em defesa da educação pública no Brasil (1980-1996):* obstáculos, dilemas e lições da história. Marília: Lutas Anticapital, 2020.

ROSAR, M. DE F. Felix. *A estratégia do estado capitalista no setor da educação no Brasil:* deslocalizar os processos educativos. Revista Trabalho Necessário, v. 20, n. 42, p. 01-26, 22 jul. 2022. https://doi.org/10.22409/tn.v20i42.53629

A APRUMA e as centrais sindicais: do rompimento com a CUT à construção da CSP-CONLUTAS

WELBSON DO VALE MADEIRA[1]

A APRUMA começou a ser construída no final da década de 1970 como uma associação de docentes, mas no contexto de enfrentamentos sindicais e de movimentos populares à ditadura militar no Brasil. Como desdobramento, na década seguinte participou de diversas mobilizações que foram decisivas para consolidar uma das expressões do chamado novo sindicalismo brasileiro: a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Nesse contexto, a expectativa da militância docente na APRUMA alinhou-se ao que foi aprovado no 8º Congresso do ANDES-SN, realizado em fevereiro de 1989, que deliberou pela filiação do nosso sindicato à CUT: dessa forma a categoria iria contribuir ainda mais para um movimento sindical classista, combativo e autônomo em relação a patrões e governos.

Ainda que tenha assumido posições controversas em relação a determinadas pautas, desde a década de 1980 até 2002, a CUT encabeçou diversas lutas e greves gerais. Como exemplos, podem ser destacados os enfrentamentos às políticas econômicas do Governo Sarney e as lutas contra as políticas neoliberais e privatistas dos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso. O ANDES-SN esteve na linha de frente de todas essas lutas e também contribuiu para a solidificação da Central.

1 Professor do departamento de Economia da UFMA. Diretor da Apruma nas Gestões 1998 – 2000, 2004 – 2006, 2006 – 2008 (Presidente) e 2016-2018.

Infelizmente, a partir de 2003, com o início de governos de conciliação de classes, a CUT foi se tornando cada vez menos classista, combativa e autônoma, o que foi de encontro a princípios do ANDES-SN e da APRUMA. Os episódios em torno das contrarreformas da previdência simbolizam bem esse fato. Já em abril desse ano o Governo Lula encaminhou ao Congresso Nacional sua proposta de contrarreforma da previdência, que acabou com a aposentadoria integral para quem ingressou no serviço público a partir de 2004. Por um lado, esse fato levou a uma profunda reação por parte de organizações e militantes de servidores públicos. Por outro lado, como consta na página do ANDES-SN na internet (www.andes.org.br/sites/historia):

> *com a ascenção de Luiz Inácio Lula da Silva ao poder em 2003 teve início o processo de cooptação de sindicatos e movimentos sociais. Coerente com suas posições, o ANDES-SN rompe com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 2005, após o processo de aprovação da Reforma da Previdência, que retirava mais direitos dos trabalhadores.*

No Maranhão, a APRUMA compôs a coordenação estadual de lutas contra a reforma da previdência e ajudou a construir diversas mobilizações, inclusive uma caravana a Brasília, que da UFMA reuniu docentes, discentes e técnicos administrativos em educação, além de servidores públicos de várias instituições. A nível nacional começou a ser gestada uma alternativa à CUT e a outras centrais governistas.

Em março de 2004, em Luziânia (GO), foi realizado o Encontro Nacional Sindical, com a presença de 1.800 militantes dos movimentos sindical e popular, e de 5 a 7 de maio de 2006, em Sumaré (SP), o Congresso Nacional dos Trabalhadores (CONAT). Nesse congresso foi fundada a Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), e a APRUMA esteve presente com dois observadores.

O I Congresso da CONLUTAS aconteceu de 3 a 6 de julho de 2008, em Betim (MG), e o II Congresso, em Sumaré (SP), em junho de 2010. Nesse evento houve a fusão de várias entidades sindicais e populares, sendo fundada a Central Sindical e Popular (CSP-CONLUTAS).

Enquanto isso, a partir de 2007, com base em deliberação do seu 26º Congresso, o ANDES-SN passou a fazer parte da CONLUTAS, e em 2011, o 30º Congresso referendou a filiação do nosso sindicato à CSP. A APRUMA seguiu exatamente os mesmos passos do ANDES-SN, e desde que ficou configurada a traição da CUT participou ativamente da construção da CSP no Maranhão. Nesse sentido, compôs suas direções, ajudou em mobilizações com outros sindicatos e centrais e apoiou politicamente e materialmente diversas ações de movimentos populares ligadas à CSP, a exemplo do Movimento Quilombola do Maranhão (MOQUIBOM).

Por fim, cabe registrar que até 2023 a CSP segue sendo a única central no Brasil que além de reunir sindicatos e oposições sindicais, agrega também movimentos de lutas contra opressões, imigrantes e movimentos populares dos meios urbano e rural. Esse fato, evidentemente, vai ao encontro dos princípios do ANDES-SN e da APRUMA, que se voltam para a defesa da categoria docente, mas não se descuidam dos interesses mais imediatos e históricos de toda a classe trabalhadora.

A saída do ANDES-SN da CSP-CONLUTAS

ANTONIO GONÇALVES FILHO[1]

Para compreendermos melhor a saída do ANDES-SN da CSP-CONLUTAS, convém destacar, inicialmente, os elementos conjunturais que levaram à construção dessa Central e nortearam a sua concepção política, para em seguida adentrarmos nos argumentos apresentados nos debates, que precederam a deliberação congressual de desfiliação.

A luta de classes no Brasil e na América Latina, no final do século passado, estava marcada pela crise estrutural do capital, que fez avançar as políticas neoliberais, e pelo "fim do chamado socialismo real", com a queda do muro de Berlim (1989) e o fim da União Soviética (1991). Pouco a pouco, a prioridade da luta pela via institucional e governamental começa a ser a tônica das ações do principal partido de esquerda, o PT, e de seus aparelhos de hegemonia, como a CUT, direcionando uma expressiva e importante parte do movimento sindical e do campo progressista no Brasil para a construção do projeto de conciliação de classes, que ganhou vulto e se materializou após a posse de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), em 2003, na Presidência da República.

Com o afastamento da CUT de suas posições históricas, seu apoio às contrarreformas da previdência, trabalhista e universitária, e a ausência de democracia interna levaram o ANDES-SN,

1 Professor do departamento de Medicina da UFMA. Diretor da Apruma nas Gestões 2014-2016 (Presidente), 2016-2018 (Presidente), 2023-2025. Presidente do ANDES-SN na gestão 2018-2020.

no seu 24º Congresso, realizado em 2005, em Curitiba (PR), a decidir pela sua desfiliação dessa Central (ANDES SINDICATO NACIONAL, 2005).

Quando o ANDES-SN se desfilia da CUT, já estava em curso a formação da Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), um novo processo de reorganização de um segmento da classe trabalhadora, que defendia a independência de governos e patrões como posição das entidades sindicais. A CONLUTAS foi criada em 2004, na cidade de Luziânia (GO), após um encontro de entidades sindicais e populares. O ANDES-SN participou dessa construção desde os primeiros anos e deliberou pela filiação no 26º Congresso, realizado em 2007, em Campina Grande (PB) (ANDES SINDICATO NACIONAL, 2007). A APRUMA, como Seção Sindical do ANDES-SN, teve participação ativa tanto no combate às contrarreformas em curso à época, quanto no processo de reorganização da classe trabalhadora. Em 2010, no Congresso da Classe Trabalhadora (CONCLAT) é criada a CSP-CONLUTAS, Central Sindical e Popular.

O ANDES-SN deliberou pela filiação à CSP-CONLUTAS, no 30º Congresso, realizado em Uberlândia (MG), em 2011 (ANDES SINDICATO NACIONAL, 2011). Desde então, foi ampliando o debate sobre a necessidade de "enraizar" a Central nos estados. As seções sindicais deveriam cumprir um importante papel nesse movimento, tanto no âmbito político quanto financeiro, mas poucas cumpriram. Não é o caso da APRUMA-SS, que cumpriu as deliberações congressuais desde o primeiro momento. O balanço, em 2019, demonstrava, porém, que até aquele momento, havia apenas nove coordenações estaduais da Central: BA, CE, MA, MG, PA, PE, RJ, SP e RS.

A CSP-CONLUTAS foi um instrumento importante nas lutas, com destaque ao período após o impeachment de Dilma Rousseff:

chamou a Greve Geral, construiu a unidade na luta com outras Centrais Sindicais e construiu uma agenda nacional de lutas, que contribuiu para a resistência contra a EC 95/2016, a construção da Greve Geral de 28 de abril de 2017 e do #OcupaBrasília, em 24 de maio de 2017, além do apoio às ocupações de escolas, de universidades e de institutos em 2017.

Com a posse do presidente Jair Bolsonaro, a CSP-CONLUTAS participou da construção da Greve Nacional da Educação em 15 de maio de 2019, do 2º Dia Nacional de Luta em Defesa da Educação Pública e contra a Reforma da Previdência, em 30 de maio de 2019, e empenhou-se muito na construção da base da Greve Geral do dia 14 de junho de 2019.

Com os ataques do governo da extrema-direita contra os serviços públicos e os direitos sociais, foi ficando explícita a necessidade de construção de uma frente unitária de resistência, para além das organizações que já construíamos, e que fosse capaz de aglutinar mais organizações e entidades. A dificuldade de se organizar uma greve geral com as Centrais engessadas pela burocracia foi outro elemento norteador do debate e da necessidade de ampliar o arco de unidade de ação. Naquela conjuntura, a CSP-CONLUTAS se colocava como entidade com disposição para radicalizar e avançar na pauta de defesa dos direitos, ao mesmo tempo em que fazia um movimento autoproclamatório de apresentar-se como "única central e espaço classista".

As diferentes análises da conjuntura e dos elementos que levaram ao processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff impulsionaram divisões no campo progressista. Essas divergências, aliadas a outras diferenciações de leitura da realidade social, levaram a importantes rupturas no interior das organizações políticas, incluindo a CSP-CONLUTAS. As diferenças, que eram

por vezes inconciliáveis, tomaram o debate político e acabaram por intensificar as disputas no interior da Central, o que levou a uma certa dificuldade para a construção de estratégia conjunta da Central. Assim, são exemplos: a posição sobre a Venezuela e a Síria; a aproximação com a bandeira partidária do "fora todos", por meio da consigna "fora todos os corruptos e corruptores"; a demora, e em alguns momentos a recusa, pelo bloco hegemônico, de assumir a bandeira pelas liberdades democráticas, etc.

A divisão da Central em blocos ("Classista, Operário e Popular" e "Somos Todos CSP") dificultou bastante a atuação do ANDES-SN, que ficou numa posição isolada por se posicionar sempre pelas deliberações do conjunto do nosso Sindicato e não pelas posições de forças políticas. Um exemplo dessa realidade foi o ANDES-SN, mesmo sendo a maior entidade filiada à CSP-CONLUTAS, ter se mantido com apenas uma vaga na Secretaria Executiva Nacional (SEN), pelo fato de montar "chapa independente". Contraditoriamente, forças políticas que se organizam como oposição de entidades conquistaram mais vagas na SEN, assim como movimentos populares sem nenhuma precisão de sua base.

As disputas internas passaram a ser pautadas pela construção artificial da hegemonia, com a filiação de entidades e de movimentos populares com os quais não é possível dimensionar sua real expressão na realidade social, mas que acabaram por se sobrepor às entidades. A CSP-CONLUTAS passou a se caracterizar como uma Central de forças políticas e não de entidades, como previa seu estatuto. Vale destacar que essa política teve resultados desastrosos, com destaque especial para a ruptura do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) com a Central, em julho de 2012.

As divergências não eram registradas e nem consideradas. As propostas de resolução apresentadas na Coordenação Nacional

da Central, ao serem derrotadas, sequer compunham o relatório para a memória histórica, passando uma falsa impressão de que existia um consenso na Central e que todas as forças e entidades concordavam com a resolução aprovada. Esse foi o caso frequente do ANDES-SN, o qual apresentou resoluções com base nas análises e nas deliberações do Sindicato e sequer teve seu texto registrado nos anais da Central.

Nesse percurso, ações sectárias e as bandeiras divisionistas continuaram a predominar na construção da CSP-CONLUTAS. O bloco hegemônico apresentou inúmeras resistências na construção de outros espaços, tal como observamos no processo de construção do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes de Luta por Direitos e Liberdades Democráticas.

Para assegurar uma hegemonia absoluta, até mesmo nas coordenações estaduais da Central, o bloco hegemônico realizou intervenções burocráticas, criou movimentos artificiais manipulando ou ferindo o estatuto da própria entidade. Assim, por exemplo, uma associação de imigrantes venezuelanos criada pela força dirigente, sem uma base social que pudesse ser aferida, possuía uma delegação idêntica àquela do ANDES-SN. Mais grave foi a intervenção no estado do Ceará, em que o bloco hegemônico, por meio da Coordenação Nacional, autorizou intervenção na composição da Coordenação Estadual, permitindo o ingresso de representante de oposição de uma entidade que já é filiada à Central. Isso tudo para mudar a correlação de forças, mesmo que ferisse o estatuto da CSP-CONLUTAS. Na prática, o ocorrido na intervenção do Ceará abriu o precedente que possibilitaria que grupos políticos que se autointitulassem "oposição" dentro do ANDES-SN também pudessem se vincular à CSP-CONLUTAS, o que ataca frontalmente a nossa defesa da Central Sindical como uma organização de entidades e não de forças políticas. Outro

caso que também merece ser destacado é o da "intervenção" no Rio Grande Sul quando o bloco hegemônico, em explícita ação artificial, filiou entidades do campo para garantir a hegemonia na coordenação estadual da CSP-CONLUTAS.

Na base da APRUMA-SS e de várias Seções Sindicais, até mesmo naquelas que não cumpriam a deliberação congressual de construir a CSP-CONLUTAS, os debates sobre a Central tornaram-se recorrentes nas Assembleias Gerais, principalmente após o golpe de 2016.

Diante disso, o 39º Congresso do ANDES-SN, em 2020, deliberou pela realização de um CONAD Extraordinário, no segundo semestre daquele ano, para fazer um balanço da CSP-CONLUTAS. Porém, em decorrência da pandemia de COVID-19, o 14º CONAD Extraordinário somente foi realizado em 2022, na UnB, apontando para a desfiliação do ANDES-SN da Central (ANDES SINDICATO NACIONAL, 2023).

A APRUMA-SS promoveu debate com as posições divergentes sobre a permanência ou saída do ANDES-SN da Central e, em seguida, Assembleia Geral, que deliberou pelo voto na desfiliação. A saída se concretizou no Congresso seguinte, o 41º, realizado em Rio Branco-AC, em fevereiro de 2023. Foram 262 votos favoráveis à desfiliação, 127 contrários e 7 abstenções (ANDES SINDICATO NACIONAL, 2023).

Referências

ANDES SINDICATO NACIONAL. *Relatório Final do 24º Congresso do Andes- Sindicato Nacional*. Curitiba, 2005.

ANDES SINDICATO NACIONAL. *Relatório Final do 26º Congresso do Andes- Sindicato Nacional*. Campina Grande, 2007.

ANDES SINDICATO NACIONAL. *Relatório Final do 30º Congresso do Andes- Sindicato Nacional*. Uberlândia, 2011.

ANDES SINDICATO NACIONAL. R*elatório Final do 14º CONAD Extraordinário*. Brasília, 2022.

ANDES SINDICATO NACIONAL. *Relatório Final do 41º Congresso do Andes- Sindicato Nacional*. Rio Branco, 2023.

Precisamos avançar nas lutas por uma Carreira Docente Única nas Instituições Federais do Ensino Superior

MARIZELIA RODRIGUES COSTA RIBEIRO[1]
SAULO BARROS DA COSTA[2]

As maiores conquistas que o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES – Sindicato Nacional ou ANDES – SN) conseguiu em prol das carreiras do Magistério Superior (MS) e do Magistério de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (a EBTT dos Colégios de Aplicação) foram em lutas de sua base em greves nacionais (1980, 1985, 1987, 1989, 1991, 1993, 1998, 2001 e 2012), evidenciando-se aqui a Greve de 1987, que resultou na aprovação do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE) (SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, 2022).

Com o PUCRCE o ingresso docente passou a ser por concurso público de provas e títulos, sendo estabelecida isonomia salarial entre servidores de iguais classe e titulação. A carreira do MS, com 17 níveis, foi organizada nas classes I — Professor Titular (nível único e acessível apenas por concurso público), II — Professor Adjunto, III — Professor Assistente e IV — Professor Auxiliar (as três últimas com quatro níveis cada uma). Por sua vez, a carreira EBTT, com 21 níveis, foi dividida nas classes A, B, C, D, E (com quatro níveis cada uma) e a de Professor Titular (à semelhança do MS). Os regimes de trabalho nas duas carreiras poderiam ser de 20 horas, 40 horas

1 Professora Titular aposentada do departamento de Medicina da UFMA. Diretora da Apruma nas gestões 2012 – 2014, 2018 – 2020 e 2022 – 2024..

2 Professor de Geografia do Colégio Universitário da UFMA, Diretor de Relações Sindicais e Populares da Apruma na gestão 2022 – 2024

(excepcional) e Dedicação Exclusiva (DE). Ter títulos de Doutor ou Livre-Docente acrescentaria 25% a mais no salário do docente do MS e ter título de Mestre acrescentaria 15% nos salários docentes das duas carreiras. No MS e na EBTT, os vencimentos dos docentes com DE seriam 40% e 25% a mais, respectivamente, em relação aos docentes em 40 horas semanais de trabalho e os vencimentos dos docentes com 40 horas de trabalho seriam acrescidos em 100% sobre os dos docentes com 20 horas nas duas carreiras (BRASIL, 1987).

As progressões funcionais, segundo o PUCRCE, aconteceriam em níveis subsequentes dentro de uma classe e de uma classe para a seguinte, tendo por base uma avaliação de desempenho feita a cada dois anos. Os vencimentos e os acréscimos em níveis e classes (steps) eram superiores na Carreira do MS (BRASIL, 1987).

Desde o governo de Fernando Collor de Mello (1990 – 1992), essas duas carreiras vêm sendo progressivamente desestruturadas, em consequência de respostas governamentais à inflação e ao modelo de universidade pretendido (SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, 2010). Tentando minimizar as pressões dos movimentos docentes federais, tendo à frente o ANDES – Sindicato Nacional, os governos brasileiros criaram diferentes tipos de gratificações que alteraram a hierarquia e geraram distorções nas duas carreiras e entre ativos e aposentados. Em 1998, por exemplo, o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) implantou a Gratificação de Estímulo à Docência (GED) na carreira de MS, uma gratificação que tinha por base um sistema de pontuação (produtivismo) segundo titulação e dedicação docente às atividades de sala de aula na Graduação (BRASIL, 1998). Posteriormente, os docentes da Carreira EBTT passaram a receber a Gratificação de Incentivo à Docência (GID), só equiparada à GED e estendida aos professores aposentados com

a Greve de 2001 (SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, 2022).

Em 2006, a Lei n.º 11.344 reestruturou a carreira de MS em 5 classes (introduziu a classe de Professor Associado, com quatro níveis), exigindo o título de doutor para ingresso na classe; criou a Retribuição de Titulação (RT), a ser implantada em 2009 e que vem a ser maior que o vencimento básico; e instituiu a Gratificação Específica do Magistério Superior (GEMAS) aos proventos de aposentados e pensionistas. Na Carreira EBTT, essa Lei instituiu a Classe Especial (equivalente à Classe Titular), que poderia ser solicitada por docentes aposentados que cumprissem os critérios exigidos (BRASIL, 2006).

Essa Lei trouxe grandes perdas aos docentes aposentados; achatou os steps entre níveis e classes em relação aos atribuídos pelo PUCRCE, com maior acréscimo (25%) na progressão para a classe Professor Associado; e reduziu a curva salarial para 113% (era de 135% no PUCRCE), considerando-se a progressão do nível 1 da classe Professor Auxiliar até a classe Professor Titular no MS.

Em maio de 2012, diante do descaso dos governos Lula e Dilma em especial às perdas salariais docentes e agravamento das desestruturações das carreiras de MS e EBTT, as bases de 60 Universidades Federais foram entrando progressivamente na Greve de 2012, que durou 125 dias, a maior até então. A Associação de Professores da Universidade Federal do Maranhão (APRUMA – Seção Sindical) aderiu à Greve de 2012 em seu primeiro dia, 17 de maio.

Nessa greve, o ANDES – SN tentou negociar com o governo Dilma uma carreira única de professor federal (unificando as carreiras de Magistério Superior e EBTT), com uma única linha no contracheque (incorporando gratificações e adicionais), organizada em 13 níveis, com salário do professor graduado de 20 horas como referência para cálculo dos demais regimes de trabalho, acréscimos

salariais segundo titulação, progressões a cada dois anos e data base para negociação, entre outras reivindicações. Este novo cenário, apontou para a categoria novos rumos de organização, como propostos no Caderno n.º 2, do ANDES – SN (ANDES, 2013), destacando a relevância do magistério em quaisquer esferas da educação, desde os anos iniciais ao magistério superior.

Após a suspensão unilateral das negociações pelos representantes governamentais, em agosto, o Comando Nacional de Greve (CNG) do ANDES – SN buscou diferentes canais para a reabertura do processo. Entretanto, os representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) mantiveram-se irredutíveis, demonstrando que as divergências não eram tão somente financeiras, mas se estendiam para o projeto de Educação Superior que o Governo Federal tinha para o Brasil. Fizeram mais: reuniam-se às escondidas com representantes do seu pretenso "sindicato" na tentativa de esvaecer a greve do ANDES – SN e assinaram um "acordo" de carreira com base em tabelas remuneratórias, expresso na Lei 12.772/2012, o qual desorganizou ainda mais as estruturas das duas carreiras (BRASIL, 2012).

O ANDES – SN obteve dois ganhos nessa greve para os docentes federais: barrou a inclusão da classe Professor Sênior na carreira do MS e conseguiu que a classe Professor Titular fosse incluída dentro das carreiras do MS e EBTT.

Apesar de todas as dificuldades travadas em diferentes governos brasileiros, nada se equipara ao (des)governo do presidente Jair Bolsonaro: o ANDES – SN não avançou em qualquer negociação sobre Carreira Docente nem em reposição salarial.

O terceiro Governo Lula, iniciado em janeiro de 2023, prometia avanços que parece que não serão concretizados sem uma grande mobilização da base do ANDES – SN. Não há sinalização de início de mesa setorial para tratar do assunto.

Desde a sua fundação, a Associação de Professores da Universidade Federal do Maranhão (APRUMA – Seção Sindical) tem permanentemente alertado seus professores e professoras para a necessidade de continuarmos mobilizados em defesa da Universidade Pública e por condições de trabalho e salariais docentes dignas. Conseguirmos a reestruturação da carreira no governo Lula, com base na proposta do ANDES – SN, será uma grande vitória. Seguimos em luta!

Referências

ANDES. *Cadernos ANDES – N. 2*. Florianópolis: Andes, 1981 (2013).

BRASIL. *Decreto n.º 94.664, de 23 de julho de 1987:* Aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei n.º 7.596, de 10 de abril de 1987. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1987. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d94664.htm. Acesso em: 25 de agosto de 2023.

BRASIL. *Lei n.º 9.678, de 3 de julho de 1998:* Institui a Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9678.htm. Acesso em: 25 de agosto de 2023.

BRASIL. *Lei n.º 11.344, de 8 de setembro de 2006:* Dispõe sobre a reestruturação das carreiras de Especialista do Banco Central do Brasil, de Magistério de Ensino Superior e de Magistério de 1º e 2º Graus e da remuneração dessas carreiras, das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário e dos cargos da área de apoio à fiscalização federal agropecuária, estende a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária – GDATFA aos cargos de Técnico de Laboratório e de Auxiliar de Laboratório do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cria a Gratificação

de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde – GDASUS, e dá outras providências. (Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11344.htm. Acesso em: 25 de agosto de 2023).

BRASIL. *Lei n.º 12.772, de 12 de dezembro de 2012:* Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei n.º 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei n.º 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei n.º 8.745 de 9 de dezembro de 1993; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de que trata a Lei n.º 11.357, de 19 de outubro de 2006; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; altera as Leis n.º 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.091, de 12 de janeiro de 2005, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 12.702, de 7 de agosto de 2012, e 8.168, de 16 de janeiro de 1991; revoga o art. 4º da Lei n.º 12.677, de 25 de junho de 2012; e dá outras providências. Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm. Acesso em: 25 de agosto de 2023.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. *A Luta Sindical a partir das Greves do ANDES – SN ao Longo da História*. Brasília: ANDES. 2022. 10 p.

A APRUMA no combate ao racismo e em defesa das ações afirmativas na educação

CLAUDIA ALVES DURANS[1]
ROSENVERCK ESTRELA SANTOS[2]

Acreditamos que a promoção das "Políticas de Igualdade Racial" para a classe trabalhadora negra só terá êxito numa articulação entre as demandas de classe e as especificidades da questão racial. Historicamente, as entidades do movimento negro têm proposto uma série de medidas a fim de garantir o combate às desigualdades raciais no campo da educação, do mercado de trabalho e da cultura, bem como de incluir o racismo e a discriminação como critérios para se pensar a democracia e a igualdade. Segundo Gomes (2012, p. 23):

> *O Movimento Negro é o protagonista central que conseguiu dar maior visibilidade ao racismo e sua dinâmica de apagamento no conjunto da sociedade, ao mito da democracia racial, demandando a implicação do Estado para a efetivação da paridade de direitos sociais.*

Como se percebe, são objetivos, princípios e valores que há muito as organizações da população negra denunciavam sua ausência e vinham lutando para conquistar em termos constitucionais. Em 2003, a Lei Federal n.º 10.639 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais introduziram obrigatoriamente a História e Cultura Africana e Afro-brasileira no currículo escolar.

1 Professora do departamento de Serviço Social da UFMA. Diretora da Apruma nas gestões 1998 – 2000, 2000 – 2002, 2006 – 2008, 2008-2010, 2014 – 2016 e 2016 – 2018.

2 Professor da Licenciatura em Estudos Africanos e Afro- brasileiros da UFMA. Vice-presidente da Apruma na gestão 2014 e 2016

No entanto, promover políticas públicas com recorte étnico-racial não foi tarefa fácil em nosso país, em virtude do racismo entranhado em nossas instituições e mentalidade, e ainda, do mito da democracia racial que reforça a tese de que os problemas de desigualdade racial no Brasil são de caráter secundário em relação aos demais fatores sociais e econômicos. Dessa forma, ainda prevalece um tipo de racismo que se manifesta de forma indireta nas instituições sociais e governamentais, dissimulando práticas de discriminação sob a luz da igualdade jurídica de direitos.

Essa é uma das razões porque, a partir dos anos 1980, diversas iniciativas foram empreendidas no campo das políticas públicas e de programas sociais, visando à chamada "promoção da igualdade racial". As primeiras medidas tiveram começo no período da redemocratização do Brasil e coinciiram com a própria reorganização do movimento negro contemporâneo e das entidades classistas. Essas medidas vão aparecer, principalmente, nos estados e municípios com a criação de órgãos de assessoria e conselhos que colocam a discriminação racial na pauta dos governos. Em 20 de novembro de 1995 ocorreu a "Marcha contra o Racismo, pela Igualdade e pela Vida", na capital federal, em memória do tricentenário da morte do líder do Quilombo dos Palmares - Zumbi, organizada por inúmeras entidades do movimento negro e dos movimentos sociais.

Nesse contexto de muita luta e reivindicações no combate ao racismo e na defesa das políticas de ações afirmativas, na Universidade Federal do Maranhão e no contexto da educação, a APRUMA, junto com o ANDES-SN, buscou se inserir nos debates e propor ações que pudessem não apenas conscientizar seus filiados da importância de combate ao racismo, mas sobretudo propor medidas práticas visando uma educação antirracista. É nessa direção, que elencaremos algumas ações fundamentais desenvolvidas pela APRUMA, ou com o seu apoio, para a garantia

das políticas de ações afirmativas na educação e consequente combate ao racismo.

Cabe destaque para o apoio da APRUMA ao sistema de Cotas para negros e negras na UFMA, desde o ano de 2006, quando as discussões e debates se acentuaram. Inclusive, no dia 31 de outubro de 2006, no Palácio Cristo Rei, quando se reuniu o CONSEPE para discussão e aprovação do sistema de Cotas para negros, estava presente e fez uma fala em defesa dessa política, a Prof.ª Dr.ª Cláudia Durans, então diretora e representante da APRUMA no Conselho. Como destaca Nunes (2013, p.145), a professora Cláudia Alves Durans, defendeu e convocou os conselheiros – dada a importância das cotas e do debate para a população negra – a votar por um percentual maior para entrada de negros e negras na Universidade Federal do Maranhão, e não apenas 25% como estava sendo proposto.

Para além da institucionalidade, a APRUMA junto com o ANDES-SN promoveram uma série de debates, mesas-redondas, edição de revistas, documentários e jornais visando aprofundar e ampliar o conhecimento sobre a temática, tomando medidas concretas no combate ao racismo. Em 2009, por exemplo, como anuncia o Jornal O DEBATE, de 28 de agosto daquele ano, a APRUMA promoveu a mesa-redonda, intitulada: "A Política de Cotas nas Universidades em debate", no Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas da UFMA. Estavam na mesa, o professor Rosenverck Estrela Santos, representando a CSP-Conlutas, o professor Carlos Benedito, representando o NEAB e o professor do Rio Grande do Sul, Francisco Vitória, representando o ANDES-SN.

Em maio/junho de 2013 no n.º 03 do Jornal Informativo da APRUMA – S. Sind. do ANDES-SN – Gestão 2012/2014, tem uma entrevista do saudoso Professor Luiz Alves Ferreira – o Luizão – com o título *Democratização na universidade* em que denuncia os

vários problemas na UFMA, Luizão assevera que só é possível democratizar a Universidade se levarmos em conta as desigualdades sociais e étnico-raciais. Assim foram suas palavras:

> *Considerando que a Universidade Federal do Maranhão se encontra no Estado onde as desigualdades sócio-étnicos-raciais são gritantes, com população de 76% de negros(as) com maior número de comunidades negras quilombolas rurais, uma expressiva população indígena e outras comunidades tradicionais, a democratização é fundamental para o processo de desenvolvimento cultural científico, político, econômico e social e melhoria da qualidade de vida com sustentabilidade ambiental (INFORMATIVO APRUMA, 2013, p.34).*

Duas revistas do ANDES – Universidade e Sociedade – foram dedicadas à luta antirracista: Universidade e Sociedade, n.º 46, de junho de 2010, com o título: Cotas: acesso, permanência e democratização na universidade e Universidade e Sociedade, n.º 62, de junho de 2018 – 130 anos da abolição da escravidão no Brasil: a resistência do povo negro e a luta por reparações.

Em 2019, o ANDES-SN ainda produziu o documentário "Narrativas docentes: Memória e Resistência Negra" no qual os professores Rosenverck Santos e Cláudia Durans deram os seus depoimentos da importância da luta antirracista no âmbito do sindicato e das Universidades Federais. Esse documentário pode ser acessado pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=7Zu3uxRbkEM> tendo sido resultado de uma resolução do 36º Congresso do ANDES-SN que buscava visibilizar as trajetórias da militância das negras e negros no movimento docente.

No âmbito das ações de combate ao racismo e conscientização dos docentes das Instituições de Ensino Superior, o ANDE-SN, evidentemente, com o apoio da APRUMA, produziu três importantes cartilhas: Em junho de 2016, a Cartilha do GTPCEDS – O Grupo de Trabalho de Política de Classe para as questões Étnico-

raciais, de Gênero e Diversidade Sexual – intitulada: "Em defesa dos direitos das mulheres, os indígenas, das(os) negras(os) e das/os LGBT"; a Cartilha de julho de 2017 do GTPCEDS: "Contra todas as formas de assédio, em defesa dos direitos das mulheres, dos indígenas, das(os) negras(os) e das/os LGBT" e a Cartilha de Combate ao Racismo do ANDES e do GTPCEDS, publicada em 2020.

Todas essas iniciativas visam construir uma Universidade mais democrática, menos racista, e almejam proporcionar um movimento docente antirracista. Tanto a APRUMA, como o ANDES–SN, fazem parte dessa história.

Referências

COTAS EM DEBATE. In: *JORNAL O DEBATE,* de 28 de agosto de 2009

DEMOCRATIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE. In: *INFORMATIVO APRUMA*, n.º 03, maio/junho de 2013.

GOMES, Nilma Lino. *Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da lei n.º 10.639/03. Brasília:* MEC; UNESCO, 2012.

NUNES, Antonio de Assis Cruz. *O SISTEMA DE COTAS PARA NEGROS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO:* uma política de ação afirmativa para a população afromaranhense. São Luís/MA: EDUFMA, 2013.

A APRUMA na defesa do Colégio Universitário: da criação, "desfederalização" à intervenção

BARTOLOMEU RODRIGUES MENDONÇA[1]
MARIA DA CONCEIÇÃO LOBATO MUNIZ[2]

Estas resumidas notas sobre a APRUMA – Seção Sindical do ANDES – Sindicato Nacional e sobre o Colégio Universitário da Universidade Federal do Maranhão (COLUN/UFMA), pretendem mostrar como APRUMA e COLUN se entrelaçam em muitas situações, forjando mutuamente em lutas na defesa dos princípios democráticos, da igualdade de direitos, com respeito às diferenças, da educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada e da classe trabalhadora, por uma sociedade justa, igualitária e contra toda forma de preconceito, autoritarismo e desigualdades.

Para tanto, recorremos às produções acadêmicas e ao material comunicativo que se constituem em acervo potente para contar a história social da APRUMA e do COLUN, além da memória de quem contribui com esta história viva.

****

O Colégio Universitário (COLUN), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), compõe a rede dos Colégios de Aplicação (CAP) das Universidades Federias do Brasil.

Legalmente, os CAP, inicialmente denominados "Ginásios de Aplicação", foram criados pelo Decreto Lei nº 9.053 de 12 de março de 1946, e ficaram vinculados, "às Faculdades de Filosofia para

1 Professor de sociologia do Colégio Universitário – UFMA. Diretor da Apruma gestões 2012-2014, 2020-2022 (Presidente) e 2022-2024 (Presidente).

2 Professora Aposentada do Colégio Universitário – UFMA. Diretora da Apruma nas gestões 2000 – 2002 e 2004 – 2006.

prática docente dos alunos matriculados no Curso de Didática". (SANTOS, 2004, p. 33).

O decreto presidencial que trata da criação dos CAP impunha às então faculdades de filosofia, em funcionamento no país e reconhecidas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), a obrigatoriedade de manter "um ginásio de aplicação" (Decreto Lei nº 9.053/1946, Art. 1º)

No bojo da determinação do decreto-lei, algumas faculdades ou universidades municipais, estaduais, confessionais ou particulares também aderiram e criaram escolas vinculadas às suas estruturas acadêmicas e administrativas, a exemplo dos CAP da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Estadual da Londrina (UEL), totalizando dezenas de CAP em todo o país.

Os CAP, cada um ao seu modo e possibilidades, podem ofertar a educação básica desde a educação infantil (creche), o ensino fundamental, o ensino médio, a educação de jovens e adultos, a educação profissional (técnico/ integrado ou cursos subsequentes e pós-graduação

A UFMA adequou-se ao decreto 9.053/46, em 20 de maio de 1968, ao instituir, pela Resolução nº 42, do Conselho Diretor da Fundação Universidade do Maranhão, o COLUN como seu Colégio de Aplicação.

De lá para cá, seu corpo docente e técnico foi alterando e adequando sua estrutura acadêmica e administrativa para atender à comunidade, ofertando cursos do ensino fundamental, médio, técnico integrado e pós-médio, como também contribuindo com a formação dos licenciandos ao nível do estágio curricular. Além de buscar a defesa de uma gestão colegiada, democrática, participativa e com relativa autonomia.

Dentre a principais opções feitas pelo COLUN/UFMA está a defesa da educação de qualidade, universal e laica para a clas-

se trabalhadora e com acesso e permanência de forma gratuita, já se contrapondo ao próprio Art. 10, do referido decreto-lei que criava os CAP, onde faculta "a cobrança de uma taxa de matrícula" (Decreto Lei nº 9.053/1946, Art. 1º).

Muitos CAP das Universidades Federais, como o COLUN, nascem em meio ao período de ditadura empresarial-civil-militar no Brasil, o que lhes demandava resistência e criatividade para não sucumbir a uma educação bancária alienante. Foi nesse cenário que os docentes do COLUN contribuíram para a criação da APRUMA – Seção Sindical do ANDES – Sindicato Nacional, então Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão (APRUMA), em 1º de dezembro de 1978.

A experiência primeva dos docentes do COLUN, recém-criado, foi de uma gestão alinhada com o governo central ditatorial e com a concepção de educação conservadora, tecnicista e do modelo sistêmico funcionalista (SANTOS, 2024, p. 59).

Os docentes do COLUN, ao participarem da construção da APRUMA, criaram uma entidade representativa que esteve como apoio em seus momentos mais significativos. Nesse sentido, A APRUMA sempre cumpriu um papel importante em todas as lutas empreendidas pelo COLUN, a começar pela incorporação dos docentes da antiga Escola Laura Rosa para o quadro de docentes do COLUN, quando da reestruturação da escola na década de 1980, bem como em outros enfrentamentos, a exemplo das diversas políticas que intencionavam desobrigar as universidades em manter os CAP, repassando-os para as redes municipais ou estaduais de educação; das precárias condições em que funcionava no prédio no bairro da Vila Palmeira impondo distanciamento físico, administrativo e acadêmico da UFMA; do autoritarismo da Administração Superior ao destituir sua gestão legitimamente eleita e impor interventores na direção do COLUN.

Duas demandas da comunidade acadêmica do COLUN de então: ter um espaço físico que possibilitasse desenvolver todas a atividades atinentes a um CAP, já que, até então, não havia um prédio próprio para seu funcionamento, que primeiro ocupou salas no Palácio Cristo Rei, depois situou-se "na Quinta do Macacão, no Centro de Ciências da Saúde e no Prédio do Pombal e Pimentão, no Campus do Bacanga" (SANTOS, 2004, p. 66).

A saída do COLUN do Campus do Bacanga para o espaço das escolas do bairro Vila Palmeira, em 1980, é resultado do Convênio Secretaria de Educação do Estado (SEDUC) com a UFMA, mas não lhe garantiu um prédio próprio e, sim, cedido pela SEDUC. Segundo o Relatório do Colégio Universitário – COLUN. UFMA. apud Santos (2004, p. 67), "em 1980, em função da prioridade do MEC para o ensino de 1º e 2º graus, foi reestruturado para oferecer também o ensino de 1º grau, em convênio com a Secretaria de Educação (14/03/1980) ... instalado no bairro da Vila Palmeira".

Com a adequação à burocracia, não tardou a aparecerem dificuldades acadêmicas e administrativas. O quadro de pessoal técnico não foi ampliado proporcionalmente ao aumento das turmas do então 1º grau e das atividades previstas na reestruturação, deixando o funcionamento administrativo do COLUN comprometido (SANTOS, 2004, p. 85).

Quanto ao quadro docente do COLUN, criou-se uma espécie de confusão e de sistemática retirada de direitos e sobrecarga de trabalho, conforme depreende-se do Relatório do Colégio Universitário, 1985, *apud* Santos (2004, p. 88).

> *Sem consulta e sem consentimento dos docentes, a UFMA usou de um estratagema ilegal para, no dizer da mesma, tentar regularizar a situação dos seus concursados em abril e outubro de 1980 e outubro de 1981. Para aqueles que tinham vínculo com o Estado, a UFMA fez com que a Secretaria de Educação os colocasse à disposição da Universidade, com ônus para o órgão de origem, recebendo eles apenas complementação da*

> *UFMA; para os que não tinham vínculo com o Estado, a UFMA fez com que a Secretaria de Educação os "contratasse" e os pusesse à disposição da Universidade, sem ônus para o Estado.*

Além disso, Santos (2004, p. 85) relata que com a reestruturação, os docentes do COLUN passaram a ter excessiva carga horária de ensino, já que uma das metas daquela restauração era ofertar o nível de 1º grau de ensino no ano de 1981, sendo a "meta 4.1: implantar o ensino de 1º grau, com o funcionamento da 1ª a 8ª série, com uma matrícula de 990 alunos".

Desse novo cenário, os docentes do COLUN logo interpretaram que havia em curso a intenção da UFMA extinguir seu CAP e passar os poucos docentes do seu quadro funcional para a rede estadual de ensino, quando iniciou a resistência ao que se denunciava ser a "desfederalização" do COLUN, que deixaria de ser um órgão na estrutura administrativa e acadêmica da UFMA.

Nessa luta de resistência e denúncia, a APRUMA – Seção Sindical manteve-se incondicionalmente ao lado dos docentes do COLUN, publicou notas e textos de denúncias, pautou em suas assembleias gerais e em passeatas críticas contra o sucateamento da Universidade Pública; os docentes do COLUN e a APRUMA mantiveram-se mobilizados e vigilantes durante toda década de 1980 e 1990 para evitar a extinção do CAP/UFMA.

Vale ressaltar esse processo, vivido por parte dos docentes e técnicos que foram absorvidos da antiga Escola Laura Rosa para integrarem o quadro de funcionários do COLUN/UFMA, foi bastante doloroso e desgastante. A professora Dirce do Socorro Ribeiro Alves, que ainda está na ativa, reaviva a memória e diz que, nesse período, a UFMA entra em greve convocada pela APRUMA e um dos pontos da pauta de reivindicações era a situação dos docentes e técnicos do COLUN até então com uma situação de "disponibilidade para a UFMA", fato que causava uma instabilidade empregatícia. Foi então

que naquele momento, a APRUMA deu todo o apoio necessário aos enfrentamentos a serem realizados entre outras ações, garantindo a ida da professora Ana Luíza Nazareno (aposentada) para Brasília com o intuito de buscar apoio junto às autoridades competentes para atender às reivindicações, além de colocar a sua assessoria jurídica em ação para dar a direção da luta e acompanhar todos os processos. A referida professora diz "que o advogado da APRUMA foi incansável na realização do trabalho jurídico desde a baixa das carteiras de trabalho pela UFMA até a Portaria de servidor enquadrado definitivamente no quadro de servidores da UFMA" garantindo, assim, a grande e bela vitória dessa luta (Relato Dirce Alves, concedido em 14/10/2023).

Nos anos 2000, iniciava-se a luta para que o COLUN retornasse a funcionar dentro do Campus do Bacanga, uma vez que se percebeu que seu distanciamento físico/geográfico da Universidade se desdobrava em dificuldades para ter atendidas suas demandas mais básicas. Além do que os prédios cedidos pelo governo do Estado estavam em um nível de sucateamento e abandono que se tornou praticamente impossível a permanência naquelas instalações. Novamente, o COLUN recebe todo o apoio da APRUMA para ocupar um prédio construído pelo Estado num convênio estabelecido entre a Secretaria de Educação e a UFMA na gestão do Reitor Oton Bastos, para ofertar o ensino médio. Tal ocupação se constituiu em função da compreensão por parte dos servidores do COLUN que entenderem que a UFMA, na pessoa do seu reitor, não poderia ignorar a condição precária que o CAP vinha funcionando na Vila Palmeira e construir um prédio novo para atender uma demanda da rede estadual. Então, a partir do entendimento de que o prédio construído foi com recursos federais para ofertar ensino médio e que a própria UFMA possuía um colégio de aplicação com tal finalidade, não se justificaria o fato de se por uma escola estadual dentro do espaço

geográfico da UFMA, sendo que a reitoria já tinha conhecimento da reivindicação de mudança do seu funcionamento da Vila Palmeira para o Campus do Bacanga.

Tal ato se concretizou durante a greve de 2005 em que as universidades lutavam contra o processo de privatização em nível nacional e que, em nível local, o COLUN, participando da greve, paralisa as atividades na Vila Palmeira e faz a ocupação do referido prédio, com o apoio da APRUMA. Após várias reuniões de negociações com a Secretaria de Educação, o COLUN passa a ocupar o prédio, compartilhando-o com a escola estadual, até 2013 (Convênio de Cooperação Técnica e Científica entre SEDUC e UFMA, de 07/11/2005).

Sendo que em 2007, o COLUN volta a ocupar, efetivamente, o prédio no Campus do Bacanga, atualmente Cidade Universitária Dom Delgado; entretanto ainda compartilhando-o, por força do Convênio de Cooperação, com escola estadual Professora Maria Helena de Castro Rocha. Somente em 2013 é que, finalmente, o COLUN passa a ter o prédio próprio e exclusivo para seu funcionamento.

De volta ao espaço físico da Universidade, o corpo técnico e docente do COLUN seguiu construindo e reformulando sua atuação para ofertar uma educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada para crianças e jovens da classe trabalhadora; primando por uma gestão democrática e participativa.

Entretanto, quando se pensava não haver ambiente para atitudes autoritárias, no ano de 2012, a Administração Superior da UFMA impôs uma severa intervenção no COLUN, quando destituiu a gestão democraticamente eleita e plantou interventores para dirigir o CAP que já vinha, desde antes da redemocratização do país, trabalhando para constituir uma gestão democrática, participativa e diretamente eleita pela sua comunidade acadêmica.

Naquela ocasião, docentes e técnicos do COLUN, afora aqueles que cumpriram o papel de interventores e outros que não estavam

diretamente à frente da resistência, foram intimidados e perseguidos, processados internamente e no sistema judiciário, denunciados à Polícia Federal, numa escandalosa medida autoritária perpetrada e gestada pelo então reitor da UFMA, Prof. Natalino Salgado Filho.

A primeira entidade a se apresentar e denunciar os excessos do Prof. Natalino foi a APRUMA – Seção Sindical, que, como de costume, disponibilizou toda sua estrutura política, financeira e jurídica em defesa dos docentes que defendem uma UFMA democrática, participativa. A APRUMA fez notas de denúncias, pautou o tema em assembleias gerais e deu toda assistência política e jurídica aos docentes do COLUN.

Ficaram algumas sequelas de tanta violência contra o COLUN, mas sua comunidade acadêmica restabeleceu o ambiente próprio da coisa pública, retomou suas eleições diretas e mantém gestões democráticas.

Ao longo destes 45 anos da APRUMA – Seção Sindical e dos 55 anos do COLUN, foram muitas as convergências que garantiram um sindicato forte, democrático, autônomo e classista, e um CAP capaz de cumprir seu propósito de escola pública, optando pela educação pública, gratuita, laica e democrática.

Referências

APRUMA Informa. Ano XVI, nº 4, setembro, 2013.

Convênio de Cooperação Técnica e Científica entre SEDUC e UFMA, de 07/11/2005

DECRETO-LEI N. 9.053 – DE 12 DE MARÇO DE 1946. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/norma/534091/publicacao/15637142. Acessado em 13/10/2023.

SANTOS, Sandra Regina Rodrigues dos. *Gestão Colegiada e Projeto Político Pedagógico:* Colégio Universitário São Luís (MA) – 1989 – 1997. Campinas,

São Paulo, [S.N], 2004. Tese (doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

Linha do tempo da luta pela Casa do Estudante nos campi da UFMA segundo APRUMA - Seção Sindical do ANDES - SN

SIRLIANE DE SOUZA PAIVA[1]

O movimento de resistência "eu quero uma Casa no Campus", ocorrido na UFMA durante a gestão Natalino Salgado, em consequência do desvio de finalidade original da edificação, onde o Reitor pretendia abrigar a sede do Centro de Assistência Estudantil, em vez de destiná-lo à moradia estudantil, como previa o projeto inicial. Os alunos ficaram indignados visto que a demanda por moradia estudantil é grande tanto por parte de estudantes do interior assim como de outros estados e até países; na ocasião a UFMA disponibilizava apenas 3 residências com um número de vagas limitadas e funcionando em condições precárias. Nos *campi* do interior nem sequer havia residências universitárias.

O desvio de finalidade desencadeou a greve de fome iniciada pelo estudante do curso de Ciências Sociais *Josemiro Oliveira,* que se acorrentou ao prédio, exigindo, em nome da comunidade estudantil carente, que a Administração Superior mantivesse os planos para as instalações recém-construídas, fato que levou a uma ampla mobilização. O movimento estudantil da UFMA, coordenado pelo DCE, se unificou com o movimento docente via APRUMA, movimentos sociais, e a comunidade da região do Bacanga para fazer valer o direito fundamental à moradia dos estudantes que dependiam de assistência estudantil para seguir com seus estudos na

1 Professora Titular aposentada do departamento de enfermagem. Presidente da Apruma na 2018 - 2020



Estudante Josemiro, em greve de fome, acorrentado ao portão do prédio destinado à Casa de estudantes no campus da UFMA.
Fonte: Ranyere Serra



Manifestação na BR 135 em apoio à greve de fome pela casa no campus fonte: Ranyere Serra

UFMA, direito esse já acordado em juízo na gestão do professor Fernando Ramos.

Além da greve de fome que durou dez dias, também foram paralisadas por dois dias as atividades no campus da UFMA em São Luís, decorrentes de protestos que bloquearam a Barragem do Bacanga nos dois sentidos, por conseguinte o acesso ao campus.

Josemiro recebeu assistência de saúde desde o primeiro dia da greve, professores da APRUMA como o Dr. Antônio Rafael da Silva, médico que fez 12 dias de greve de fome em movimento grevista do ANDES-SN no ano de 1998 e então diretor da Apruma; Dr. Antônio Gonçalves, médico e então diretor do ANDES - SN, a Dra. Marizélia Ribeiro, Médica, então diretora da Apruma, o Dr. Raimundo Antônio Gomes, Farmacêutico Bioquímico e Dra. Sirliane Paiva, ex-moradora da casa universitária, Enfermeira responsável pelo plano de cuidados diário.

Após cinco dias sem comer, Josemiro apresentava alto risco de alteração no quadro de saúde e foi convencido pela equipe que o acompanhava a ser levado para Hospital Universitário, onde foi internado, mesmo assim não interrompeu a greve de fome. Imediatamente após Josemiro ser desacorrentado, o estudante de Turismo, Daniel Fernandes, deu continuidade ao protesto, acorrentou-se e anunciou greve de fome. Três dias depois o segundo o grevista também foi removido para o HU-UFMA, de forma compulsória. A tentativa da gestão da UFMA de enfra-

quecer o movimento foi em vão, pois o estudante de Ciências da Computação, Rômulo Ricardo, assumiu o lugar, sendo o terceiro a se acorrentar na porta da edificação e declarar greve de fome, juntando-se aos colegas que, embora internados, se mantiveram recusando alimentação. Segundo informações do Deputado estadual Bira do Pindaré, Membro da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa havia uma lista de 86 alunos dispostos a aderir à greve de fome.

Embora a gestão da universidade mantivesse um silêncio ensurdecedor sobre a greve de fome, outros setores da comunidade UFMA e da sociedade civil organizada, até o bispo da Igreja Católica Dom Belizário agiu no sentido de reverter a situação. Cada um à sua maneira participou do coro ao protesto dos estudantes, apoiando a mobilização e exigindo que a instituição dialogasse e atendesse as reinvindicações. Estudantes, inclusive as crianças do Colégio Universitário, professores e militantes sociais diariamente compareciam ao local do protesto para externar apoio; todas as tardes era realizada aula pública no local. O DCE e a APRUMA estiveram presentes diuturnamente. Os cursos de Ciências Sociais, Serviço Social e todos do Campus de Bacabal paralisaram suas atividades. Centros Acadêmicos de todos os campi da UFMA se posicionaram favoravelmente a greve. Mesmo assim a gestão continuava irredutível. O movimento cresceu, alunos acamparam no entorno do grevista, anunciaram que permaneceriam até a vitória!

Diante irredutibilidade da Administração Superior em não entregar a casa dos estudantes o que causaria diversos transtornos a vida dos alunos.

Acampamento em frente ao prédio destinado à casa no campus
Fonte: Ranyere Serra



Além de gastos com transporte, a falta de segurança era latente, bem como a precariedade das instalações nas três casas, todas localizadas no centro da cidade. Os estudantes representados pelo DCE, deliberaram por apresentar a denúncia ao Ministério Público Federal (MPF) "com documentos comprobatórios de que houve claro desvio de finalidade na mudança de destinação do prédio em questão e que ele foi construído com dinheiro do governo federal destinado à residência estudantil", mesmo assim a Administração Superior insistia em não querer estudantes residindo no campus.

Mantendo a negativa de negociar com os estudantes, a UFMA foi além, publicou no oitavo dia da greve de fome, já com duas internações, um manifesto desumano, denominado pelos resistentes de "carta da vergonha"[2]; tal escrito desqualificava o movimento paredista, persistindo na proposta atroz, pasmem pois o documento foi assinado por professores tão insensíveis quanto seu líder, o reitor não parou aí! Pediu reintegração de posse, o que foi negado pela justiça, que, na ocasião, determinou uma audiência de conciliação, efetivada em 05 de dezembro 2013. Estavam presentes na reunião em que o acordo foi assinado representantes do Ministério Publico Federal (MPF), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), dos estudantes, da Defensoria Pública do Maranhão (DPE), da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Comissão de Direitos Humanos da assembleia Legislativa, e da APRUMA. Ficou decidida a revogação imediata da resolução 66/Consad que oficializava o desvio de finalidade e constituição de uma comissão mista para elaborar resolução relativa ao uso de espaços; entrega da casa entre outras conquistas.

Saída dos três estudantes, Rômulo, Daniel e Josemiro, do Hospital Universitário, ao término da Greve de fome, acompanhados da professora Sirliane Paiva
Fonte: Ranyere Serra



A Apruma sempre esteve ao lado da luta dos estudantes, por diversas vezes apresentou à Administração Superior a sua pauta de reivindicações, onde constava a necessidade de ampliação de verbas destinadas a assistência estudantil. Somado ao apoio político, fazendo-se presente nas reuniões, inclusive a de conciliação, também realizou dentro de suas possibilidades apoio logístico. Durante os 10 dias da greve de fome, a APRUMA divulgou amplamente o movimento paredista, *inclusive com repercussão nacional por meio da imprensa do ANDES-SN*. Também Publicou manifesto de apoio no qual destacou a legitimidade da *luta pela construção de casas para estudante dentro dos campi*.

Documentos Históricos[1]

Manifesto docentes pela UFMA[2]

Nós, signatários deste documento abaixo assinado, professores da Universidade Federal do Maranhão, preocupados com o desconforto que o impasse criado hoje pode trazer para a normalidade das atividades acadêmicas da UFMA, vimos a público para reconhecer a legitimidade dos estudantes carentes de reivindicar o direito à moradia universitária. No entanto, tal reivindicação não pode sobrepor-se ao direito de um universo muito maior de estudantes que serão assistidos pelos serviços médico, odontológico e psicossocial a serem oferecidos pelo Centro de Assistência Estudantil, aprovado pelo Conselho Universitário, colegiado máximo da Instituição. Todo o esforço que a Reitoria da Universidade Federal do Maranhão tem feito no sentido de encontrar uma solução para resolver o conflito tem sido, até aqui, em vão diante da radicalização do movimento. Contrários a essa intransigência, defendemos que o bom senso prevaleça para encontrar uma alternativa conciliadora que atenda aos interesses tanto dos grevistas quanto da grande maioria da comunidade acadêmica. Disposta ao diálogo e atenta aos princípios de uma política de assistência estudantil, a reitoria da UFMA acaba de criar, por meio de uma Resolução, entre as unidades suplementares da instituição, a Residência Universitária, dando suporte legal para a implanta-

1 Textos que circularam durante o movimento da greve de fome dos estudantes da UFMA em defesa da "Casa no Campus"

2 Abaixo-assinado que questiona a legitimidade do movimento "eu quero uma casa no campus"

ção daquela que à uma aspiração histórica do seu corpo discente. Entendemos que a nossa inquietação é também de toda sociedade. Quantos estudantes terão de ser prejudicados, diariamente, com provas canceladas, aulas atrasadas, pondo em risco a integridade do período letivo? Quantos habitantes de São Luís terão de ser prejudicados pelo caos no trânsito daquela região? Quando será dado um basta a essa atmosfera de intranquilidade que tem sido explorada de forma espetaculosa por um pequeno número, sem o respaldo da maior parte de suas entidades representativas. Diante disto, manifestamos nosso apoio à Reitoria da UFMA, que não tem medido esforços para encontrar uma solução adequada e democrática para o impasse. Reconhecemos, ainda, o incontestável avanço que a UFMA experimentou ao longo dos últimos seis anos da atual administração nos campos do ensino, pesquisa e extensão e infraestrutura, colocando a nossa Universidade em um patamar de igualdade aos grandes centros de excelência entre as Instituições Federais de Ensino Superior. Por fim, convocamos a Sociedade Civil organizada e a comunidade acadêmica a dialogar com clareza e sabedoria de modo a abrir um canal de negociação, que ponha um fim a esse atribulado momento. A UFMA tem sua autonomia garantida em sede constitucional e não pode virar refém de um grupo de alunos.

Pelo bem de todos e em defesa da UFMA!

São Luís, 04 de dezembro de 2013.

Documento escrito, à época, pela Pró Reitora de Recursos Humanos e enviado aos/às docentes por e-mail

É lamentável a forma de protesto por determinados acadêmicos da UFMA, maiores de idade, que, porém, têm se deixado "manipular" e/ou "influenciar" por parceiros vinculados a entidades de classe ou a partidos políticos. Algo bastante questionável; contudo resultado daquilo que se chama "democracia".

Ao nosso ver, são ações que se revestem de cunho político partidário e não de políticas públicas sociais de inclusão.

Não há que se falar em moradia estudantil na área do Campus, mesmo porque o prédio acerca do qual surge tal polêmica não será suficiente para comportar o quantitativo de alunos interessados nessa natureza de benefício. A UFMA já dispõe de residências estudantis externas adequadas, e há projeto de expansão do número de vagas.

A Instituição disponibiliza todo suporte para manutenção dos ambientes de moradia estudantil (móveis, utensílios, alimentação, água, energia, etc.), são investimentos orçamentários-financeiros; cabe a cada aluno ali instalado manter o local em condições dignas, mas são os próprios, os primeiros a depredá-los com falta de zelo, fato que se pode observar não só lá, mas também nos Centros Acadêmicos (CCSO, CCET, CCH, CCBS, Paulo Freire, Colun, Biblioteca etc.), em especial nas louças e ferragens dos vários banheiros recém reformados ou novos.

Ora, ora, meus caros, cada centavo investido numa obra pública, provêm dos encargos que são recolhidos por nós cidadãos, portando, é o nosso dinheiro escorrendo no ralo...

Por outro lado, cabe ressaltar, que referida estrutura física construída na atual gestão foi destinada à Assistência ao Estudante: ambiente multidisciplinar para atender aos acadêmicos nos mais diversos eixos, inclusive assistência à saúde física e mental, acessibilidade, orientação em projetos, mobilidade estudantil etc., além de reforço em língua estrangeira, dentre outros benefícios. O ambiente de apoio ao estudante, ora questionado, integra o PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional, aprovado pelo Colegiado Superior competente, onde servidores (docente e técnico-administrativos), discentes, entidades representativas de classe (APRUMA, SINTEMA e DCE) tiveram e têm direito de voz e voto.

Enquanto cidadã, servidora e gestora, cabe destacar dois pontos de gravidade na ação dos manifestantes:

1. Os servidores (docente e técnico-administrativos) estão sendo impedidos de adentrar aos ambientes laborais (infringência a direito tutelado pela CF), fato que compromete o desempenho funcional e o cumprimento de prazos legais, em especial para aqueles que atuam diretamente nos setores de aquisição de bens e elaboração da folha de pagamento; além, evidentemente, do atraso que causará ao calendário acadêmico, que sem dúvida, prejudicará outros colegas.

É IMPORTANTE FRISAR QUE O CRONOGRAMA SIAPE NOS DOIS ÚLTIMOS MESES É BEM APERTADO (a folha de pagamento fecha dia 10/12/2012, desses, 3 dias foram consideravelmente comprometidos); lembramos que no mês de dezembro são registradas férias, antecipação de férias e de gratificação natalina a considerável número de servidores que optaram por usufruí-las em janeiro/2014, de acordo com o calendário acadêmico; são implantadas progressões a muitos docentes que formalizaram seus processos nos últimos meses; são cadastrados novos servidores admitidos no mês de novembro. Ademais, é custo para o erário, escalar servidores para realizar serviços extraordinárias, para suprir os dias em que foram impedidos de trabalhar, ressaltando que os mesmos não são obrigados a fazê-los. Situação que poderá gerar despesas de exercícios anteriores, cujo pagamento ficará a depender de autorização do MPOG, sem data prevista.

Não se pode esquecer, também, que os servidores, manifestantes ou não, terão a contrapartida remuneratória sem a prestação dos serviços.

Por fim, A NÃO HOMOLOGAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DENTRO DO PRAZO ESTIPULADO PELA SEGEP/MP, poderá acarretar prejuízos financeiros a todos os servidores.

2. A ocupação de um leito do HUUFMA para atender a "capricho" de um estudante que por opção e/ou "manipulado" decidiu fazer greve de fome, consciente de que isso poderia causar danos à

sua saúde (propositadamente), gasto desnecessário, DEIXA SEM ATENDIMENTO UM CIDADÃO COMUM ACOMETIDO DE DOENÇA GRAVE QUE AGUARDA NA FILA DO SUS, inclusive pessoas em estado grave que estão em macas nos corredores do Socorrão na expectativa de uma vaga para transferência, com vista a receber o tratamento ou a intervenção indispensável para se manter vivo.

Estamos em pleno século XXI - o mundo do trabalho mudou meu povo, não cabe mais o radicalismo e/ou assembleísmo; a era é do bom senso... da coerência ... do consenso... das idéias...do diálogo... Tenhamos a "visão além do alcance"... deixemos a mesmice pra trás!

Somos a favor de manifestações pacíficas, porém, sem radicalismo ou intransigência, mas por questões que beneficiem o TODO, a exemplo da permanência de professores em sala de aula ministrando aulas de qualidade, que permitam aos alunos a pensar, a criar, a agir com retidão e sensatez, a ser bons profissionais, etc.; da melhor qualificação dos quadros de pessoal docente e técnico-administrativo; do cumprimento do calendário acadêmico; do cumprimento da jornada ou regime de trabalho a que estão submetidos os servidores e sob as quais são remunerados; das condições adequadas nos ambiente laborais; da melhoria dos salários; da melhoria na Educação, Saúde e Transporte públicos. Enfim, somos a favor de protestos pacíficos contra a corrupção, mas sem depredação dos patrimônios público ou privado.

Vamos protestar com foco, pacificidade (não passividade), ética, moral e dignidade!!!

O DIÁLOGO pacífico, respeitoso, amigável, prudente, coerente é a maior e melhor ferramenta para a solução dos Conflitos. Neste momento, o bom senso deve prevalecer para o bem de todos, em especial, para preservação do patrimônio público, que é nosso.

São Luís, 03/12/2013

Pró-reitora de Recursos Humanos

Minha resposta[3]

Prezada Senhora [Pró-reitora de Recursos Humanos],
Recebi seu manifesto por email e ao lê-lo senti tanta tristeza que não resisti ao impulso de respondê-lo, mesmo não tendo facebook. Recorri ao facebook da APRUMA, entidade de classe que representa os professores da UFMA.

Já no início, seu texto escancara uma tensão: para mim, não é trivial que pessoas "maior de idade" se deixem "manipular". Fiquei, então, me perguntando por que o primeiro direcionamento do seu manifesto é justamente desconsiderar que as pessoas de maior idade que estão lutando por moradia estudantil na UFMA não pensam e se posicionam segundo suas próprias convicções? De onde vem este seu automatismo? Concordo que nem todo mundo valoriza a autonomia, mas tem gente, sim, senhora gestora, que possui e utiliza a capacidade de fazer julgamentos e escolhas em nome próprio. Se a senhora ouvisse algum dos estudantes em greve de fome, sentiria a força e verdade dessa minha afirmação.

Também não entendi sua estranheza diante do fato de "entidades de classe" como o DCE e coletivos das casas de estudantes representarem estudantes. Estou certa de que estranho, e ilegítimo, seria ocorrer o contrário; e lembre, mesmo os partidos políticos, surgiram exatamente para representar partes da sociedade, embora a maioria deles tenha se descuidado disso. Seu ponto de vista, portanto, me causou estranheza e, apesar de longos anos dedicados ao estudo da ciência política, não consegui nem imaginar qual seria o seu entendimento sobre "democracia". Posso inferir apenas que se trata de algo muito "particular" (aspas minhas). De todo modo, quem já teve a sensibilidade de olhar para o que está acontecendo na mobilização dos estudantes da UFMA por moradia estudantil, viu que esse movimento nada tem de partidário e que esse tipo de "argumento" (aspas minhas) não passa de ultrapassada tentativa de estigmatização.

"Não há que se falar em moradia estudantil na área do Campus". Francamente, senhora gestora, confesso que eu não esperava ver explicitada uma frase como essa, cristalinamente reveladora do estilo

3 Texto de autoria da professora Arleth Borges (Departamento de Sociologia e Antropologia) em resposta ao Manifesto da Pró-Reitoria de Recursos Humanos da UFMA

de administração adotado na UFMA. Que direito ou poder a senhora, ou qualquer outra pessoa, imagina ter para decidir o que pode ou não ser falado? Por que a fala dos que vivem nessas residências externas não pode ser pronunciada? Por que não é considerado o quê estes estudantes moradores dizem sobre a "adequação" e "todo o suporte" dessas residências? Aliás, "adequadas" pra quem?

Senhora gestora, fiquei muito admirada com a diligência para com o bom uso do dinheiro público – questão da maior relevância e urgência. Mas fiquei pensando que isso não combina muito com o festival de caríssimas obras inacabadas e aditivos generosos que vemos por todos os lados da universidade ... ou será que o "ralo" a que o manifesto se refere só funciona em algumas circunstâncias?

Já foi demonstrado, com farta e inconteste documentação, que o prédio ora reivindicado para moradia estudantil não foi construído por essa administração (apenas finalizado) e que sua destinação, desde o princípio, seria para moradia estudantil. Se a atual reitoria tem o projeto de instalar um órgão de Assistência Estudantil, ótimo (e já vem tarde), mas é inadequado e perverso querer fazê-lo à custa da moradia estudantil no Campus. Além disso, não vou me pronunciar sobre o funcionamento do Colegiado Superior, pois os próprios conselheiros podem fazê-lo melhor do que eu, mas, insinuar que "as entidades representativas de classe", por terem assento nesse Colegiado, aceitaram que o prédio da moradia estudantil tivesse outra destinação, seria anedótico, se não fosse injurioso.

Enquanto a senhora nos fala de "servidores (docente e técnico-administrativos) que estão sendo impedidos de adentrar aos ambientes laborais (infringência a direito tutelado pela CF)" quero lembrar do segmento que constitui a razão de ser e finalidade maior desta instituição, o estudante, e de modo especial os que estão em greve de fome, os quais, se não estão na sala de aula é porque foram empurrados ao desespero de comprometer a própria vida para terem as mínimas condições de estudar. A senhora citou a Constituição Federal, mas parece ter passado muito rápido pelo Artigo 5º, que preconiza a dignidade da pessoa humana (para TODAS AS PESSOAS) e um vasto repertório de direitos, entre os quais, o direito à moradia.

Não poderia deixar de observar, valendo-me de uma paródia, que, enquanto a senhora nos fala de bolsa (pagamentos gratificações e prejuízos), eu quero falar da vida; da vida desses estudantes em greve de fome, estudantes que necessitam de residência estudantil, estudantes que, a despeito de todas as segregações, lutaram para ingressar na Universidade Federal e agora lutam para nela permanecer com dignidade. E acrescento: se há "capricho" alimentando a greve de fome, seguramente ele não está nos estudantes, mas em quem pode eliminar as causas dessa greve e não o faz, está em quem dirige essa instituição. Aos estudantes, e sobretudo àqueles em greve de fome, não interessa a longevidade desse movimento.

Nem deveria ser necessário, senhora gestora, mas devo lembrar também que esse movimento alcançou a radicalidade em que se encontra devido ao não atendimento da demanda pelas vias protocolares, do diálogo e outros meios institucionais mencionados nos discursos oficiais, incluindo seu manifesto. Foi a omissão e o descaso da administração diante de uma questão que se arrasta há vários anos que empurrou, infelizmente, os manifestantes a esse gesto extremado. Omitir esse fato é, se não má fé, uma grosseira desinformação.

Finalmente, o que a senhora chama de "capricho" dos estudantes eu chamo de luta pela vida e acrescento que ser insensível ou indiferente a isso é uma doença das mais terríveis, e de radicalidade tão profunda que nem sei se, em pleno século XXI, haja hospitais para enfrentá-la. Mas torço para que existam e para que haja leito disponível aos que dele precisem, pois tenho certeza de que tornar-se capaz de enxergar o outro e importar-se com a sua dor nos faz mais humanos, qualidade que é um dos maiores desafios para qualquer instituição educacional que se pretenda digna dessa missão.

São Luís, 03/12/2013

Professora Arleth Borges

Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA

***Nota de Apoio da Comissão Arquidiocesana Justiça e Paz, Pastoral Universitária e Setor Juventude*[4]**

"Magnífico Reitor:
A conquista de direitos não se dá sem a luta, principalmente da camada popular. Vivenciamos, nestes dias, a luta de estudantes da Universidade Federal do Maranhão pelo direito à moradia. É o que tem noticiado a mídia local, em que o estudante do Curso de Ciências Sociais, Josemiro Araújo, num gesto extremo e de graves riscos para a sua saúde e vida, mantém-se acorrentado e em greve de fome, na expectativa de ser recebido por Vossa Magnificência. Diante do impasse para superar esse grave conflito, a Comissão Arquidiocesana Justiça e Paz de São Luís, as Pastorais da Juventude e Universitária e, também, o Setor Juventude da Arquidiocese de São Luís, com o apoio do Excelentíssimo Senhor Arcebispo Metropolitano de São Luís, Dom José Belisário da Silva, vêm apelar a Vossa Magnificência para que receba os estudantes que pleiteiam o direito à moradia digna, abrindo o diálogo que se faz necessário entre essa Reitoria e o corpo discente da UFMA. Apelamos, inclusive, para o seu espírito humanitário, diante das dificuldades que enfrentam e os esforços que dispendem esses universitários para fazer um Curso Superior na Capital, o que, naturalmente, só pode afetar o seu desempenho, ao longo do curso. Antecipadamente, manifestamos agradecimentos pela acolhida que dispensar a este expediente e, mais, à sua capacidade de ouvir e encaminhar os pleitos de nossa juventude.

Atenciosamente,
Cecília Aparecida Amim Castro | Comissão Justiça e Paz - CJP
Professor Mario Cella | Membro da Pastoral Universitária
Kécio Rabelo | Coordenador do Setor Juventude da Arquidiocese de São Luís"

4 Nota de Apoio da Comissão Arquidiocesana Justiça e Paz, Pastoral Universitária e Setor Juventude enviada ao Reitor da UFMA, em apoio ao movimento estudantil.

(Que) viva(m) os estudantes![1]

ARLETH SANTOS BORGES[2]

Na tarde de ontem, 07 de dezembro de 2013, dois estudantes saíram do hospital para onde foram empurrados por lutarem por moradia estudantil, que *um rei mal coroado* teimava em lhes negar. Foram *dez dias que abalaram* a UFMA, onde estudantes em luta por uma casa no campus se defrontaram com duras adversidades, promovidas pela administração universitária e seus seguidores. Argumentam que a greve foi suspensa, mas a mobilização continua e que, embora reconheçam a vitória parcial, a hora é de *estar atento e forte* para concretizá-la por inteiro. Acho isso bem bonito.

Foram dez dias de greve; de fome; de acampamento pacífico, mas cercado de câmeras por todos os lados; dez dias de resistência; de ousadia e riscos, como nas duas interdições da BR. Dias que também foram de companheirismo, solidariedade, convívio, cuidados com a saúde dos grevistas; abraços e sorrisos de cumplicidade; dias de aulas públicas, cinema e debates com força de nos engrandecer como pessoas e como cidadãos.

Isto tudo para enfrentar o despotismo nada esclarecido que se materializava de várias formas, como: na mentira de quem dizia que os estudantes eram intransigentes - Como? Se esta reivindicação está na mesa do reitor desde 2005?; nas tentativas de dividir a comunidade universitária com o discurso de que atender a "minoria" que precisa de casa equivalesse a deixar de atender muitos outros que precisam de serviços assistenciais - como se ter uma moradia fosse um luxo, como se os direitos humanos fossem dis-

1 Saudação pelo fim da greve de fome e vitória das/dos estudantes em defesa de moradia estudantil dentro do campus da UFMA, 2013.

2 Professora do departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA, sindicalizada à Apruma desde 1991..

sociáveis; na chantagem do discurso oficial, que responsabilizava o movimento por possíveis atrasos de salários e gratificações funcionais; no silenciamento e censura impostos pelos meios de comunicação da universidade (ASCOM, rádio e site), que só eram franqueados ao reitor e seus apoiadores; nas tentativas de cooptação, expressas em sinalizações de benefícios particulares em detrimento da demanda coletiva; na fraude de abaixo-assinado com inclusões fantasmas e não autorizadas; na omissão do Conselho Universitário - CONSUN, ... Até banheiros foram tornados inacessíveis aos estudantes e seus aliados.

Mas, como disse o poeta, *apesar de você, amanhã há de ser outro dia*. E foi! Alguns raios de vitória já surgem no horizonte ainda que à revelia de alguns. Entre as tantas conquistas, além da casa no campus, e da coragem exemplar de Josemiro, Daniel e Rômulo, que permaneceram em greve de fome por vários dias, vivenciamos o fortalecimento das entidades representativas, DCE, Coletivos das Casas Estudantis e APRUMA, que atuaram juntos, de forma solidária e respeitosa. Só isso já é uma grande conquista. Mas houve outras preciosidades, como o apoio de organizações da sociedade civil, de outros movimentos sociais e entidades religiosas; a retidão do Ministério Público Federal na mediação do conflito; o diligente acompanhamento da OAB e Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa; as manifestações de apoio vindas de vários setores da UFMA, dos campi de Bacabal e de outros lugares bem mais distantes. Estes apoios foram fundamentais.

Em face disso, posso afirmar que não só a UFMA, de modo geral, mas cada um dos que participaram desse processo, saiu dele bem mais rico do que entrou. Rico de humanismo, de senso de justiça, de cultura republicana e de certeza de que é possível transformar os nossos mundos. Foi um belo aprendizado sobre a capacidade de ter esperanças e de lutar por elas até a conquista.

Ao suspender o movimento grevista, os estudantes deram um voto de confiança ao reitor, na expectativa de que, desta vez, suas esperanças e necessidades não fossem frustradas, que os acordos sejam cumpridos e que o reitor tenha a grandeza de lhes entregar a casa construída para ser moradia estudantil no campus.

APRUMA e pandemia: articulação com os movimentos sociais

CÉLIA SOARES MARTINS[1]
MICAEL CARVALHO DOS SANTOS[2]

A crise estrutural que se estende pela economia, pelo social, pela ecologia, em todo o mundo, desde os países centrais aos países periféricos ao capitalismo, levou o crescimento do ultraneoliberalismo e da extrema-direita, com retiradas de direitos sociais, por um lado e, por outro, com a necessidade de unidade para defender os mínimos sociais conquistados nas últimas décadas.

No Brasil, a situação foi agravada pela a eleição de Bolsonaro à presidência do país, institucionalizando uma combinação de desmontes dos serviços públicos e direitos sociais, com a negação absoluta da ciência e dos ataques sistemáticos às universidades públicas, com a chamada "guerra ideológica" objetivando a desconfiguração das instituições de ensino superior em sua função social. Além disso, professores(as) foram perseguidos(as) e criminalizados(as) sistematicamente, juntamente com suas entidades de representação de classe.

Diante desse cenário, agravou-se a insegurança alimentar no Brasil, que atingiu mais de 20 milhões de pessoas entre 2020 e 2022. A insegurança alimentar moderada atingiu patamar de mais de 80 milhões de brasileiros, operando um cenário de desumanização e extrema miséria. Além da situação de fome, o país passou por um aumento substancial no índice de desemprego, ação

1 Professora Aposentada do departamento de serviço social da UFMA. Diretora da Apruma nas gestões 2018 – 2020, 2020 – 2022.

2 Professor de música do Colégio Universitário da UFMA. Diretor da Apruma nas gestões 2018 – 2020, 2020 - 2022

marcada pela pandemia e pela política desastrosa do governo de extrema-direita no Brasil.

Nesse contexto, os sindicatos, como parte dos movimentos sociais, expressaram a necessidade da unidade para enfrentar o fascismo e para estender os laços de solidariedade de classe com ações e campanhas em defesa daqueles(as) mais empobrecidos(as) da classe trabalhadora.

Na pandemia, a APRUMA – Seção Sindical do ANDES, intensificou ainda mais suas políticas de solidariedade, não só de doações financeiras, mas também na participação e construção de mobilizações unificadas com outros movimentos a fim de desmitificar a negação da ciência e de reforçar o enfretamento à política genocida em curso no país que atravessou centenas de milhares de trabalhadores e trabalhadoras.

Mesmo com todas as restrições sanitárias necessárias durante a pandemia, o sindicato esteve na composição das organizações de atos de rua pelo #ForaBolsonaro, seguindo as orientações da articulação nacional da Frente Povo Sem Medo, Frente Brasil Popular e Fórum das Centrais Sindicais. Num primeiro momento, na impossibilidade de realizar ações presenciais com contato mais próximo, os atos ajustaram sua forma de disputar as ruas com organização de carreatas pelas cidades do Brasil. Com responsabilidade, a APRUMA e demais movimentos sociais sempre estabeleciam comissão de segurança sanitária com distribuição de máscaras e álcool em gel durante as manifestações. Além das ruas, a disputa ideológica da nossa classe foi estendida com mais intensidade às redes sociais. Os canais de comunicação da APRUMA ganharam uma nova dinâmica, com divulgação de campanhas em defesa da vida, da ciência, da educação pública e com incentivos à vacinação em massa, assim que tivemos a descoberta daquilo que seria o início para o declínio dos contágios e mortes da pandemia.

Assim que as aulas presenciais foram suspensas e o isolamento social foi orientado como a primeira forma de proteção à vida, a APRUMA iniciou uma série de lives em suas redes sociais com temas diversos e convidados/as para cada semana.

O sindicato, à luz do que seu Regimento destaca como um dos objetivos, não mediu esforços para as ajudas necessárias para o momento, considerando uma política de solidariedade de classe. Em 2021, por exemplo, a campanha de solidariedade "Comida para quem tem fome", com arrecadação de cestas básicas no 1º de maio, em conjunto com MST, SINTECT/MA, Sindicato dos Urbanitários, Sintrajufe, Sindsep, CUT, CSP-Conlutas, União por Moradia e Agência Tambor. Além da distribuição de alimentos, oriundos da agricultura familiar, a ação foi acompanhada pela defesa do Auxílio Emergencial e em defesa da vacina para todos/as.

A solidariedade de classe também se expressou com a entrega de máscaras e álcool em gel para hospitais em São Luís e em Imperatriz. Grupos e associações de setores oprimidos da nossa classe buscaram ajuda ao sindicato que disponibilizou auxílios, dentro de suas possibilidades financeiras, compreendendo que vivíamos em um tempo excepcional. Além de grupos de mães, de pessoas LGBTQIAP+, de indígenas e quilombolas, a APRUMA, compreendeu a necessidade de estender sua política de ajuda aos estudantes da universidade, em sua grande maioria com vulnerabilidade econômica e psicológica.

A luta contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, cujo objetivo era o desmonte do funcionalismo público, ocupou parte significativa das ações de mobilização no ano de 2021 com atividades locais e atividades nacionais, em Brasília. A APRUMA enviou representações do sindicato em quase todas as semanas de setembro a dezembro, com uma grande vitória, para aquele momento, para os movimentos que lutam em defesa dos

"Os que virão, serão povo,
e saber serão, lutando."
THIAGO DE MELLO

serviços e servidores públicos. A PEC da Reforma Administrativa, na ocasião, foi arquivada, no entanto, ela recentemente retomou as discussões no Congresso e pode retornar à pauta a qualquer momento, indicando ao conjunto das entidades classistas o alerta para o reestabelecimento da unidade para enfrentar o projeto do capital para o conjunto dos direitos sociais no Brasil.

As experiências e lições do período foram vastas, provocando uma série de demandas para a agenda do sindicalismo não só no Brasil, como em outros países do globo. A extrema-direita segue viva e com projeto articulado para a retirada de direitos sociais, apesar da vitória política importante nas eleições presidenciais de 2022. A unidade dos movimentos sociais e a reorganização da esquerda brasileira são cruciais para a continuidade do enfrentamento ao projeto de barbárie e violência que o mundo atravessa. Fortalecer a APRUMA e o ANDES-SN, relembrando suas histórias de luta e elaborando política para o tempo do agora e do futuro, é reivindicar uma tradição de luta permanente, pela base, em conjunto com demais setores da classe trabalhadora.

APRUMA e a luta pelo direito ao território – Resex Tauá-Mirim e Cajueiro

ELIO DE JESUS PANTOJA ALVES[1]
HORÁCIO ANTUNES DE SANT'ANA JÚNIOR[2]

A universidade é um ambiente de disputas, pois sua produção acadêmica representa e reflete as diferentes concepções de sociedade e de produção da vida, portanto, os diferentes interesses de classes e ideologias. Apresentamos aqui algumas experiências de projetos acadêmicos que entrelaçam pesquisa, ensino e extensão, porém, de forma articulada e indissociável às demandas de comunidades com as quais estas atividades são concebidas e das quais participa a APRUMA — Seção Sindical do ANDES — Sindicato Nacional na UFMA, através de sucessivas diretorias e filiadas(os).

Elegemos experiências de atuação junto a comunidades rurais do município de São Luís que vivem situações conflitivas, principalmente desde os meados dos anos de 1970, quando seus territórios passaram a ser ameaçados pela ação estatal/empresarial ainda sob o regime da ditadura empresarial-militar de 1964.

Grandes projetos de desenvolvimento chegaram a nosso estado capitaneados pelo, então, maior programa de desenvolvimento regional do mundo, o Programa Grande Carajás, que existiu oficialmente entre 1980 e 1992, mas continua atuando através de seus desdobramentos nos estados do Pará, Tocantins e Maranhão, com expansão de mineração, indústrias, agronegócio, exploração de gás natural e inúmeras obras de infraestrutura como o

1 Professor do departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA. Membro do Conselho de representante da Apruma.

2 Professor Titular do departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA. Diretor da Apruma na gestão 2020-2022.

Complexo Portuário de São Luís (CPSL), composto hoje por três grandes portos (Terminal Portuário da Ponta da Madeira, Porto da Alumar e o Porto do Itaqui); Estrada de Ferro Carajás; Ferrovia Transnordestina e uma ampla malha rodoviária federal e estadual.

Mais recentemente, projetos desenvolvimentistas na região ganharam força com a expansão de atividades do agronegócio no Cerrado dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (Matopiba), através do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba (PDA-Matopiba), instituído por Decreto Federal em 2015. No Maranhão, o Matopiba incorporou 33% da área do estado, incluindo territórios de povos e comunidades tradicionais e se intersecciona com os efeitos do Programa Grande Carajás.

Na Grande Ilha do Maranhão, a instalação e expansão de grandes portos exportadores, de indústrias poluidoras e de depósitos de fertilizantes afeta diretamente os territórios de comunidades rurais centenárias e seus modos de vida, suas manifestações culturais e religiosas, suas formas de organização e de produção local e, principalmente, seu direito de existir.

Lideranças de comunidades rurais, historicamente, reagem, resistem e propõem projetos inovadores de ordenamento territorial, a exemplo da reivindicação de oficialização da Reserva Extrativista (Resex) Tauá-Mirim. Além disso, se organizam para intervir no debate em torno do Plano Diretor e da Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de São Luís, através do qual, Prefeitura e Câmara de Vereadores, articuladas como os interesses empresariais de expansão portuária e industrial, pretendem converter parte significativa da Zona Rural em Zona Urbana, agravando ainda mais o quadro histórico de destruição de áreas ainda conservadas e comprometendo suas formas de manejo e de produção de alimentos saudáveis, além de abrir espaço para ampliação da já escandalosa poluição industrial que

assola parte significativa do município. A APRUMA, por meio de um assento no Conselho da Cidade, tem atuado nesse debate, defendendo as comunidades rurais e seus interesses.

Em 2003, comunidades da zona rural solicitam ao Governo Federal a criação da Reserva Extrativista Tauá-Mirim como uma Unidade de Conservação na modalidade prevista pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Abrangendo as comunidades Rio dos Cachorros, Limoeiro, Taim, Porto Grande, parte da Vila Maranhão (Porto das Arraias), parte do Cajueiro (Parnauaçú), Portinho, Ilha Pequena, Embaubal, Jacamim, Amapá e Tauá-Mirim e, com estudos do órgão ambiental concluídos em 2007, o processo de criação da Resex sofreu forte oposição de planejadores estatais e de grandes empreendimentos que têm interesses no seu território.

Porém, lideranças comunitárias envolvidas, diante do crescente das ameaças a seus territórios e da morosidade governamental, têm buscado resistir e manter a luta pela sua oficialização e, em 2015, em assembleia popular, decretou criada a Reserva e constituiu um Conselho Gestor formado por representantes das comunidades e de entidades e movimentos apoiadores. Militantes da APRUMA e grupos de pesquisa, como o Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA), dão apoio e colaboram com as organizações locais que reivindicam e defendem a Resex Tauá-Mirim.

Desde 2014, Cajueiro, uma das comunidades envolvidas na Resex, vem sendo assombrada pela construção de mais um grande porto em São Luís. Seu território foi disputado, até 2021, pela empresa paulista WTorre, através de sua subsidiária WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais S.A. que, a partir de 2016, contou com a parceria da corporação China Comunicacional Construction Company (CCCC), empresa multinacional chinesa, e de outros in-

vestidores menores, formando a TUP Porto São Luís S.A, que seria destinado à exportação de commodities como milho, soja, fertilizantes e derivados do petróleo. A partir de agosto de 2021, a imprensa nacional e local noticiou que o empreendimento estaria sendo vendido para o grupo Cosan S.A., empresa de açúcar, álcool, energia, lubrificantes e logística. A destinação do porto, então, seria alterada para escoamento de minério de ferro extraído pela própria Cosan em minas do Sudeste do Pará.

Inúmeros ataques aos direitos humanos foram perpetrados no Cajueiro: perseguições e ameaças a lideranças locais, atuação de empresa de segurança sem registros oficiais, reintegrações de posse e demolições irregulares de casas, assédios processuais a apoiadores da comunidade, cooptação de moradores e incentivo a conflitos internos na comunidade, agressões a manifestantes em defesa da comunidade, suspeita de grilagem de terra, desmatamentos. No processo de organização, atuação junto ao judiciário, busca de apoio no Conselho Nacional de Direitos Humanos e de entidades nacionais e internacionais, a atuação de filiados e das diretorias da APRUMA tem sido significativa.

Uma iniciativa importante na defesa da Resex Tauá-Mirim e do Cajueiro tem sido a realização da Feira da Resex Tauá-Mirim na UFMA, que ocorre desde 2019, em ação conjunta do Conselho Gestor da Resex, da Associação Agroecológica Tijupá, do GEDMMA e da APRUMA. A Feira surgiu a partir de uma sugestão da professora Sirliane Paiva, então, Presidenta da APRUMA. Apesar das dificuldades de realização durante o período da pandemia e consequentes trabalhos remotos na UFMA, a Feira voltou às suas atividades, com um planejamento de se realizar uma vez por mês, propiciando a comercialização de produtos saudáveis, incentivo à produção nas comunidades e divulgação das lutas pela oficialização da Resex Tauá-Mirim e de resistência de seu povo.

A participação da APRUMA nas lutas pós-golpe: reformas da previdência, trabalhista e administrativa

CLAÚDIO ANSELMO DE SOUZA MENDONÇA[1]

DENISE BESSA LÈDA[2]

O golpe parlamentar contra a ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016, resultou de um conjunto de fatores que não há como esmiuçar neste artigo, visto que o objetivo da análise é situar o lugar da APRUMA-Seção Sindical do ANDES-SN, assim como das duras e incansáveis tarefas que nosso Sindicato Nacional se viu imergido, no enfrentamento das consequências do golpe[3]. Obviamente que faremos apontamentos e indicações, até para situar, no âmbito do método dialético entre a forma-geral, particular e singular, nos afastando tanto do mecanicismo, do sectarismo e do derrotismo.

Analisar o golpe é compreender, em linhas gerais, as crises que assolam o regime de mercadoria mundial, que se expressam no *aumento da sobreacumulação e intensificação da concorrência internacional* (ALVES, 2011). Nisso, como Farias (2018, p. 193 – 4) lembra, "[...] as resoluções capitalistas das crises periódicas modificam seus fundamentos respectivos, progredindo na expropriação [...]", fazendo com que as concessões até então garantidas fossem consideradas excessivas, via o *fortalecimento da força extraeconômica pelo Estado* (WOOD, 2014), bem longe da *ideologia do Estado mínimo.*

Na esteira dos acontecimentos estruturais dos anos 1970[4] é inegável que no pós-Guerra Fria a situação mundial caminhou

1 Professor de Geografia do Colégio Universitário da UFMA, Diretor da Apruma na gestão 2014 – 2016, 2016 – 2018.

2 Professora Titular do Departamento de Psicologia da UFMA e diretora da Apruma nas gestões 2004 – 2006, 2012-2014, 2018 – 2020, 2023 – 2025.

3 Cabe uma observação. O 61º Conad do ANDES, realizado em julho de 2016 na cidade de Boa Vista/RR, por mais que não tenha aprovado a caraterização do golpe, deliberando, com resolução, pela denominação manobra parlamentar, o ANDES, sem dúvida, foi o sindicato nacional que se colocou integralmente nas ruas contra as consequências do golpe. A Apruma, nesse mesmo ano, aprovou em assembleia, a caraterização de golpe.

4 Consideramos que a crise do capitalismo nos anos de 1970 se situa a partir da "[...] queda da taxa de lucro [...] pelo aumento do preço da força de trabalho, [...] controle social da produção [...]", a "hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos [...]". (ANTUNES, 2009, p. 31).

5 Vale destacar que, mesmo diante do reflexo das organizações clássicas da classe trabalhadora, ocorre uma ascensão, muito localizada e desigualmente territorializada, de novos sujeitos, que são também classe trabalhadora, mas pautando demandas no âmbito das lutas LGBTQIAPN+, movimentos negros, movimentos feministas, etc.

para um refluxo nas lutas salariais[5]. No âmbito da economia e da vida social, ocorre avanço da *mundialização do capital via liberalização da economia* (CHESNAIS, 1996), no dueto de *alteração dos ambientes internos* dos Estados, *via neoliberalismo,* e alteração *dos ambientes externos, via globalização* (GOWAN, 2003). Uma situação de neoliberalização da própria vida humana, como *sistema normativo de milhões de pessoas* (DARDOT; LAVAL, 2016), com profunda *fragmentação da vida dos indivíduos* (SENNET, 2015).

Logo, o golpe contra Dilma, assim como outros que sacudiram a América Latina, se situa no bojo do atual estágio do regime do capital, das contradições econômicas e sociais, das metamorfoses da força de trabalho (ANTUNES, 2009; 2011) e do quadro mencionado acima. Não há nenhum setor da força de trabalho mundial e nacionalmente que não tenha sido impactado, o que, de certa forma, favoreceu o avanço violento do poder patronal com suas reformas estruturantes pró-mercado, a exemplo da Emenda Constitucional 95/16 (Teto de Gasto), da lei 13. 415/17 (Reforma do Ensino Médio), da Lei 13.467/17 (Reforma Trabalhista), da Emenda Constitucional 103/19 (Reforma Previdenciária) e da tentativa de aprovar a PEC 32 (Reforma Administrativa).

Notoriamente que frações da burguesia não só se rearticularam para tomar o poder pelo impedimento do governo da então presidente Dilma, como também seguiram com a intervenção midiática e seletiva da operação lava jato, que levou à prisão o ex-presidente Lula, em 2018, e impediu a sua participação na vida política brasileira. Todo esse movimento visava avançar com tais reformas, em que pese as contradições do lulismo. Já a reação da população trabalhadora, resultado também do apaziguamento via adaptação dos aparatos estatais e política de consumo pequeno-burguês, não respondeu à altura dos ataques.

Mesmo diante de um quadro tão desfavorável, desde as primeiras medidas adotadas pelo golpista (então presidente) Michel Temer, o ANDES e a APRUMA convocaram a base para fortalecer as lutas que surgiam. Para explicitar sinteticamente isso, dividimos esses momentos em: (**a**) *primeiros suspiros pós-golpe* (reforma do ensino médio, emenda constitucional 95/16 e reforma previdenciária)**;** (**b**) o recuo das grandes centrais e a aprovação da reforma trabalhista, (**c**) o refluxo na luta contra a reforma previdenciária de Bolsonaro e (**d**) a luta contra a PEC 32**.**

Nos *primeiros suspiros pós-Golpe* é notório que uma parcela se tornou ponta de lança das lutas: a juventude. Seja no combate à Emenda Constitucional 95, que instituiu o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, seja contra a Reforma do Ensino Médio, os estudantes ocuparam escolas em todo país, com mais de 1.000 escolas ocupadas. Na UFMA foram realizadas inúmeras lutas, com ocupações estudantis que duraram 2 meses, como no Colégio Universitário, com ações em inúmeros centros, e em todos os campi da Universidade. Destaca-se que em que novembro de 2016, com a participação de uma delegação da UFMA, uma grande marcha ocorreu em Brasília contra o Teto do Gasto e a contrarreforma do ensino médio.

Mas, sem dúvida, tais lutas podemos dizer que foram um *ensaio geral,* o combustível para que em 2017, no primeiro semestre, realizássemos inúmeras ações contra a tentativa de Temer de aprovar a Reforma Previdenciária. Numa ampla unidade entre as centrais sindicais, sindicatos e movimentos sociais, a APRUMA esteve presente na construção das panfletagens nas feiras da Grande Ilha, em Imperatriz, visitando os campi da UFMA, com assembleias e palestras, coordenando paralisações ocorridas na área Itaqui-Bacanga e BR 135. Conseguimos, aliás, numa ação coordenada, em determinado momento de um dos atos, fechar as saídas para o

Estreito dos Mosquitos. Derrotamos a Reforma Previdenciária de Temer, mas o recuo, em julho de 2017, das grandes centrais (CUT, Força Sindical e CTB), custou caro à luta.

É notório que tal recuo, que exigia continuar a mobilização e as lutas, foi decisivo para a aprovação, no final de 2017, de duas leis que alteraram radicalmente as relações de trabalho no Brasil, a Lei n.º 13.467/2017 – *Reforma Trabalhista* e a Lei n.º 13.467/17 – Lei das terceirizações. A APRUMA esteve firme, aprovando em assembleia posição contra essas reformas e reafirmando a posição de que só derrotaríamos as consequências do golpe nas ruas e em unidade. Além de amargarmos a aprovação de tais leis, no ano seguinte, uma derrota maior ocorreria, a eleição de Bolsonaro, que antes de sua vitória, já era combatido nas ruas e redes sociais, pelo ANDES e pela APRUMA, com o notório #EleNão.

O terceiro momento que apontamos, o refluxo na luta contra a reforma previdenciária de Bolsonaro, mesmo com o *Tsunami da Educação*[4], resultou em mais ataques. A APRUMA, refirmando posições anteriores, buscou mobilizar a categoria contra a Emenda Constitucional 103/09 (Reforma Previdenciária). O receio compreensível de uma parcela em lutar, por ainda não compreender a natureza do governo empossado, e a letargia das grandes centrais (CUT, Força Sindical, CTB) resultaram na aprovação de mais um ataque à previdência pública, intensificando o que vinha acontecendo desde a época do ex-presidente FHC, seguido por Lula, Dilma e Temer. A APRUMA não encontrou unidade e disposição suficientes para construir mais lutas na capital e no interior do Maranhão.

A pandemia aprofundou a situação de refluxo, fruto da preocupação central, salvar vidas, em defesa das vacinas e por auxílio emergencial. Para além dessas bandeiras, nas quais a APRUMA e o ANDES estiveram presentes, com ações denunciando também o genocídio de Bolsonaro, contribuímos com distribuição de cestas bá-

sicas. Contudo, com o avanço da vacinação, Brasília, entre setembro e dezembro de 2021, foi palco de um constante processo de mobilização e luta, com atividades no aeroporto, na rodoviária, na câmara dos deputados, conscientizando a sociedade do impacto deletério da reforma administrativa.

A presença de delegação constante da APRUMA em Brasília, visitando os gabinetes parlamentares, as ações com outdoor em São Luís e em algumas cidades, as assembleias de base, debates, participação virtual em reuniões departamentais, foram ações importantes que contribuíram, em alguma medida, para avançarmos numa compreensão maior do perigo da PEC 32 e que deve ser fundamental para reorganizar a categoria diante da tentativa do presidente da Câmara, Arthur Lira, de voltar a fazer tramitar tal medida.

Referencial

ALVES, Giovanni. *Trabalho e Subjetividade.* O Espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho:* ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. *Adeus ao Trabalho?* São Paulo: Cortez, 2011.

CHESNAIS, Francois. *A mundialização do Capital.* São Paulo: Xamã, 1996.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo:* ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FARIAS, Flávio Bezerra. *O Estado, o Capital e o Trabalho na Crise Global:* a experiência brasileira recente. In: ABREU, Anttonia Sousa et al. (Org.). Canto do Assum Preto. Fortaleza: Editora UFC, 2018.

GOWAN, Peter. *A Roleta Global.* Rio de Janeiro: Record, 2003.

SENNETT, Richard. *A cultura do novo capitalismo.* Rio de Janeiro: Record, 2015.

WOOD, Ellen Meiksins. *O Império do Capital.* São Paulo: Boitempo, 2014.

O ensino presencial no pós-pandemia: uma luta para manter viva a universidade

ILSE GOMES SILVA[1]
MARISE MARÇALINA DE CASTRO SILVA ROSA[2]

> *...Então me vi diante de desafios nunca imaginados e estudados antes, fazer Aula-Monólogo, Ensino Remoto, Estágio Remoto, emergencial [...] Refleti sobre o que aprendi, meus saberes, fazeres e quereres ao longo da minha história de formação, lembrei das minhas crenças, dos princípios e itinerários de formação, do trabalho coletivo com outros professores e estudantes... Essa ideia-força foi pautando a travessia para além da pandemia, fui descobrindo novas razões de resistência e luta, foquei na ética da profissão, no exercício da docência e mergulhei nesse mar de incertezas com a certeza que era preciso continuar a luta, educando e formando professores do meu/seu jeito, a forma que souber, inventando o que não tiver, mas, sempre convicta que é possível ensinar e aprender em qualquer tempo.*
>
> ROSA, 2020

Em um cenário de grandes incertezas devido à proximidade da morte provocada pela pandemia do COVID 19, a UFMA iniciou 2022 com a esperança de controle da pandemia e com a decisão do CONSUN de manter os dois semestres na modalidade remota. Com essa decisão do CONSUN, a APRUMA iniciou imediatamente uma campanha pela defesa do ensino presencial.

A epígrafe ao lado é o trecho de uma carta pedagógica de Rosa (2020), que refletem experiências do cotidiano vivido por professores universitários durante a pandemia da Covid-19, um tempo de muitas incertezas, perdas e busca de explicações para tudo que afetava as ações formadoras no campo acadêmico, quais sejam: o ensino, a pesquisa e a extensão universitária, que precisaram ser reconfigurados para atender às necessidades de existência e r(e)existência humana em tempos de crise em todas as áreas, que gerou um contexto emergencial diante do isolamento social e o fechamento de escolas, universidades e todos os espaços

1 Professora Titular do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA. Diretora da Apruma nas gestões 2018 – 2020, 2022 – 2024, 2023 – 2025 (Presidente)

2 Professora do Departamento de Educação I e diretora da Apruma nas gestões 2018 – 2020, 2022 – 2024, 2023 – 2025.

que pudessem promover o contágio do Coronavírus (SARS-COV-2 /COVID-19). O ensino na modalidade remota nas universidades e instituições de ensino se colocou como alternativa viável e possível para continuidade dos processos formativos, porém, numa perspectiva emergencial. Para tanto, a PORTARIA n.º 544, DE 16 DE JUNHO DE 2020, autorizou "a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus — Covid-19". Art. 1.º Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em cursos regularmente autorizados, por atividades letivas que utilizem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2.º do Decreto n.º 9.235, de 15 de dezembro de 2017. § 1.º O período de autorização de que trata o caput se estende até 31 de dezembro de 2020.

No âmbito da Universidade Federal do Maranhão-UFMA, as práticas acadêmicas, graduação e pós-graduação, precisaram ser reguladas por meio de portarias, instruções normativas, normas técnicas e resoluções que flexibilizaram e orientaram o desenvolvimento do ensino remoto, dos estágios supervisionados, as possibilidades de pesquisa e extensão, bem como a realização de atividades remotas administrativas, como indicado na portaria supracitada, parágrafo primeiro, de forma excepcional. Considerando a Resolução n.º 1.892-CONSEPE, que trata das Normas Regulamentadoras dos cursos de graduação e o Parecer CNE/CP n.º 5/2020, que dispõem sobre a reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão do momento pandêmico, o ensino não presencial foi se constituindo numa prática emergencial com experiências

e tensões diversas, muitos enfrentamentos no uso das tecnologias digitais e desafios no ensino e na aprendizagem.

À medida em que a pandemia foi sendo controlada pelo aumento da taxa de vacinação da população e os estudos indicavam que o número de novos casos de COVID-19 decaia, iniciou-se uma campanha pelo retorno às atividades presenciais com condições de garantias do uso de protocolos de biossegurança e reformas estruturais nos prédios. Entretanto, as ações da Administração Superior indicavam que não era interesse da Reitoria criar as condições e um planejamento para o retorno às aulas presenciais, pelo contrário, ocorreu um intenso processo visando tornar permanente o ensino na modalidade remota e acabar com o ensino presencial. Em curto período de tempo, e sem garantia de discussão da comunidade universitária, a Administração Superior aprovou resoluções que transformavam os atuais cursos presenciais em semipresenciais, tais como: a).aprovação do calendário acadêmico de 2022.1 e 2022.2 na modalidade remota; b) aprovação ad referendum da Resolução n.º 2.638-CONSEPE, 24 de agosto de 2022, que "Dispõe sobre as diretrizes gerais para regulamentar o desenvolvimento do processo híbrido de ensino e aprendizagem nos currículos dos cursos de graduação e nos cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, da Universidade Federal do Maranhão." No Art. 1.º — Dispor sobre as normas e procedimentos para a inserção e oferta de componentes curriculares, integral ou parcialmente, na modalidade de Ensino à Distância (EaD), nos cursos de graduação presenciais da Universidade Federal do Maranhão.

Em nota, a APRUMA "tem denunciado esta estratégia do governo federal e da Reitoria de redução dos custos financeiros com a educação superior que geram como consequência imediata a precarização do ensino e do trabalho docente, das condições de acesso e permanência dos discentes nas universidades e a deterioração do

patrimônio material e imaterial construído ao longo da história brasileira. Desde o início de 2022, professores e estudantes em assembleia denunciam esta estratégia e reafirmaram a necessidade de garantia do direito ao ensino presencial".

Na campanha pela defesa do ensino presencial a APRUMA utilizou, além das notas públicas em suas redes sociais, outbus, outdoor, debates e mobilização para participação das reuniões do CONSUN. O ponto alto dessa campanha foi a realização da I Mostra Científica, Artística e Cultural da APRUMA, realizada em 17 de setembro de 2022, cujo objetivo foi contribuir para a divulgação da inserção no ensino, da pesquisa e da extensão produzidas pela comunidade acadêmica da UFMA na sociedade e assim alertar para a urgência da defesa da saúde, da educação, da pesquisa e da universidade públicas. Lutar pela garantia do ensino 100% presencial. A comunidade universitária e a população de São Luís, principalmente da região Itaqui Bacanga participaram ativamente da Mostra, que podemos verificar pelo número de atividades desenvolvidas: foram 11 lançamentos de livros, 19 trabalhos de extensão, 07 apresentações artísticas, 32 apresentações de trabalhos científicos e 06 exposições fotográficas. Um dos melhores momentos foi a grande participação de estudantes das escolas públicas da rede municipal de educação, região rural de São Luís.

A luta pela defesa do ensino presencial continua mais viva do que nunca. Chegamos a 2025 sem avançar na melhoria da infraestrutura dos prédios, cujas salas estão insalubres e sem climatização, banheiros com sanitários e pias quebradas, falta de equipamentos eletrônicos e acesso à internet com qualidade, iluminação dos prédios precária, transporte coletivo insuficiente. Além disso, os estudantes estão sem política satisfatória de permanência na universidade uma vez que a casa dos estudantes está em péssimas condições estruturais e de higiene, o Restaurante Universitário

não oferece refeições suficientes e com qualidade. Não há creches para os filhos e filhas das estudantes e professoras.

A UFMA se tornou a expressão do descaso com a educação pública e da falta de democracia da Administração Superior, que reproduz a herança autoritária historicamente presente na sociedade brasileira. Mas, do ponto de vista do compromisso dos professores(as), estudantes e técnicos administrativos, a UFMA é um celeiro onde brotam conhecimentos, produção científica, compromissos com a melhoria da sociedade brasileira, defesa da educação pública e afetos, cujos corações batem aceleradamente pelo prazer do ofício de sermos instrumentos do conhecimento.

A atuação da APRUMA-Seção Sindical no contexto da expansão recente das Universidades Federais

ANA PAULA RIBEIRO DE SOUSA[1]

No início dos anos 2000, tivemos, no cenário político, uma perspectiva de inflexão das políticas neoliberais implementadas pelos governos anteriores com a vitória eleitoral de Luís Inácio Lula da Silva (2002), que representava um projeto político democrático popular, apoiado pelos movimentos sociais, sindicais, por parte da intelectualidade e da classe média, que, no entanto, não rompe definitivamente com o projeto político neoliberal, constituindo uma aliança política bastante complexa visando equilibrar os interesses das diferentes classes em disputa, o que resultou em alguns ganhos para a classe trabalhadora.

No âmbito das políticas de educação superior, o mote do governo foi a "democratização", inaugurando um período de efetiva expansão das instituições federais de ensino, através de programas governamentais – EXPANDIR e REUNI – voltados para a ampliação de vagas e matrículas nas universidades públicas e criação de novas universidades, sobretudo em regiões interioranas, de fronteira e de difícil acesso. Houve a aprovação da lei de cotas (lei 12.711/2012), que reservou 50% das vagas de ingresso nas universidades e institutos federais para alunos egressos de escolas públicas e para pretos, pardos e indígenas, e a construção de uma política consistente e permanente de assistência estudan-

1 Professora da UEMA. Ex-professora da UFMA campus Bacabal. Diretora da Apruma na Gestão 2022 – 2024.

til (PNAES). Paralelo a isso, observa-se o crescimento vertiginoso do setor privado-mercantil por meio da apropriação do fundo público através de programas como o FIES e o PROUNI. Além disso, houve a mudança no processo de seleção dos alunos para ingresso nas IFES, que passaram a aderir ao Sisu (Sistema de Seleção Unificada) como forma de acesso. O sistema executa a seleção dos estudantes com base na nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que praticamente extingue os vestibulares próprios das universidades.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, foi criado por meio do Decreto no. 6.096 (24/04/07), com o objetivo de "criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior (por meio do), melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos atualmente existentes" (art. 1º) e, no período de 5 anos, ampliar o número de vagas e matrículas tendo em vista duas metas principais: a elevação da taxa de conclusão dos alunos para 90% e o aumento da relação aluno/professor para 18, tendo como contrapartida do governo o aumento das de até 20% dos recursos para despesas de custeio e pessoal das IFES, condicionado a verba orçamentária do MEC.

No entanto, percebe-se que a intenção do programa não se limitava à expansão, mas visava a reestruturação das universidades federais, trazendo diversas consequências sobre a qualidade do ensino e sobre o trabalho docente, dentre as quais, destaca-se: a) aumento substancial do número de alunos por sala de aula, sem que haja garantia de estrutura física, pessoal, recursos materiais suficientes para atender com qualidade essa demanda; b) mudanças profundas na organização dos cursos de graduação, de modo a adotarem critérios de organização mais flexíveis (a exemplo dos Bacharelados interdisciplinares, inspirados no modelo

europeu); c) intensificação e precarização do trabalho docente, pelo aumento da relação aluno/professor.

Com a adesão da UFMA ao REUNI, do ponto de vista quantitativo, houve uma expressiva expansão. Entre 2007 e 2013, o número de vagas na graduação presencial cresceu em 63,8% e na pós-graduação stricto sensu em 145%; o número de cursos de graduação presencial obteve uma expansão de 40,25%; as matrículas em cursos à distância (graduação, extensão e especialização) cresceram de 712 para 13.725 (1900%). Em relação ao número de docentes, o incremento foi de 43,3% e o de técnicos-administrativos, 6,9%. Um aspecto a se destacar, no caso da expansão da UFMA, foi a interiorização, com a criação de 3 novos campi (São Bernardo, Grajaú e Balsas) e a expansão de campi já existentes, como Codó, Bacabal, Pinheiro, Imperatriz e Chapadinha.

Em relação ao REUNI, que desde o início contou com resistência efetiva do ANDES contra a adesão a essa política, suas seções sindicais aprovaram em assembleias o enfrentamento e a denúncia do significado do Programa para a Universidade.

A APRUMA promoveu debates para esclarecer a comunidade universitária, denunciando a forma autoritária e burocrática em que se deu o processo na UFMA, exemplo da reunião do Conselho Universitário (CONSUN) convocada, em caráter de urgência, para a aprovação do Plano de Reestruturação da UFMA, em desacordo com as normas regimentais, sem respeitar o prazo mínimo de 72 horas para convocação, a falta de tempo hábil para que os conselheiros apreciassem o projeto, já que não tiveram acesso ao texto em sua totalidade, mas apenas a uma sinopse produzida pela própria administração superior.

A APRUMA denunciou que houve cerceamento da participação dos presentes e intervenção das polícias militar e federal para impedir a ação de manifestantes contra a aprovação do Plano. Mesmo

mediante a pressão dos manifestantes, e de recursos para suspensão da reunião interpostos pela APRUMA, por conta de tais irregularidades, o projeto foi votado e aprovado com 42 votos a favor, 02 contra e 12 abstenções. Por todas essas questões, a APRUMA impetrou mandado de segurança no juizado federal para a suspensão da sessão do CONSUN, obtendo liminar favorável, que, posteriormente foi cassada pelo Tribunal Regional Federal a pedido da procuradoria jurídica da UFMA.

Com a adesão ao REUNI, a UFMA ampliou suas unidades (campus) para o interior do estado. Assim a ação da APRUMA se tornou mais complexa, tendo em vista alcançar esses campi, que se situavam distantes do município-sede da UFMA (São Luís) e com diversas peculiaridades. Isto posto, a seção sindical elevou de sete para onze o número de integrantes da diretoria de modo a garantir a maior participação de docentes lotados nos campi do interior do estado, além de sua participação no conselho de representantes.

O quantitativo de docentes sindicalizados nos campi totaliza, em 2023, 98 docentes, o que corresponde a aproximadamente 16% do total de docentes ativos sindicalizados. Isso evidencia os desafios em ampliar a atuação do sindicato, considerando o contexto de ataques aos funcionários públicos, a restrição de direitos e a perseguição ao trabalho dos professores que temos evidenciado, especialmente, ao longo dos últimos 5 anos.

Mesmo com a distância geográfica, o sindicato entende a importância de manter uma linha aberta de diálogo com os campi, seja através da diretoria ou do conselho de representantes, como evidencia a realização de reuniões com professores nos campi de Imperatriz, Chapadinha, Pinheiro, São Bernardo, Bacabal, Grajaú e Codó. Ultimamente, de modo a contemplar a participação dos sindicalizados que residem no interior do estado, as assembleias gerais têm adotado o formato híbrido.

A posição histórica da APRUMA em defesa da universidade pública, gratuita e democrática, com qualidade socialmente referenciada, abrange também a questão da expansão do acesso ao ensino superior a todas as regiões do Estado. Contudo, a atuação do sindicato incide em denunciar e debater com a categoria as condições nas quais se deu efetivamente o processo de expansão da UFMA nos marcos de uma política nos moldes do REUNI e em defesa da garantia dos direitos e das condições de trabalho dos docentes que atuam nos campi do interior.

Posfácio

O registro e a análise da história de um sujeito político coletivo como a APRUMA - Seção Sindical do ANDES - Sindicato Nacional, que acumula 45 anos de luta renhida em defesa da educação e da universidade públicas, faz-se fundamental, sobretudo diante do desafio atualizado de enfrentamento dos efeitos nefastos do avanço da extrema direita e do pensamento conservador e obscurantista. A história e a historiografia estão em permanente disputa, sabemos.

A condição para não sermos derrotados na largada, considerando nossas forças diante do poder antagônico a nós, é fazermos a batalha de ideias, "revirando" e atualizando nossa história de luta, buscando identificar nossos limites e potencializar nossas forças.

É nessa perspectiva que se insere o esforço coletivo, que resultou nesta obra, que trata de alguns aspectos da ampla e fértil luta realizada pelos docentes da UFMA ao longo da história de existência de sua entidade representativa: a APRUMA-S. Sind. Longe de esgotar os temas para o debate, o referido esforço, ora empreendido, apenas "soprou a poeira" assentada no rico acervo documental que a entidade dispõe e que pode inspirar muitas pesquisas relevantes que tenham o intuito de apreender as lições históricas e organizar as lutas do presente e do futuro.

Dessa primeira "mirada" nas fontes primárias destacou-se que além do caráter combativo e autônomo em defesa da universidade pública e dos direitos dos docentes da UFMA, nosso sindicato esteve permanentemente articulado, ao longo dessas quatro décadas e meia de sua existência, aos diferentes sindicatos, movimento estudantil e movimentos sociais, do campo e da cidade, participando ativamente das lutas diversas encampadas no cenário maranhense e nacional. Deslindar a atuação da APRUMA - S. Sind. inserida em outras frentes de luta de interesse do conjunto da classe trabalhadora, implica refletir mais profundamente acerca das potencialidades da luta sindical.

Mas, se por um lado, o acervo documental composto por atas e relatórios de congressos e reuniões, cartazes, balanços políticos, revistas, boletins, anais de eventos e registros fotográficos, além da própria memória dos sujeitos concretos envolvidos na luta, já começaram a ser usados como fontes primárias de pesquisa histórica, por outro, muito ainda se tem a fazer para assegurar a urgente e necessária preservação e organização de tais registros históricos, bem como a produção de novos materiais historiográficos. Estas são tarefas políticas que podem decorrer desse esforço coletivo inicial.

Sigamos!

ORGANIZADORES:

LUCELMA SILVA BRAGA[1]

MATHEUS RIBEIRO COIMBRA[2]

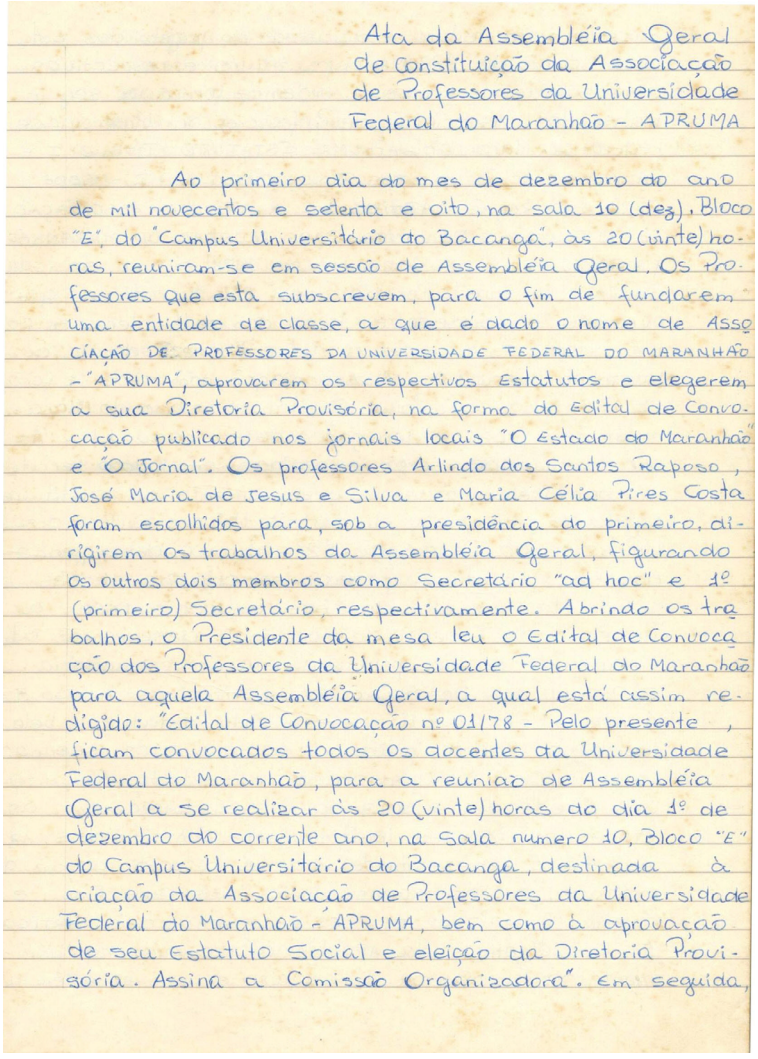
TAMIRES DE JESUS MORAIS[3]

1 Docente do Departamento de Psicologia - UFMA

2 Assessoria de Comunicação Apruma - S. Sind.

3 Assessoria de comunicação Apruma - S. Sind.

Fotografias



Ata da Assembléia Geral
de Constituição da Associação
de Professores da Universidade
Federal do Maranhão - APRUMA

Ao primeiro dia do mes de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e oito, na sala 10 (dez), Bloco "E", do "Campus Universitário do Bacanga", às 20 (vinte) horas, reuniram-se em sessão de Assembléia Geral, Os Professores que esta subscrevem, para o fim de fundarem uma entidade de classe, a que é dado o nome de Associação de Professores da Universidade Federal do Maranhão - "APRUMA", aprovarem os respectivos Estatutos e elegerem a sua Diretoria Provisória, na forma do Edital de Convocação publicado nos jornais locais "O Estado do Maranhão" e "O Jornal". Os professores Arlindo dos Santos Raposo, José Maria de Jesus e Silva e Maria Célia Pires Costa foram escolhidos para, sob a presidência do primeiro, dirigirem os trabalhos da Assembléia Geral, figurando os outros dois membros como Secretário "ad hoc" e 1º (primeiro) Secretário, respectivamente. Abrindo os trabalhos, o Presidente da mesa leu o Edital de Convocação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão para aquela Assembléia Geral, a qual está assim redigido: "Edital de Convocação nº 01/78 - Pelo presente, ficam convocados todos os docentes da Universidade Federal do Maranhão, para a reunião de Assembléia Geral a se realizar às 20 (vinte) horas do dia 1º de dezembro do corrente ano, na Sala numero 10, Bloco "E" do Campus Universitário do Bacanga, destinada à criação da Associação de Professores da Universidade Federal do Maranhão - APRUMA, bem como à aprovação de seu Estatuto Social e eleição da Diretoria Provisória. Assina a Comissão Organizadora". Em seguida,

ATA DE CRIAÇÃO APRUMA - 01 .12.1978

CONAD ANDES 1987 - ocorrido na UFMA



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Greve de 1988 - Ato em frente à Biblioteca Benedito Leite



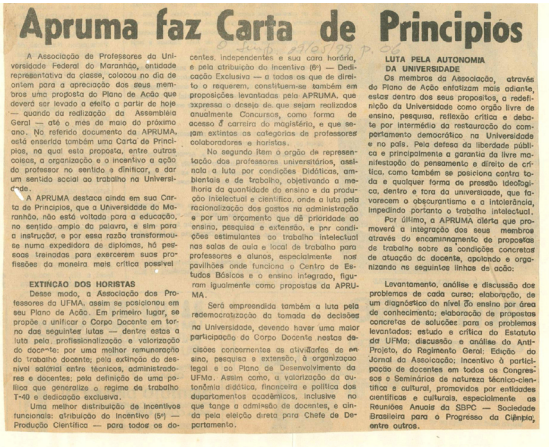
Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

SOS Universidade - julho,1989



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Carta de princípios Apruma - Jornal O Imparcial, 29.05.1979



Apruma faz Carta de Principios

A Associação de Professores da Universidade Federal do Maranhão, entidade representativa da classe, colocou no dia de ontem para a apreciação dos seus membros uma proposta do Plano de Ação que deverá ser levado a efeito a partir de hoje — quando da realização da Assembléia Geral — até o mês de maio do próximo ano. No referido documento da APRUMA, está ensejada também uma Carta de Princípios, na qual esta proposta, entre outras coisas, a organização e o incentivo a ação do professor no sentido a dinificar, e dar um sentido social ao trabalho na Universidade.

A APRUMA destaca ainda em sua Carta de Princípios, que a Universidade do Maranhão, não está voltada para a educação, no sentido amplo da palavra, e sim para a instrução, e por essa razão transformou-se numa expedidora de diplomas, há pessoas treinadas para exercerem suas profissões da maneira mais crítica possível

EXTINÇÃO DOS HORISTAS

Desse modo, a Associação dos Professores da UFMA, assim se posicionou em seu Plano de Ação. Em primeiro lugar, se propõe a unificar o Corpo Docente em torno das seguintes lutas — dentre estas a luta pela profissionalização e valorização do docente: por uma melhor remuneração do trabalho docente; pela extinção do desnível salarial entre técnicos, administradores e docentes; pela definição de uma política que generalize o regime de trabalho T-40 e dedicação exclusiva).

Uma melhor distribuição de incentivos funcionais: atribuição do incentivo (5º) — Produção Científica — para todos os docentes independentes e sua cara horária, e pela atribuição do incentivo (6º) — Dedicação Exclusiva — a todos os que de direito o requerem, constituem-se também em proposições levantadas pela APRUMA, que expressa o desejo de que sejam realizados anualmente Concursos, como forma de acesso à carreira do magistério, e que sejam extintas as categorias de professores colaboradores e horistas.

No segundo item o órgão de representação dos professores universitários, assinala a luta por condições Didáticas, ambientais e de trabalho, objetivando a melhoria da quantidade do ensino e da produção intelectual e científica, onde a luta pela racionalização dos gastos na administração e por um orçamento que dê prioridade ao ensino, pesquisa e extensão, e por condições estimulantes ao trabalho intelectual nas salas de aula e local de trabalho para professores e alunos, especialmente nos pavilhões onde funciona o Centro de Estudos Básicos e o ensino integrado, figuram igualmente como propostas da APRUMA.

Será empreendida também a luta pela redemocratização da tomada de decisões na Universidade, devendo haver uma maior participação do Corpo Docente nestas decisões concernentes as atividades de ensino, pesquisa e extensão, à organização legal e ao Plano de Desenvolvimento da UFMa. Assim como, a valorização da autonômia didática, financeira e política dos departamentos acadêmicos, inclusive no que tange a admissão de docentes, e ainda pela eleição direta para Chefe de Departamento.

LUTA PELA AUTONOMIA DA UNIVERSIDADE

Os membros da Associação, através do Plano de Ação entalizam mais adiante, estão dentro dos seus propositos, a redefinição da Universidade como orgão livre de ensino, pesquisa, reflexão crítica e debate por intermédio da restauração do comportamento democrático na Universidade e no país. Pela defesa da liberdade pública e principalmente a garantia da livre manifestação do pensamento e direito de crítica, como também se posicionu contra toda e qualquer forma de pressão ideológica, dentro e fora da universidade, que favorecem a obscurantismo e a intolerância, impedindo portanto o trabalho intelectual.

Por último, a APRUMA clarifa que promoverá a integração dos seus membros através do encaminhamento de propostas de trabalho sobre as condições concretas de atuação do docente, apoiando e organizando as seguintes linhas de ação:

Levantamento, análise e discussão dos problemas de cada curso; elaboração, de um diagnóstico do nível do ensino por área de conhecimento; elaboração de propostas concretas de soluções para os problemas levantados; estudo e crítica do Estatuto da UFMa; discussão e análise do Anti-Projeto, do Regimento Geral; Edição do Jornal da Associação; incentivo à participação de docentes em todos os Congressos e Seminários de natureza técnico-científica e cultural, promovidos por entidades científicas e culturais, especialmente os Reuniões Anuais da SBPC — Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, entre outros.

SOS Universidade - julho,1989



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

SOS Universidade - julho,1989



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Sos Universidade - julho,1989



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

CONAD ANDES-SN na UFMA,1995



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Sos Universidade, 1996



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Continuidade de paralisação,1996



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Manifestação servidores públicos federais - 1996



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Ato público, 01 de abril de 1998 - Greve UFMA



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Atividade em frente ao Ministério da Fazenda, São Luís, 1996



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Assembleia de Posse Gestão 1995-1997



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Ato com o MST,1998



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Dia Internacional da Mulher



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Assembleia continuidade da greve, 25.05.98



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Encontro preparatório estadual para o II Congresso nacional de Educação



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Ato com o MST,1998



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

CONSUN sobre o PID docente



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

II Encontro Regional NE I



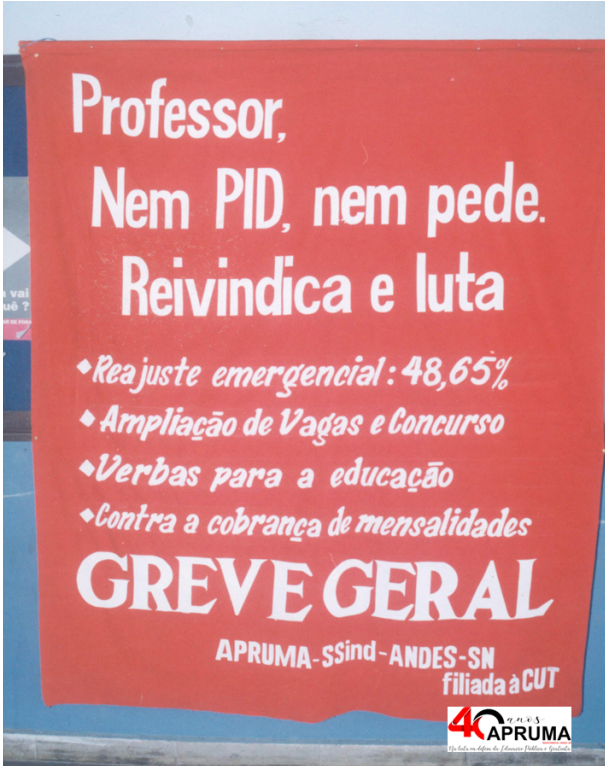
Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Dia Nacional de Defesa da Universidade Pública, 10.12.99



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Campanha de Greve



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Protesto contra a extinção da FAPEMA, NA Assembleia Legislativa do Maranhão



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Greve dos SPF, 2001 - Ato público



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Cortejo fúnebre FHC, 04.09.01



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Ato unificado das entidades em greve - 2001



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Cortejo fúnebre - Greve, 2001.



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

III Congresso de Professores, UFMA 2005



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

III Congresso de Professores da UFMA - APRUMA



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

52º CONAD - ANDES - SN, UFMA - 2007



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

CONSUN - UFMA - Demissão do professor Ayala Gurgel, do departamento de filosofia - 2013



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Ato de Greve durante SBPC na UFMA, 2012



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Ato contra a EBSERH e em defesa dos Hospitais Universitários - 2012



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Manifestação da APRUMA na SBPC, 2012



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Av. Beira Mar - Greve, 2012



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Congresso ANDES, UFMA - fev. 2014



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Congresso ANDES, UFMA - fev. 2014



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Congresso ANDES, UFMA - fev. 2014



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Congresso ANDES, UFMA - fev. 2014



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Campus Imperatriz



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Apruma nos Campi - Visita ao campus São Bernardo - 2018



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Atividade campus Imperatriz, 2018



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Ato em defesa da Educação Pública - campus Pinheiro - 2018



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Atividade docente em Codó - Em defesa da Educação Pública - 2018



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Apruma nos Campi - atividade ao campus São Bernardo - 2018



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Apruma nos Campi - Visita ao campus Imperatriz - 2018



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Manifestação docentes do campus Bacabal - em defesa da Educação Pública



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Ato em defesa do Prof. Bartolomeu - Processado durante a intervenção no COLUN



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Greve de fome - Casa do Estudante



Fonte: Ranyere Serra

Greve de fome estudantil, 2013



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Greve de fome estudantil, 2013



Fonte: Ranyere Serra

Professores da base da APRUMA em apoio ao movimento da Casa do Estudante, 2013



Fonte: Ranyere Serra

Atividade de greve, Ato - junho, 2015



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Dia Nacional de Paralisação, novembro, 2016



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Comissão eleitoral local - Eleições ANDES, 2016



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Atividade UFMA - Imperatriz, junho de 2014



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Atividade em Chapadinha - Campus UFMA



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Assembleia APRUMA - 12.09.17



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Greve Geral - abril, 2017



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Dia Internacional da Mulher, 2017



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Educação como ato político, o legado de Paulo Freire - 2019



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

40 anos APRUMA - Palácio Cristo Rei - UFMA, 2018



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Festa de comemoração dos 40 anos da Apruma, 2018.



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Encontro de aposentados da Apruma, outubro de 2018.



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Luta Contra a destruição da Previdência Social - março, 2019



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Luta Contra a destruição da Previdência Social



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Exposição 40 anos da APRUMA no Congresso do ANDES - SN, 2019



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Plenária que rejeitou o Future-se na UFMA, abril, 2019



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Ciência na Rua - atos em defesa da educação, maio, 2019



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Ciência na Rua - atos em defesa da educação, maio, 2019



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Ciência na Rua - atos em defesa da educação, maio, 2019



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Ato em defesa da Educação - maio, 2019



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Semana do(a) Professor(a)- Lançamento do Documentário APRUMA 40 anos - outubro 2019



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Reforma da previdência como obstáculo à aposentadoria - 2019



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Semana do(a) Professor(a)- Lançamento do Documentário APRUMA 40 anos - outubro 2019



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Discussão sobre o PID - julho, 2019



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Reunião com lideranças da zona rural, Construção da 1ª Feira da Resex - outubro, 2019



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

I Mostra Científica, Artística e Cultura da APRUMA - SS - setembro, 2022



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Atividade com a Profa. Amanda Moreira (CAPUERJ) pela revogação do Novo Ensino Médio, março, 2023



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Atividade ditadura nunca mais - CCH, UFMA, 03.04.19



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Atividade com a Profa. Amanda Moreira (CAPUERJ) pela revogação do Novo Ensino Médio, março, 2023



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Atividade "Fora Bolsonaro", fevereiro, 2023



Fonte: acervo Apruma Seção Sindical

Sócios Fundadores da APRUMA

Abelardo Moreira do Nascimento
Adão Bachega
Afonso Celso Santos Pantoja
Agostinho de Almeida Lima
Agostinho Ramalho Marques Neto
Ailce Campos Marques
Alberto Arcangelli
Alberto José Tavares Vieira da Silva
Alcina da Luz dos Santos Ferreira
Aldacy Raposo Nascimento
Aldy Mello de Araújo
Alzira Maria Barbosa Pinheiro Nunes
Angel Vega Rodrigues
Anita Belle Flanders Rebelo
Anna Maria Saldanha de Castro Soares
Antonio Augusto Ribeiro Brandão
Antonio Benedito da Silva
Antonio Carlos Barbosa Frota
Antonio Carlos Beckman
Antonio Carlos dos Santos Buna
Antonio Carlos Pereira
Antonio Costa de Sousa
Antonio Pinheiro Gaspar
Antonio Rafael da Silva
Antonio Santos Araújo
Antonio Sérgio Lima Braga
Aracy Pinto Bezerra
Arionívio Siqueira Freire
Arlindo dos Santos Raposo
Arnaldo Lopes Albarelli
Arno Kreutz
Aymoré de Castro Alvim
Beatriz Martins de Andrade
Carlos Alberto dos Santos
Carlos Alberto Pinheiro Barros
Célia Maria da Costa Barroqueiro
Célia Soares Martins
Ceres Costa Fernandes Vaz dos Santos
Claudette de Jesus Ribeiro
Clidenor Edilson Bacellar Pedrosa
Clotilde Oliveira Martins
Cybele Cunha de Pádua Lauande
Doroteu Soares Ribeiro
Durval Evangelista Rocha
Edomir Martins de Oliveira
Elza Maria Brito Patrício
Érico de Oliveira Junqueira Ayres
Fernando Antônio Guimaraes Macieira
Fernando José Duarte Ferreira
Francisco das Chagas Magalhães
Francisco das Chagas Muniz Chaves
Geraldo Magela de Sousa Bezerra
Guacyra Lavôr Fernandes
Guilherme Frederico Figueiredo Lago
Guilles Lacroix
Heloisa Moreira Lima Leite
Hidelbrando Vieira da Silva
Hipólito Cavalcante Correia
Hiroshi Matsumoto
Iade Maria de Jesus Muniz
Idalvo Alexandre Araújo
Emeranciano
Iêda Magalhaes de Souza Gaspar
Ilma Vieira do Nascimento
Imair Baptista Pedrosa
Ivo Anselmo Hohn
Jamildo de Jesus Oliveira
Jamile Maria Trovão dos Santos
Jandyra De Jesus Barros
Jerônimo Pinheiro
Joanita Mota de Ataíde
João Baptista Lobato
João Batista Ericeira
João Correia Tavares
João Lima Sobrinho
João Pinto Lima
Joelina Alves da Paixão
Jonilton Santos Lemos
José Areias Guimaraes
José Augusto dos Reis
José Carlos de Saboia Magalhães Neto
José Celso Veras da Costa
José da Costa Mendes Pereira
José de Macedo Bezerra
José de Ribamar Bastos Ramos
José de Ribamar Castro
José de Ribamar Chaves Caldeira
José de Ribamar Moraes
José de Ribamar Nina Rodrigues
José de Ribamar Rodrigues Siqueira
José Eneias de Miranda Frazão
José Henrique Braga Polary
José Ivan Carnaúba Acioly
José Leal Naufel

José Leão da Silva Mello
José Maria Cabral Marques
José Maria de Jesus e Silva
José Maria Lira
José Ribamar Nascimento
José Ricardo Aroso Mendes
José Samuel de Miranda Melo
Josefa Batista Lopes
Lea Sylvia Fiquene Barbosa
Leila Ribeira Veiga
Lindalva Maria José dos Reis Câmara
Luce Maria Brandão Torres
Lucia Helena Fernandes de Sabóia
Lucília Maria Frazão Frota
Lucimá Goes de Sousa
Luís Augusto Araújo Moraes Rêgo
Luis Carlos Pereira Lemos
Luís Pimentel Fernandes
Luiz Alves Ferreira
Lusimar Silva Ferreira
Luzimar de Araújo Costa Sampaio
Magnólia de Souza Bandeira Mello
Manoel de Jesus Praseres Salgado
Manuel Leonel da Costa Neto
Maria Augusta Brahuna Alvim
Maria Célia dos Santos Frazão
Maria Célia Pires Costa
Maria da Graça Fonseca Santos
Maria das Graças de Mello Rocha
Maria de Fátima Teixeira Bandeira
Maria de Jesus Medeiros Muniz e Silva
Maria de Jesus Mota da Silva
Maria de Lourdes Barroqueiro
Maria de Lourdes Borges Rodrigues
Maria de Lourdes Garcia Leite Kreutz
Maria de Nazaré Cassas de Lima Lobato
Maria do Amparo Lago e Cruz
Maria do Socorro do Amaral Rodrigues
Maria do Socorro Monteiro Vieira
Maria do Socorro Quariguasi Lima
Maria Elza de Souza Bello
Maria Eufrasia Campos
Maria Eugênia Salles Branco de Almeida
Maria Helena Martins de Barros Bello
Maria Inocência Rocha de Andrade
Maria José Duailib Murad
Maria Lídice Moreira Lima
Maria Núbia Bonfim Pinto
Maria Raimunda Santos Amorim
Maria Regina Nina Rodrigues
Maria Rita Moreira Pinto
Maria Theresa Soares Plueger
Maria Thereza Martins Sousa
Maria Victória Borges Diaz
Marina Maciel Abreu
Marlene Souza de Oliveira Roma
Milton de Freitas e Silva
Moacir Antonio Col Debella
Moema de Castro Alvim
Mundicarmo Maria Rocha Ferretti
Nady Moreira Domingues Silva
Nélio Brandão Neves
Nilde Cardoso Macedo Sandes
Norma Reis Fontenelle
Nywaldo Guimaraes Macieira
Odilon Teixeira de Mello
Orlando Antonio Bandeira de Melo
Otávia Pereira
Palmira Correia Moreira Lima
Paulo Roberto Costa Miranda
Paulo Sérgio Lago de Carvalho
Pedro Augusto Alves
Raimundo da Costa Viana
Raimundo Medeiros Lobato
Raimundo Nonato Palhano Silva
Raimundo Renato Patrício
Regina Celi Miranda Reis Luna
Reinaldo Campos Castro
Rosilan Mota Garrido
Samuel Dória de Carvalho
Saraiva Filho
Sebastião Barros Jorge
Sérgio Figueiredo Ferretti
Sidney Castelo Branco Furtado
Sofia da Graça dos Santos
Solange Silva Buzar
Sued Teixeira Tavares
Tereza de Jesus Barros da Silva
Thereza de Jesus Dias
Therezinha de Jesus Marques Martins
Vera Lucia Lobato Almeida
Vitorino Reis Castro
Wagner Farias da Silva
Walber da Cruz Leão
Waldemar da Silva Carvalho
Wilson José Carvalho

APRUMA – Seção Sindical
do ANDES - Sindicato Nacional
Avenida dos Portugueses, 1966, Área de Vivência
Campus do Bacanga – UFMA
São Luís – MA, CEP 65080-805
(98) 3272 8167 | (98) 98844 0401 (WhatsApp)

E-mails:

apruma.secretaria12@gmail.com
apruma2@gmail.com

Redes Sociais:

Facebook: facebook.com/apruma.secaosindical
Instagram: @aprumasecaosindical
Twitter: @apruma

TikTok: @aprumasecaosindical

Gestões Apruma (1978-2025)

Diretoria Provisória (1978-1979)
Período 120 dias

ARLINDO DOS SANTOS RAPOSO
Presidente
JOSÉ CARLOS DE SABÓIA MAGALHÃES NETO
Vice-presidente
JOSÉ MARIA DE JESUS E SILVA
Secretário Geral
MARIA DE JESUS MEDEIROS MUNIZ E SILVA
1ª Secretária
MARIA VICTÓRIA BORGES DIAZ
Tesoureira Geral
ADÃO BACHEGA
1º Tesoureiro

1ª Gestão - "Apruma - Universidade Necessária"
Biênio 1979/1981

ARLINDO DOS SANTOS RAPOSO
Presidente
MARIA DE JESUS MEDEIROS MUNIZ E SILVA
Vice-presidente
MARIA VICTÓRIA BORGES DIAZ
Secretária Geral
LUIZ ALVES FERREIRA
1º Secretário
MARIA INOCÊNCIA ROCHA DE ANDRADE
Tesoureira Geral
ADÃO BACHEGA
1º Tesoureiro

2ª Gestão - "Apruma - Universidade Livre"
Biênio 1981/1983

AGOSTINHO RAMALHO MARQUES NETO
Presidente
EZÍODO NONATO GRONWELL ARAÚJO
Vice-presidente
JOSEFA BATISTA LOPES
Secretária Geral
LUCIA HELENA DE SABÓIA
1ª Secretária
ALBERTO ARCANGELI
Tesoureiro Geral
FRANCISCO FRANCINEIDE GRANGEIRO
1º Tesoureiro

3ª Gestão - "Apruma Independente"
Biênio 1983/1985

ARLINDO DOS SANTOS RAPOSO
Presidente
JOSÉ AUGUSTO MOCHEL
Vice-presidente
IEDA CUTRIM BATISTA
Secretária Geral
ELIANE AMORIM MOURA
1ª Secretária
RAIMUNDO CARLOS SILVÉRIO FREIRE
Tesoureiro Geral
RAIMUNDO NONATO SOUSA
1º Tesoureiro

4ª Gestão - "Renovação Universitária"
Biênio 1985/1987

NILDE CARDOSO MACEDO SANDES
Presidente
AGOSTINHO RAMALHO MARQUES NETO
Vice-presidente
REGINA HELENA MARTINS DE FARIAS
Secretária Geral
CARLOS BENEDITO RODRIGUES DA SILVA
1º Secretário
ANGELA MARIA DA SILVEIRA
Tesoureira Geral
MANUEL DOS SANTOS FARIA
1º Tesoureiro

5ª Gestão - "Trabalho e Luta"
Biênio 1987/1989

RAIMUNDO MOACIR MENDES FEITOSA
Presidente
ZARTÚ GIGLIO CAVALCANTI
Vice-presidente
MARIA DA GRAÇA DE FARIA MOURA
Secretária Geral
LEONIR MAIA COSTA RODRIGUES
1ª Secretária
IACI VIANA DOURADO
Tesoureira Geral
MARIA DE JESUS MOTA DA SILVA
1ª Tesoureira

6ª Gestão - "Apruma Autônoma e Democrática"
Biênio 1989/1991

FLAVIO BEZERRA DE FARIAS
Presidente
IVAN ABREU FIGUEIREDO
Vice-presidente
EVILA BRITO RIBEIRO
Secretária Geral
MARIA HELENA BRAGA DE CARVALHO
1ª Secretária
JOSÉ DE MACEDO BEZERRA
Tesoureiro Geral
ANTONIO CARLOS PEREIRA
1o Tesoureiro

7ª Gestão - "Apruma Independente"
Biênio 1991/1993

FLAVIO BEZERRA DE FARIAS
Presidente
RAIMUNDO RENATO PATRICIO
Vice-presidente
DURVAL CRUZ PRAZERES
Secretário Geral
DARCY DE CARVALHO CANTANHEDE
1ª Secretária
MARIA RAIMUNDA MARQUES MENDES
Diretora Administrativo-Financeira
CÂNDIDO AUGUSTO MEDEIROS JUNIOR
Diretor de Relações Sindicais e Populares
SIDNEY FORGHIERI ZIMBRES
Diretor Acadêmico, Cultural e Social

8ª Gestão - "Apruma Autônoma e Democrática"
Biênio 1993/1995

CÂNDIDO AUGUSTO MEDEIROS JUNIOR
Presidente
ROBERTO MAURO GURGEL
Vice-presidente
CÁSSIA DAMIANI /JOSÉ ODVAL ALCÂNTARA JUNIOR
Secretária Geral
ROZALINA AUGUSTA ARAÚJO DE AZEVEDO
1ª Secretária
MARIA INOCÊNCIA ROCHA DE ANDRADE
Diretora Administrativo-Financeira
DIMAS SALUSTIANO DA SILVA
Diretor Relações Sindicais e Populares
ELBA GOMIDE MOCHEL
Diretora Acadêmico, Cultural e Social

9ª Gestão - "Autonomia, Resistência e Luta"
Biênio 1995/1997

FRANCI GOMES CARDOSO
Presidente
DURVAL CRUZ PRAZERES
Vice-presidente
MARIA DE FÁTIMA FÉLIX
Secretária Geral
AGRIPINO ALVES LUZ JUNIOR
1º Secretário
JOSÉ MENEZES GOMES
Diretor Administrativo-Financeiro
SILVANA MARTINS ARAÚJO
Diretora de Relações Sindicais e Populares
VILEMAR GOMES DA SILVA
Diretor Acadêmico, Cultural e Social

10ª Gestão - "Mobilização, Organização e Luta"

Biênio 1998/2000

ROSILDA SILVA DIAS
Presidente
WAGNER CABRAL DA COSTA
Vice-presidente
ELBA GOMIDE MOCHEL
Secretária Geral
WELBSON DO VALE MADEIRA
1ºSecretário
AGRIPINO ALVES LUZ JUNIOR
Diretor Administrativo-Financeiro
CLAUDIA ALVES DURANS
Diretora Relações Sindicais e Populares
SERGIO LUÍS ARAÚJO BRENHA
Diretor Acadêmico, Cultural e Social

11ª Gestão - "Autônoma, Democrática e de Luta"

Biênio 2000/2002

ROSILDA SILVA DIAS
Presidente
JOSEFA BATISTA LOPES
Vice-presidente
VILEMAR GOMES DA SILVA
Secretário Geral
ÉVILA BRITO RIBEIRO
1ª Secretária
MARIA DA CONCEIÇÃO LOBATO MUNIZ
Diretora Administrativo-Financeira
CLAUDIA ALVES DURANS
Diretora Relações Sindicais e Populares
CÂNDIDO AUGUSTO MEDEIROS JUNIOR
Diretor Acadêmico, Cultural e Social

12ª Gestão - "Autonomia e Resistência"

Biênio 2002/2004

FRANCI GOMES CARDOSO
Presidente
RONALDO MARTINS NASCIMENTO FRAZÃO
Vice-presidente
MARINA MACIEL ABREU
Secretária Geral
HIPÓLITO CAVALCANTE CORREIA
1º Secretário
EDNETE GOMES MONTEIRO
Diretora Administrativo-Financeira
SANTANA DE MARIA ALVES DE SOUSA
Diretora de Relações Sindicais e Populares
WAGNER CABRAL DA COSTA
Diretor Acadêmico, Cultural e Social

13ª Gestão - "Autonomia e Participação"

Biênio 2004/2006

ROSILDA SILVA DIAS
Presidente
WELBSON DO VALE MADEIRA
Vice-presidente
MARIA DA CONCEIÇÃO LOBATO MUNIZ
Secretária Geral
DENISE BESSA LEDA
1ª Secretária
SILVANA MARTINS ARAÚJO
Diretora Administrativo-Financeira
JOSÉ POLICARPO COSTA NETO
Diretor de Relações Sindicais e Populares

ALEXANDRE FERNANDES CORRÊA
Diretor Acadêmico, Cultural e Social

14ª Gestão - "Autonomia e Resistência"
Biênio 2006/2008

WELBSON DO VALE MADEIRA
Presidente
LUIZ ALVES FERREIRA
Vice-presidente
VILEMAR GOMES DA SILVA
Secretário Geral
LUZINEA DE MARIA PASTOR SANTOS FRIAS
1ª Secretária
JOSÉ MENEZES GOMES
Diretor Administrativo-Financeiro
CLAUDIA ALVES DURANS
Diretora de Relações Sindicais e Populares
MARCONE ANTONIO DUTRA
Diretor Acadêmico, Cultural e Social

15ª Gestão - "Resistir, com Lutas"
Biênio 2008/2010

MARCONE ANTONIO DUTRA
Presidente
CLAUDIA ALVES DURANS
Vice-presidente
CATARINA MALCHER TEIXEIRA
Secretária Geral
AGRIPINO ALVES LUZ JUNIOR
1º Secretário
RAIMUNDO RENATO PATRÍCIO
Diretor Administrativo-Financeiro
CARLOS ALBERTO CLAUDINO SILVA
Diretor de Relações Sindicais e Populares
JOSÉ POLICARPO COSTA NETO
Diretor Acadêmico, Cultural e Social

16ª Gestão - "Autonomia e Resistência – Contra a precarização do trabalho docente"
Biênio 2010/2012

JOSÉ POLICARPO COSTA NETO
Presidente
VILEMAR GOMES DA SILVA
Vice-presidente
ROSANA MENDES ÉLERES DE FIGUEIREDO
Secretária Geral
ELBA GOMIDE MOCHEL
1ª Secretária
JOSÉ MENEZES GOMES
Diretor Administrativo-Financeiro
LUCELMA SILVA BRAGA
Diretora de Relações Sindicais e Populares
JONAS DA SILVA RIBEIRO JUNIOR
Diretor Acadêmico, Cultural e Social

17ª Gestão - "Autonomia e Resistência – em defesa da Previdência Pública e Integral"
Biênio 2012/2014

VILEMAR GOMES DA SILVA
Presidente
DENISE BESSA LEDA
Vice-presidente
MARIZÉLIA RODRIGUES COSTA RIBEIRO
Secretária Geral
DIANA COSTA DINIZ
1ª Secretária
BARTOLOMEU RODRIGUES MENDONÇA
Diretor Administrativo-Financeiro
ARIEL CLODOALDO MAGALHÃES COSTA
Diretor de Relações Sindicais e Populares
ANTONIO RAFAEL DA SILVA
Diretor Acadêmico, Cultural e Social

18ª Gestão - "Independência, Democracia e Luta"
Biênio 2014/2016

ANTONIO GONÇALVES FILHO
Presidente
ROSENVERCK ESTRELA SANTOS
Vice-presidente
CLAUDIO ANSELMO DE SOUZA MENDONÇA

Secretário Geral
IVAN ABREU FIGUEIREDO
1º Secretário
RAIMUNDO RENATO PATRÍCIO
Diretor Administrativo-Financeiro
CLAUDIA ALVES DURANS
Diretora de Relações Sindicais e Populares
PLINIO SANTOS FONTENELLE
Diretor Acadêmico, Cultural e Social

19ª Gestão - "Democracia e Resistência"

Biênio 2016/2018

ANTONIO GONÇALVES FILHO
Presidente
MARIA DA GLÓRIA SERRA PINTO DE ALENCAR
Vice-presidente
WELBSON DO VALE MADEIRA
Secretário Geral
FRANCISCA SOCORRO NASCIMENTO TAVEIRA
1ª Secretária
RAIMUNDO RENATO PATRÍCIO
Diretor Administrativo-Financeiro
SAULO PINTO SILVA
1° Tesoureiro
ROSEANE ARCANJO PINHEIRO
Diretor de Interiorização
AUREAN D´EÇA JUNIOR
Diretor Adjunta de Interiorização
CLAUDIO ANSELMO DE SOUZA MENDONÇA
Diretor de Relações Sindicais e Populares
MARCONE ANTONIO DUTRA
Diretor Acadêmico, Cultural e Social
CLAUDIA ALVES DURANS
Diretora de Dignidade Humana

20ª Gestão - "Apruma Democrática e de Luta"

Biênio 2018/2020

SIRLIANE DE SOUZA PAIVA
Presidente
ILSE GOMES SILVA
Vice-presidente
AUREAN D´EÇA JUNIOR
Secretário Geral
MARIZÉLIA RODRIGUES COSTA RIBEIRO
1ª Secretária
SAULO PINTO SILVA
Diretor Administrativo-Financeiro
ADELAIDE FERREIRA COUTINHO
1ª Tesoureira
ELENA STEINHORST DAMASCENO
Diretora de Interiorização
CÉLIA SOARES MARTINS
Diretora Adjunta de Interiorização
MICAEL CARVALHO DOS SANTOS
Diretora de Relações Sindicais e Populares
DENISE BESSA LEDA
Diretora Acadêmica, Cultural e Social
MARISE MARÇALINA DE CASTRO SILVA ROSA
Diretora de Dignidade Humana

21ª Gestão – "Amanhã vai ser outro dia – APRUMA autônoma e democrática"

Biênio 2020-2022

BARTOLOMEU RODRIGUES MENDONÇA
Presidente
CACILDA RODRIGUES CAVALCANTI
Vice-presidente
MICAEL CARVALHO DOS SANTOS
Secretário Geral
ELOISA DA GRAÇA DO ROSÁRIO GONÇALVES
1ª Secretária
CÉLIA SOARES MARTINS
Diretora Administrativo-Financeira
ELISÂNGELA SOUSA DE ARAÚJO
1ª Tesoureira
JESUS MARMANILLO PEREIRA
Diretor de Interiorização
RAIMUNDO EDSON PINTO BOTELHO
Diretor Adjunto de Interiorização

DIANA COSTA DINIZ
Diretora de Relações Sindicais e Populares
ALDINAR MARTINS BOTTENTUIT
Diretora Acadêmica, Cultural e Social
HORÁCIO ANTUNES DE SANT'ANA JÚNIOR
Diretor de Dignidade Humana

22ª Gestão - "Tempo de Esperançar na Luta" – 2022-2024

Diretoria Executiva

BARTOLOMEU RODRIGUES MENDONÇA
Presidente
MARIZÉLIA RODRIGUES COSTA RIBEIRO
Vice-presidente
ILSE GOMES SILVA
Secretária Geral
FRANCISCA SOCORRO NASCIMENTO TAVEIRA
Primeira Secretária
RUAN DIDIER BRUZACA ALMEIDA
Diretor Administrativo-Financeiro
MARISE MARÇALINA DE CASTRO SILVA ROSA
Primeira Tesoureira
LUIZ EDUARDO NEVES DOS SANTOS
Diretor de Interiorização
ANA PAULA RIBEIRO DE SOUSA
Diretora Adjunta de Interiorização
SAULO BARROS DA COSTA
Diretor de Relações Sindicais e Populares
FERNANDO PEDRO DIAS
Diretor Acadêmico, Cultural e Social
ANTÔNIO RAFAEL DA SILVA
Diretor de Dignidade Humana:

Integrantes do Conselho de Representantes:

Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia (CCET):

DOMÍCIO MAGALHÃES MACIEL
Departamento de Matemática
ÉRICO DE OLIVEIRA JUNQUEIRA AYRES
Departamento de Desenho Técnico
NESTOR EVERTON MENDES FILHO
Departamento de Química

Centro de Ciências Humanas (CCH):

ARLETH SANTOS BORGES
Departamento de Sociologia e Antropologia
DENISE BESSA LEDA
Departamento de Psicologia
JOSENILDO DE JESUS PEREIRA
Departamento de História
JOSÉ MURILO MORAES DOS SANTOS
Departamento de Artes

Centro de Ciências Sociais (CCSO):

ANGELO RODRIGO BIANCHINI
Departamento de Educação II
DANIELLE DE QUEIROZ SOARES
Departamento de Economia
DAVI ALYSSON DA CRUZ ANDRADE
Departamento de Turismo e Hotelaria
LEONEIDE MARIA BRITO MARTINS
Departamento de Biblioteconomia
MARIANA CAVALCANTI BRAZ BERGER
Departamento de Serviço Social

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS):

ANDREA LUCIA ALMEIDA DE CARVALHO
Departamento de Odontologia
ANDRÉA CRISTINA OLIVEIRA SILVA
Departamento de Enfermagem
LIVIA DA CONCEIÇÃO COSTA ZAQUEU
Departamento de Educação Física
LUCIANA BATALHA SENA
Departamento de Enfermagem
MARIA DO CARMO LACERDA BARBOSA
Departamento de Medicina I
MARIA DO SOCORRO SARAIVA PINHEIRO

Departamento de Oceanografia

Colégio Universitário (COLUN):

CAROLINA DA SILVA PORTELA
EDNA SELMA DAVID SILVA
RAIMUNDO INÁCIO SOUZA ARAÚJO

Campus II – Imperatriz:

ARAMYS SILVA DOS REIS

Campus III – Bacabal:

DIANA COSTA DINIZ

Campus IV – Chapadinha

CLÁUDIO GONÇALVES DA SILVA

Campus V – Pinheiro

ELISANGELA SOUSA DE ARAÚJO

Campus VI – Codó

FABIANA PEREIRA CORREIA

Campus VII – São Bernardo

SYLVANA KELLY MARQUES DA SILVA

Campus VIII – Grajaú

NEUSANI OLIVEIRA IVES FELIX

Campus IX – Balsas

EDSON NUNES COSTA PAURA

23ª Gestão - "Democracia, Mobilização e Luta"

Diretoria Executiva 2023 - 2025

ILSE GOMES SILVA
Presidenta
ANTONIO GONÇALVES FILHO
Vice-Presidente
CRISTINA CARDOSO DE ARAÚJO
Secretária-Geral
NESTOR EVERTON MENDES FILHO
Primeiro Secretário
DENISE BESSA LEDA
Diretora Administrativo-Financeira
SILVANA MARTINS DE ARAÚJO
Primeira Tesoureira
THIAGO PEREIRA LIMA
Diretor De Interiorização
EDNA SELMA DAVID SILVA
Diretora Adjunta De Interiorização
MARISE MARÇALINA DE CASTRO SILVA ROSA
Diretora De Relações Sindicais E Populares
JORGE MILTON EWERTON SANTOS
Diretor Acadêmico, Cultural E Social
ANDREA CRISTINA DE OLIVEIRA SILVA
Diretora De Dignidade Humana

Integrantes do Conselho de Representantes:

Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia (CCET)

Francisca Socorro Nascimento Taveira
Joselene Ribeiro de Jesus Santos
Jaciene Jesus Freitas Cardoso

Centro de Ciências Humanas (CCH)

Josenildo de Jesus Pereira
Maria de Nazaré Pereira da Costa
Elio de Jesus Pantoja Alves
Zilmara de Jesus Viana de Carvalho

Centro de Ciências Sociais (CCSO)

Ed Wilson Ferreira Araújo
Davi Alysson da Cruz Andrade
Maria da Glória Serra Pinto de Alencar
Rosinete de Jesus Silva Ferreira
Érbio dos Santos Silva

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS)

Marizelia Rodrigues Costa Ribeiro
Maria do Carmo Lacerda Barbosa
Patrícia de Maria Silva Figueiredo
Luciana Batalha Sena
Lívia da Conceição Costa Zaqueu
Maria Raimunda Santos Garcia

Colégio Universitário (COLUN)

Maria da Conceição Lobato Muniz
Saulo Barros da Costa
Maria Jandira de Andrade

Campus II – Imperatriz

Francisca Jacinta Feitosa de Oliveira
(substituída por: José Edilmar de Sousa)

Campus III – Bacabal

Pedro Henrique Gomes Xavier

Campus IV – Chapadinha

James Ribeiro de Azevedo (substituído por: João Valério de Souza Neto)

Campus V – Pinheiro

Lucio Carlos Dias Oliveira

Campus VI – Codó

Jonas Rodrigues de Moraes

Campus VII – São Bernardo

Ana Caroline Amorim Oliveira

Campus VIII – Grajaú

Luciano Rocha da Penha

Campus IX – Balsas

Regina Maria Mendes Oliveira

24ª Gestão - Apruma nos representa: Autonomia, direitos e democracia

Diretoria Executiva 2025 – 2027

LUIZ EDUARDO NEVES DOS SANTOS
Presidente

ROSILDA SILVA DIAS
Vice-Presidenta

CRISTINA CARDOSO DE ARAÚJO
Secretária-Geral

JOANITA MOTA DE ATAIDE
Primeira-Secretária

THIAGO PEREIRA LIMA
Diretor Administrativo-Financeiro

ÉRBIO DOS SANTOS SILVA
Primeiro-Tesoureiro

CLÁUDIO GONÇALVES DA SILVA
Diretor de Interiorização

ANTONIO GONÇALVES FILHO
Diretor Adjunto de Interiorização

ED WILSON FERREIRA ARAÚJO
Diretor de Relações Sindicais e Populares

JORGE MILTON EWERTON SANTOS
Diretor Acadêmico, Cultural e Social

ARLETH SANTOS BORGES
Diretora de Dignidade Humana

Integrantes do Conselho de Representantes:

Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia (CCET)

Éder Nascimento Silva
Jaciene de Jesus Freitas Cardoso
Meubles Borges Júnior

Centro de Ciências Humanas (CCH)
Élio de Jesus Pantoja Alves
Guilherme Augusto de Ávila
Maria do Socorro Gonçalves da Costa
Maria de Nazaré Pereira da Costa

Centro de Ciências Sociais (CCSO)
Carlos Agostinho Almeida de Macedo Couto
Juliana Carvalho Miranda Texeira
Leoneide Maria Brito Martins
Letícia Conceição Martins Cardoso
Maria da Glória Serra Pinto de Alencar

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS)
Adriani Hass
Bruno Luciano Carneiro Alves de Oliveira
Camila Evangelista Carnib Nascimento
Maria Raimunda Santos Garcia
Mônica Elinor Alves Gama
Patrícia de Maria Silva Figueiredo

Colégio Universitário (COLUN)
Cláudia Simone Carneiro Lopes
Ednete Gomes Monteiro
Raimundo Inácio Souza Araújo

Campus II – Imperatriz
José Edilmar de Sousa

Campus III – Bacabal
Diana Costa Diniz

Campus IV – Chapadinha
João Valério de Souza Net

Campus V – Pinheiro
Lucio Carlos Dias Oliveira

Campus VI – Codó
Marco Antônio Machado Lima Pereira

Campus VII – São Bernardo
Ana Caroline Amorim Oliveira

Campus VIII – Grajaú
Luis Félix de Barros Vieira Rocha

Campus IX – Balsas
Paulo Cristiano Queiroz Moraes

Funcionários(as) Apruma"
Graça Maria de Carvalho (Aposentada)
Sergiliana Barbosa Nava
Nathália Cristina C. M. Pereira

Secretaria
Júlio César Furtado Lima

Tesouraria
José Francisco Lindoso Frazão

Mantenedor
Beatriz de Carvalho e Silva (Aposentada)
Cláudio Coimbra Castro (Ex-Funcionário)
Matheus Ribeiro Coimbra
Tamires de Jesus Morais

Comunicação

REALIZADO O DEPÓSITO LEGAL NA BIBLIOTECA NACIONAL CONFORME A LEI Nº 10.994, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2004.

TÍTULO	APRUMA – SEÇÃO SINDICAL - 45 ANOS ESPERANÇANDO NA LUTA
ORGANIZADORES	LUCELMA SILVA BRAGA MATHEUS RIBEIRO COIMBRA TAMIRES DE JESUS MORAIS (ORGS)
PROJETO GRÁFICO E CAPA DESIGN	ISABELA FREIRE
PÁGINAS	167
FORMATO	200 X 200 MM
TIPOGRAFIA	MILLER TEXT | CORPO OPEN SANS | TÍTULOS

2028

APRUMA

SEÇÃO SINDICAL DO ANDES - SN

EDITORA ASSOCIADA À ABEU
abeu.org.br

ISBN 978-65-5363-623-1